



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
(IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)



AMAYA DE OLIVEIRA SANTOS

**MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E PROCESSOS DO NAPNE: FOMENTO DAS
POLÍTICAS DE INCLUSÃO COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E
ÊXITO DOS DISCENTES NO IFPI**

Parnaíba-PI 2023

AMAYA DE OLIVEIRA SANTOS

**MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E PROCESSOS DO NAPNE: FOMENTO DAS
POLÍTICAS DE INCLUSÃO COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E
ÊXITO DOS DISCENTES NO IFPI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí, *Campus* Parnaíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jalva Lilia Rabelo de Sousa.

Parnaíba – PI

2023

Santos, Amaya de Oliveira
S237m Memórias, histórias e processos do NAPNE: fomento das políticas de inclusão como estratégia de acesso, permanência e êxito dos discentes no IFPI / Amaya de Oliveira Santos. - Parnaíba - PI, 2023.
181 f. il.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, 2023.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jalva Lilia Rabelo de Sousa.

1. Educação Especial - Inclusão. 2. Acesso - Educação. 3. Permanência - Educação. I. Título

CDD - 371.9

Elaborado por Josué de Moura Costa CRB3/1130

AMAYA DE OLIVEIRA SANTOS

**MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E PROCESSOS DO NAPNE: FOMENTO DAS
POLÍTICAS DE INCLUSÃO COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E
ÊXITO DOS DISCENTES NO IFPI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí, *Campus* Parnaíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 15 de setembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADOR



Documento assinado digitalmente

JALVA LILIA RABELO DE SOUSA

Data: 16/11/2023 16:57:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Jalva Lilia Rabelo de Sousa (Orientadora) Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí



Documento assinado digitalmente

ELENICE MONTE ALVARENGA

Data: 15/11/2023 17:55:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Elenice Monte Alvarenga (Examinador Interno)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí



Documento assinado digitalmente

NILZILENE GOMES DE FIGUEIREDO

Data: 16/11/2023 14:57:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Nilzilene Gomes de Figueiredo (Examinadora Externa) Universidade
Federal do Oeste do Pará - UFOPA

AMAYA DE OLIVEIRA SANTOS

MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO NAPNE NO IFPI

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí, *Campus* Parnaíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 15 de setembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

JALVA LILIA RABELO DE SOUSA

Data: 16/11/2023 16:57:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Jalva Lilia Rabelo de Sousa (Orientadora) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí



Documento assinado digitalmente

ELENICE MONTE ALVARENGA

Data: 15/11/2023 17:55:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Elenice Monte Alvarenga (Examinador Interno) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí



Documento assinado digitalmente

NILZILENE GOMES DE FIGUEIREDO

Data: 16/11/2023 14:59:06-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Nilzilene Gomes de Figueiredo (Examinadora Externa) Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

A Deus, por conceder-me a dádiva da vida e por guiar sempre meus caminhos em prol da inclusão das pessoas com deficiências. À minha família e amigos, pelo apoio e incentivo na construção desta pesquisa. Aos meus filhos, razão de todo meu esforço e luta constante. Ao meu marido, pela cumplicidade e paciência nesse processo de aperfeiçoamento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido a vida e me dado amor e sabedoria. Aos meus pais, que com amor me passaram valores de respeito.

Aos meus filhos, Davi e Maria Luisa, razões de minha vida, e ao meu marido, Sergio Ribeiro, pelo apoio e paciência.

Aos professores, pelo apoio e inspiração no amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram à execução e conclusão desta pesquisa.

Aos colegas mestrando, pelos grandes momentos de discussões e acolhimento, em especial à minha amiga Juliana Galvão.

À minha orientadora, Jalva Lilia Rabelo de Sousa, por todas as sábias orientações e por nortear meu crescimento como pesquisadora.

Aos participantes desta pesquisa, Reitor, Pró-reitores, Diretores Gerais e de Ensino e membros do NAPNE dos *campi* de Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí e demais NAPNEs.

Obrigada!

“A inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho não deve ser privilegiada, mas sim oportunizada”.

Cláudia Luíza Marques

RESUMO

Na Educação Profissional e Tecnológica o acesso de discentes com deficiências e necessidades específicas vem sendo ampliado e, conseqüentemente, com o aumento de matrículas na rede, surge a preocupação com políticas de inclusão para garantir o acesso, a permanência e o êxito. Esta pesquisa tem como objetivo identificar as ações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidade Específicas (NAPNE) no desenvolvimento de estratégias pedagógicas e gerenciais de permanência e êxito dos discentes com necessidades específicas, com a finalidade de mapear os processos de acompanhamento desses estudantes. O lócus da pesquisa foram os *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí (IFPI) em Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí. O estudo atende a linha Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT e está inserido no Macroprojeto 6: Organização de Espaços Pedagógicos na EPT. A metodologia se deu através de pesquisa de campo e documental com abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com adoção da técnica de grupo focal e por meio de entrevistas semiestruturadas. Dentre os resultados percebeu que o IFPI tem uma Política de Diversidade e Inclusão que regulamenta os processos de inclusão na instituição, no entanto, é preciso fortalecimento de políticas específicas para a educação especial, como a implementação do atendimento educacional especializado. Foi identificado também que o NAPNE tem uma atuação ativa nos campi e norteia a inclusão na instituição. Foi possível identificar e mapear os processos e ações e a elaboração do Manual de Implementação dos processos e ações do NAPNE para o IFPI, com uma proposta de um fluxograma para nortear a atuação desde o acesso, permanência e êxito dos discentes com deficiências e necessidades específicas.

Palavras-chave: acesso; permanência; êxito; PROFEPT; inclusão; memórias;

ABSTRACT

In Professional and Technological Education, access for students with disabilities and specific needs has been expanded and, consequently, with the increase in enrollment in the network, concern arises with inclusion policies to guarantee access, retention and success. This research aims to identify the actions of the Center for Assistance to People with Specific Needs (NAPNE) in developing pedagogical and managerial strategies for the retention and success of students with specific needs, with the purpose of mapping the monitoring processes for these students. The locus of the research was the campuses of the Federal Institute of Education, Sciences and Technology of Piauí (IFPI) in Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato and Uruçuí. The study meets the line Organization and Memories of Pedagogical Spaces at EPT and is part of Macroproject 6: Organization of Pedagogical Spaces at EPT. The methodology was carried out through field and documentary research with a qualitative approach, of an exploratory nature, with the adoption of the focus group technique and through semi-structured interviews. Among the results, it was noted that IFPI has a Diversity and Inclusion Policy that regulates inclusion processes in the institution, however, it is necessary to strengthen specific policies for special education, such as the implementation of specialized educational services. It was also identified that NAPNE has an active role on campuses and guides inclusion in the institution. It was possible to identify and map the processes and actions and the preparation of the Implementation Manual for NAPNE processes and actions for the IFPI, with a proposal for a flowchart to guide action from the access, permanence and success of students with disabilities and specific needs .

Keywords: access; permanence; success; PROFEPT; inclusion; memoirs;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Formas de Ingresso: classificatório e seletivos.....	36
Figura 2 - Campi que realizaram edital de monitoria em 2020.....	40
Figura 3 - Ações implementadas para suporte às aulas remotas emergenciais	40
Figura 4 - Aquisição de tecnologias assistivas/adaptação e conversão de material didático	41
Figura 5 - Ações da PROEN em 2021 voltadas à inclusão.....	42
Figura 6 – Metodologia da Pesquisa	45
Figura 7 – Distribuição dos <i>campi</i> do IFPI.....	46
Figura 8 – Participantes da Pesquisa	48
Figura 9 - Grupo focal da pré-testagem.....	49
Figura 10 – Planejamento do Grupo Focal	51
Figura 11 – Identificação dos participantes da pré-testagem	53
Figura 12 – Nuvem de palavras	70
Figura 13 – Proposta de fluxograma dos processos do NAPNE para o IFPI.....	79
Figura 14 – Sistema de cotas para PCD no IFPI.....	108
Figura 15 - <i>Campus</i> Corrente.....	116
Figura 16 - Sinalização <i>Campus</i> Corrente	117
Figura 17 - Piso tátil direcional e mapa tátil no <i>Campus</i> Corrente	117
Figura 18 - Uso de materiais diversificados e de tecnologias assistivas no <i>Campus</i> Corrente.....	118
Figura 19 - I Seminário de Educação Inclusiva no <i>Campus</i> Paulistana	119
Figura 20 - I Seminário de Educação Inclusiva: A (In)formação a serviço da Inclusão	120
Figura 21 - I Simpósio de Inclusão e Diversidade – <i>Campus</i> São João do Piauí.....	122
Figura 22 - Programação do II Simpósio de Inclusão e Diversidade de São João do Piauí ..	123
Figura 23 - Ações de inclusão no <i>Campus</i> São Raimundo Nonato	125
Figura 24 - Ações do NAPNE do <i>Campus</i> São Raimundo Nonato.....	126
Figura 25 - Ações de acessibilidade realizadas no <i>Campus</i> São Raimundo Nonato	127
Figura 26 - Visita de representante da ASPIDEV ao <i>Campus</i> São Raimundo Nonato	128

Figura 27 - Plano de ações futuras para <i>Campus</i> São Raimundo Nonato	129
Figura 28 - Oficinas pedagógicas do projeto Inclusão no Cotidiano Escolar do <i>Campus</i> Uruçuí.....	131
Figura 29 - Oficina de Braille	131
Figura 30 - Rampas do <i>Campus</i> Uruçuí	132
Figura 31 - Guia direcional para cegos do <i>Campus</i> Uruçuí.....	132
Figura 32 - Etapas da elaboração do produto educacional	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Projetos de Pesquisa e Extensão no IFPI: temática inclusão das pessoas com deficiências e necessidades específicas	37
Quadro 2 – Instrumentos utilizados no grupo focal (etapa pré-testagem).....	54
Quadro 3 - Questões norteadoras	57
Quadro 4 - Operacionalização do Grupo Focal.....	61
Quadro 5 - Instrumentos utilizados no grupo focal.....	62
Quadro 6 - Número de participantes do grupo focal.....	63
Quadro 7 - Categorização: identificação e participação no Grupo Focal	64
Quadro 8 - Caso Benjamin	64
Quadro 9 - Caso André	72
Quadro 10 – Sugestões de ações para os eixos: acesso, permanência e êxito do caso André	77
Quadro 11 - Categorias	82
Quadro 12 - Identificação dos participantes da gestão	82
Quadro 13 – Categoria: Políticas de Inclusão	83
Quadro 14 – Categoria: Inclusão no IFPI.....	86
Quadro 15 – Categoria: Estratégias gerenciais	90
Quadro 16 – Categoria: Acessibilidade	94
Quadro 17 – Categoria: Inter-relações com o NAPNE	98
Quadro 18 – Categoria: Processos das ações do NAPNE	103
Quadro 19 – Categoria: Cotas.....	106
Quadro 20 – Categoria: Política de Egresso	110
Quadro 21 - Nível de concordância dos participantes sobre o manual.....	140
Quadro 22 - Sugestões de melhoria	142
Quadro 23 - sugestões para aprimoramento do Manual de Implementação dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI	143
Quadro 24 - Pontos positivos e negativos do Manual	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Cargo / função dos avaliadores.....	137
Gráfico 02 - Perfil dos avaliadores: campus de atuação.....	138
Gráfico 03 - Perfil dos participantes: atuação no NAPNE	138
Gráfico 04 - Avaliação do Manual	139
Gráfico 05 - Avaliação do manual: implementação, curso de extensão	139

ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CATZS	<i>Campus</i> Teresina Zona Sul
CEP	Comitê de Ética de Pesquisa
CONSUP	Conselho Superior
COPE	Coordenação Pedagógica
COVID – 19	Corona Vírus Disease – 2019
DPSA	<i>Disabled People South Africa</i>
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí IFs Institutos Federais
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas NEABI Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
PCD	Pessoa com Deficiência
PE	Produto Educacional
PEI	Plano Educacional Individual
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC IT	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico
PRAEI	Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROFEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica PSAD Plano Semestral de Atividade Docente
REMOV	Remoção Interna de Servidores
SIFAE	Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TDAH
	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEC NEP	Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com
	Necessidades Educacionais Específicas
TEA	Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2. 1	O ATENDIMENTO EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	20
2. 2	Marcos legais e políticos da inclusão.....	22
2. 3	A inclusão na Educação Profissional e Tecnológica.....	25
2. 4	NAPNE: trajetória e atuação na inclusão das pessoas com deficiências	27
2. 5	Processos e ações para o acesso, permanência e êxito dos discentes com necessidades específicas	32
2. 6	Acesso, Permanência e Êxito no IFPI	33
3	METODOLOGIA.....	44
3. 1	Caracterização da pesquisa.....	44
3. 2	Cenário de estudo.....	45
3. 3	Participantes da Pesquisa e estrutura do NAPNE.....	46
4	ANÁLISE DOS DADOS	53
4. 1	Análise da pré-testagem dos instrumentos de coleta de dados	53
4. 2	Análise do Grupo Focal	60
4. 2. 1	Caracterização do Grupo Focal.....	61
4. 2. 1. 1	<i>Primeira sessão: Caso Benjamin.....</i>	<i>64</i>
4. 2. 2. 1. 2	<i>Segunda sessão: Caso André.....</i>	<i>72</i>
4. 2. 1. 3	<i>Terceira sessão: Proposta de Fluxograma dos processos do NAPNE.....</i>	<i>78</i>
4. 3	Análise das Entrevistas	81
4. 3. 1	Categoria 1 - Políticas de Inclusão.....	82
4. 3. 2	Categoria 2: Inclusão no IFPI.....	86
4. 3. 3	Categoria 3: Estratégias Gerenciais	89
4. 3. 4	Categoria 4: Acessibilidade	93
4. 3. 5	Categoria 5: Inter-relações com o NAPNE	97
4. 3. 6	Categoria 6: Processos das ações do NAPNE	102
4. 3. 7	Categoria 7: Cotas.....	106
4. 3. 8	Categoria 8: Política de Egresso	110
4. 4	Memórias e histórias dos NAPNEs no Instituto Federal do Piauí – IFPI.....	112

4. 4. 1	<i>Campus</i> Corrente: memórias e histórias do NAPNE.....	116
4. 4. 2	<i>Campus</i> Paulistana: memórias e histórias do NAPNE	118
4. 4. 3	<i>Campus</i> São João do Piauí: memórias e histórias do NAPNE.....	120
4. 4. 4	<i>Campus</i> São Raimundo Nonato: memórias e histórias do NAPNE	124
4. 4. 5	<i>Campus</i> Uruçuí: memórias e histórias do NAPNE	129
5	PRODUTO EDUCACIONAL	133
5. 1	Concepção.....	133
5. 2	Roteiro de atividade para a elaboração do produto	134
5. 3	Produto Educacional: manual de implementação dos processos e ações do NAPNE no IFPI.....	135
5. 4	Aplicação e avaliação do produto educacional.....	136
5. 5	Validação.....	145
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
	REFERÊNCIAS	148
	APÊNDICES	156
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	156
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	158
	APÊNDICE C – GUIA GRUPO FOCAL	162

1 INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) é norteada pela Política de Diversidade e Inclusão, tendo como objetivo a promoção, a inclusão dos alunos com deficiências e transtornos de aprendizagens mediante ações que visam a estruturação de uma instituição mediada pela democracia, pelo respeito e diversidade.

Essa política propõe que as medidas voltadas à inclusão das pessoas com deficiências sejam intermediadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), sendo ainda responsável pelas atividades de ação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O NAPNE desempenha papel imprescindível no processo de inclusão dos alunos, podendo abranger desde o acompanhamento individualizado a estes quanto a orientação aos professores, para auxiliá-los a adequar suas aulas e práticas educativas, realização de pesquisa e extensão, como também na promoção e desenvolvimento de ações que propiciem desde a entrada, o acesso, até a permanência e o êxito dos alunos com deficiências, além de desenvolver ações para disseminar a cultura de inclusão no IFPI.

Esta pesquisa permeia a linha Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) abrangendo o Macroprojeto 6: Organização de Espaços Pedagógicos na EPT com a finalidade de investigar e auxiliar a atuação do NAPNE. Assim, partiu-se do problema: como as políticas de inclusão estão alinhadas com as estratégias de acesso, permanência e êxito?

Para solucionar essa problemática tem-se como possíveis pressupostos: A política de inclusão do IFPI é pouco difundida, havendo pouca entrada de alunos com deficiências e necessidades específicas na instituição; Sem uma inter-relação entre os membros do NAPNE com os gestores institucionais não é possível o cumprimento da política de inclusão; A carga horária prevista aos membros para atuação no NAPNE é muito reduzida diante das competências e objetivos a serem desenvolvidos, dificultando os processos e ações para o acesso, permanência e êxitos dos alunos com deficiências e necessidades específicas.

A inclusão das pessoas com deficiências tem uma trajetória histórica de

segregação e exclusão, e assim, no decorrer dos anos, os deficientes passaram por diferentes fases no seu processo de acesso e permanência no ambiente educacional. No início eram vistos como indivíduos que não podiam viver em sociedade e por isso eram sacrificados, jogados de penhascos, em rios, dentre outras formas. Posteriormente foram segregados, presos em casa, inclusive em jaulas, e excluídos de todo o contexto social, até que se seguiu uma fase de integração, onde passaram a ser “aceitos”, mas de uma maneira ainda excludente, chegando à atual fase em que se busca uma efetiva inclusão.

Nos Institutos Federais (IFs) a inclusão é intermediada pelos NAPNEs, responsáveis por acompanhar as especificidades e necessidades de cada aluno e orientar os professores e servidores. Assim, o núcleo deve conhecer cada aluno a ser acompanhado e as necessidades e potencialidades que a deficiência ou transtornos impõem, de forma a incluí-lo. Para isso, o NAPNE tem como competência acompanhar os alunos desde a sua entrada, na realização do classificatório, fazer o acompanhamento das atividades escolares, sua permanência, até o êxito com a integralização do curso.

Para tanto, executar todas essas competências requer que os membros que compõem o núcleo tenham um conhecimento específico sobre a área da inclusão e que conheçam os processos e ações para acompanhamento e atendimento da política de diversidade e inclusão do IFPI, fato que evidencia a importância de discutir juntamente com os gestores educacionais as políticas para a inclusão das pessoas com deficiências e necessidades específicas, voltadas à inclusão escolar na educação profissional e tecnológica.

A seleção do tema se justifica também pelo fato da autora da pesquisa atuar na área da Educação Especial desde o ano de 2002 e ser membro do Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do *Campus* São Raimundo Nonato, percebendo a necessidade de uma organização na atuação do núcleo para o cumprimento da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI.

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar os processos e ações do NAPNE no desenvolvimento de estratégias pedagógicas e gerenciais de acesso, permanência e êxito dos discentes com necessidades específicas, e têm como objetivos específicos: analisar as inter-relações entre os membros do NAPNE e os gestores institucionais no cumprimento da política de diversidade e inclusão; mapear os processos de acompanhamento dos alunos com necessidades específicas; e,

desenvolver um produto educacional por meio de um manual de implementação dos processos de atendimento do NAPNE.

Esta dissertação está estruturada em seções: a primeira está o referencial teórico, abordando os temas: Atendimento educacional para pessoas com deficiência; Marcos legais e políticos da inclusão; A inclusão na Educação Profissional e Tecnológica; NAPNE: Trajetória e atuação na inclusão de pessoas com deficiência; Processos e ações para acesso, permanência e sucesso dos discentes com necessidades específicas e sobre o Acesso, permanência e êxito no IFPI. A segunda seção descreve a metodologia utilizada na pesquisa, incluindo: caracterização da pesquisa; cenário de estudo; participantes da Pesquisa e coleta de dados. Na seção

3 são apresentadas as análises dos dados coletados, incluindo: Análise da pré- testagem dos instrumentos de coleta de dados; Análise do grupo focal, com detalhes sobre sua caracterização; Descrição das sessões do grupo focal, como o caso Benjamin, o caso André e a proposta de fluxograma dos processos do NAPNE e Análise das entrevistas com a gestão e abordam a seguir a história e as memórias dos NAPNEs nos campi do Instituto Federal do Piauí (IFPI): Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí e por último a seção sobre o Produto Educacional, a elaboração, aplicação e a validação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa versa sobre a inclusão das pessoas com deficiências, fazendo uma discussão da trajetória de exclusão e da integração ao processo de inclusão. Abordará ainda sobre a Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica e o papel do NAPNE: trajetória e atuação na inclusão das pessoas com deficiências e processos e ações para permanência e êxito dos discentes com necessidades específicas.

2. 1 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A exclusão sempre foi presente na trajetória das pessoas com deficiências. De acordo com Mazzota (2005), as pessoas com deficiências enfrentaram em sua trajetória histórica desde o abandono, o preconceito, a segregação e a exclusão. Acrescenta que a deficiência era vista como um fatalismo, maldição, um castigo devido a um pecado pessoal ou da família. Diante disso, as pessoas com deficiências durante muito tempo ficaram excluídas e totalmente segregadas do convívio social, tendo uma melhor aceitação a partir do século XX.

No decorrer da evolução da sociedade o processo de exclusão passou por diferentes fases, iniciando-se por uma fase de atendimento assistencialista voltado ao acompanhamento clínico numa tentativa curativa, como ocorreu com as pessoas surdas quando a tendência oralista predominava e eram comuns tratamentos de reabilitação e treinamento de fala e leitura labial, na tentativa de “curar” a surdez. A Declaração Universal dos Direitos Humanos impulsionou uma nova visão e perspectiva para as pessoas com deficiências, trazendo uma nova diretriz política com a percepção de cidadãos e direitos e deveres na sociedade (Palma; Carneiro, 2018). No âmbito educacional, a exclusão se caracteriza como a não aceitação das matrículas de pessoas com deficiências, fato esse que deu origem às primeiras escolas especiais, que por sua vez se organizavam num conceito assistencialista, com um modelo de atendimento clínico-terapêutico ancorado em testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definiam as práticas escolares para os alunos com deficiências. Devido as escolas regulares rejeitarem matrículas de alunos desses alunos, as escolas especiais permaneceram durante muito tempo, atuando tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum.

Para Silva (2003), na década de 1960 houve um grande avanço no número de escolas e instituições especializadas, prática que foi considerada por muitos como segregadora, dando origem a uma nova busca pela conquista do direito à escolarização dos deficientes na rede regular de ensino. Essa luta foi representada por outra fase da exclusão, a integração, movimento cujo objetivo era a inserção dos alunos com deficiências na escola regular. No entanto, essa prática de apenas integrar as pessoas com deficiências não teve êxito, pois obrigava o aluno a se adaptar ao novo ambiente a qual estava sendo inserido, não considerando suas reais necessidades. Esse período foi considerado como fase de segregação na qual os alunos com deficiências eram excluídos do convívio social e escolar.

Com a Declaração de Salamanca, em 1994, o princípio fundamental da educação inclusiva se fortaleceu, com o compromisso de que todas as crianças deveriam aprender juntas e que a escola deve reconhecer as diferenças e necessidades específicas de cada pessoa para assegurá-la uma educação de qualidade. Fortalecendo as políticas para as pessoas com deficiências, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, ampliou o número de matrículas na rede regular, buscando também a formação de professores, a implantação das salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado, e as escolas especiais passaram a atuar não mais de forma substitutiva, mas como complementar ou suplementar às necessidades educacionais dos alunos com deficiências.

A Política Nacional de Educação Especial (2008) visa uma educação realmente inclusiva, saindo da fase da integração em busca da fase da inclusão. Com o aumento do número de alunos com deficiências veio a urgência de novas práticas pedagógicas e a discussão de como a escola pode atender as necessidades específicas e promover a aprendizagem dos alunos. As práticas pedagógicas inclusivas devem levar em conta a diversidade existente na sala de aula, fazendo as adaptações de acordo com a especificidade do aluno (Pires, 2008).

Para que se efetue o processo de inclusão e não apenas de integração, Mantoan (1993), Manzini (1999) e Omote (1995) sugerem capacitar os professores para que utilizem uma pedagogia que seja adaptada às reais necessidades dos alunos com deficiências. Portanto, para que se possa construir uma sociedade inclusiva é imprescindível que haja uma mudança na sociedade, e para isso é necessário que haja a aceitação da pessoa com deficiência como um ser capaz, cheio de

potencialidades que devem ser exploradas e aprimoradas, o que deve começar na própria família.

As práticas pedagógicas também se modificaram ao serem levadas das instituições de ensino especial para a escola regular, em uma linha mais educativa, centrada em um programa mais inclusivo e voltado para especificidade de cada um, considerando as características do aluno. O movimento de integração apesar de ter tido êxito também proporcionou a reflexão sobre a exclusão escolar dos alunos com deficiências, ajudando a desencadear o movimento da inclusão que pretende promover o sucesso pessoal e acadêmico de todos os alunos, numa escola inclusiva.

Para que realmente alcance os objetivos da inclusão, a escola deve promover uma educação de qualidade aos alunos com deficiências e, para isso, é necessária uma mudança no currículo e na metodologia e essencialmente na preparação do professor, argumenta, Goes (2004).

A Educação Inclusiva é uma modificação da educação escolar com a finalidade de democratização no ensino, respeitando a existência das diversidades culturais, raciais e sociais. Busca-se por seu intermédio assegurar a Educação Especial como uma modalidade, tendo por finalidade garantir recursos e serviços que contribuam para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiências e que proporcionem condições favoráveis para a inserção de todos no meio escolar.

A deficiência não deve ser caracterizada como algo individual, do próprio indivíduo e da sua condição de deficiência, mas como a ausência de um ambiente que favoreça o seu desenvolvimento e autonomia, segundo Omote (1996). Também não deve ser produto de julgamentos capacitistas que estigmatizam a pessoa como incapaz diante das normativas que a sociedade impõe como padrão de perfeição, seja na escola, nas relações sociais e no mundo do trabalho.

2. 2 Marcos legais e políticos da inclusão

Para que o processo de inclusão se efetive e para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência surgem muitas leis e decretos que regulamentam políticas públicas para a educação especial e inclusiva, e para a inserção na educação profissional e tecnológica. Pinheiro (2003) refere que é necessário que haja políticas públicas e que sejam articuladas as várias dimensões do ser humano, que contemplem desde a questão da educação, saúde, da cultura, acessibilidade, e

inserção no mundo do trabalho e ainda que contemplem os direitos humanos e a cidadania.

Na década de 90 as políticas educacionais brasileiras vinham passando por mudanças, e na educação especial inicia a implantação da política inclusiva, com a finalidade de uma educação de qualidade para todos e buscando a democratização do espaço escolar e a superação da exclusão das pessoas com deficiências.

Como marcos legais nessa política inclusiva têm-se a Política Nacional de Educação Especial, publicada em 1994, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), e os eventos internacionais como a Conferência de Jomtien, organizada pela UNESCO, na Tailândia, em 1990, com a elaboração do documento da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Oliveira, 2011).

No contexto histórico, o acompanhamento às pessoas com deficiências era voltado ao assistencialismo, não visava uma inclusão em todos os aspectos e dimensões da vida humana. De acordo com Alencar (2017), a Política de Educação Especial, publicada em 1994, fundamentada pelo modelo de integração, tendo as classes especiais e o ensino itinerante como modalidade de educação especial, dentre outros, é considerada um avanço, pois, retira o modelo assistencialista, que era uma das barreiras para efetivação da inclusão escolar das pessoas com deficiência.

Para Mantoan (2006), a inclusão discute não apenas sobre as políticas direcionadas à educação especial e ao ensino regular, mas também acerca dos próprios conceitos de integração. Coloca-se contra a integração e propõe uma inserção escolar total, completa e sistemática, não aceitando a recusa de matrículas, defendendo que os alunos com deficiências devem frequentar as escolas de ensino regular.

A inclusão, para Sassaki (1997), vem como uma modificação da perspectiva da educação porque tem como finalidade não somente os alunos com dificuldades na escola, mas visa defender todos os envolvidos no processo para favorecer o caminho de uma sociedade sem preconceitos.

A educação inclusiva é uma ação política que surge de um movimento mundial que busca a garantia de direitos a todas as pessoas em aprenderem e participarem juntas, sem discriminação, fundamentada nos direitos humanos e no princípio de equidade (Brasil, 2008). Em 2007 foi criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, um documento orientador para subsidiar os

sistemas de ensino no processo de inclusão das pessoas com deficiências. A Política tem como finalidade garantir a inclusão, a permanência e a continuidade dos estudos das pessoas com deficiências no ensino regular e promover a acessibilidade. Dentre os objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva busca-se garantir:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2007, p. 08).

Essa Política vem como fortalecimento da educação inclusiva como uma modalidade de ensino que perpassa desde a educação infantil à educação superior, modalidades de ensino como educação de jovens e adultos e educação profissional, dentre outras. Ela enfatiza a continuidade da escolarização das pessoas com deficiências, a participação da família e a necessidade de formação de professores para o atendimento educacional especializado, assim como formação para todos os profissionais da educação.

O Atendimento Educacional Especializado - AEE amplia o acompanhamento aos alunos com deficiências, no ensino regular, sendo realizado dentro das salas de recursos multifuncionais implantadas na própria escola. O Conselho Nacional de Educação - CNE estabelece diretrizes operacionais para o AEE na Educação Básica por meio da Resolução nº 4/2009 que define o Atendimento Educacional Especializado como um serviço da educação especial e considera como seu público:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (Brasil, 2009, p. 1).

Para o MEC, o AEE disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o

ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, entre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino regular. O AEE complementa a formação do aluno e não substitui o ensino regular, visando desenvolver a sua autonomia e independência na escola comum e fora dela, por exemplo, para que desenvolva tarefas simples da vida diária como atividades de higiene pessoal. Portanto, o AEE é um serviço da educação especial que tem como objetivo eliminar barreiras que dificultem a participação dos alunos no ensino regular considerando as suas necessidades específicas (Brasil, 2006).

Em 2015 houve um avanço e conquista para as pessoas com deficiências, a criação da Lei nº 13.146/2015, denominada também como “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, trazendo como base o princípio da dignidade da pessoa humana e assegurando e promovendo a igualdade de direitos, buscando a inclusão social e cidadã das pessoas com deficiências (Brasil, 2015).

Para Mészáros (2008), esses dispositivos legais representam apenas medidas paliativas, uma vez que os problemas sociais não estão sendo efetivamente solucionados e corrigidos, permanecendo as forças hegemônicas postas sobre as pessoas com deficiências.

2. 3 A inclusão na Educação Profissional e Tecnológica

A inclusão de alunos com deficiências deve perpassar pela educação profissional e tecnológica, visando uma educação dual numa perspectiva de formação integral e profissional para o mundo do trabalho. Nessa perspectiva, deve-se ampliar as discussões e pesquisas sobre a profissionalização das pessoas com deficiências objetivando além de uma formação básica também a técnica e profissional.

Para Carvalho e Cavalcanti (2019), espera-se que os Institutos Federais proporcionem uma formação aos alunos com deficiência de forma crítica e reflexiva para que se insiram profissionalmente, de forma efetiva, e não adentrem como uma mão-de-obra alienada, mas que possam entender o trabalho como um princípio educativo.

O Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP) é uma ação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC/MEC com a finalidade de incluir os

deficientes e discentes com necessidades específicas na educação profissional e tecnológica nas redes federais (Soares; Melo, 2016). Para efetivar o processo de inclusão na EPT, o programa ação TEC NEP buscou primeiramente inserir seu público através da oferta de acesso às vagas. No entanto, Marques (2014) enfatiza que mesmo com a lei de cotas garantindo o acesso do deficiente ao mundo do trabalho, a formação profissional ainda possui entraves e lacunas para efetivar a sua inserção.

Quando se refere à educação inclusiva, no contexto dos Institutos Federais, é importante destacar que o objetivo do programa TEC NEP não é o atendimento específico aos alunos com alguma deficiência, mas a um público mais amplo, que envolve aqueles que de alguma forma estão excluídos do contexto escolar. Assim, seu público são pessoas com alguma necessidade específica, seja com ou sem deficiência. O programa cria o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) para que seja efetivado o processo de inclusão dos alunos, desde o seu acesso na instituição, a sua permanência, êxito e ainda a continuidade dos estudos até a sua inserção no mundo do trabalho.

De acordo com Tanaka e Manzini (2005), na educação profissional voltada às pessoas com deficiências se observava muitas práticas discriminatórias, devido a algumas instituições especializadas utilizarem apenas atividades relacionadas a artesanato, tapeçaria e marcenaria, o que não contribuía efetivamente para qualificação dos deficientes.

Nesse contexto, Marques (2014, p. 53) refere que *“a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho não deve ser privilegiada, mas sim oportunizada”*. Marques (2014) coloca que a formação profissional deve estar pautada com a prática e ensino numa formação inicial e continuada, para que o indivíduo possa dar continuidade aos seus estudos ao longo da vida, numa visão de formação para o trabalho, construindo também sua cidadania. Assim, as instituições de educação profissional propõem projetos para contemplar novas competências e habilidades para favorecer na prática o que é importante para o mercado de trabalho. Para Carneiro (2005), a educação profissional para as pessoas com deficiências deve garantir a oportunidade de serem agentes ativos e participativos no sistema e, assim, essa educação deve ser voltada a uma formação integral. Sobre uma formação integral e unilateral, Manacorda (2010) defende que essa formação deve ser completa, buscando um desenvolvimento total e multilateral em todas as potencialidades e dimensões do ser humano.

Acerca da inclusão das pessoas com deficiências na educação profissional,

Carvalho (2016) discute que a forma deve favorecer uma prática educacional efetiva na formação para o mundo do trabalho considerando que, ao serem inseridos no mundo do trabalho, demonstram o seu valor e a sua contribuição às empresas, apresentando crescimento profissional e desempenho em suas atividades laborais.

Destacando as barreiras atitudinais existentes em nossa sociedade, Oliveira (2017) discorre que o aluno com deficiência ainda encontra obstáculos para a sua introdução no mundo do trabalho e uma das principais causas é a sua baixa escolarização. Para uma mudança desse cenário, Silva e Ramos (2018) apontam que a educação profissional de qualidade vem para contribuir na formação integral das pessoas com deficiência, para uma formação como cidadão perante a sociedade, objetivando superar a dicotomia entre a formação específica para o mercado de trabalho e a formação geral, visando uma formação tanto humana como laboral, técnico-científica e cultural.

2. 4 NAPNE: trajetória e atuação na inclusão das pessoas com deficiências

Dentre as ações do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP) houve a implantação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). No IFPI, o núcleo faz parte da Política de Diversidade e Inclusão e foi regulamentado pela Resolução nº 055/2021, que em seu Art. 6º descreve que as competências do NAPNE são:

- I – Disseminar cultura de inclusão no âmbito do IFPI, através de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão nas esferas municipal, estadual e federal;
- II – Supervisionar as políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos alunos com necessidades específicas;
- III - Participar das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento da instituição de modo a atender as pessoas com necessidades educacionais específicas;
- IV - Avaliar e propor diretrizes e metas a serem alcançadas, na proposta de inclusão;
- V – Elaborar, em conjunto com os docentes e coordenação pedagógica dos *Campi*, programa de atendimento aos alunos com necessidades específicas e auxiliar os professores a adequarem as suas aulas, conforme o programa definido;
- VI - Participar do processo de ingresso de novos alunos no IFPI (IFPI, 2021).

Percebe-se que são muitas as competências a serem desempenhadas pelo

NAPNE no âmbito do IFPI, sendo desde disseminar a política de inclusão internamente, assessorias e ações externas, participação das políticas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, como também o acompanhamento das políticas de acesso, desde o ingresso do aluno com necessidades específicas à permanência, êxito e a continuidade dos estudos. Diante dessas discussões, o NAPNE tem como desafio implementar a Política de Diversidade e Inclusão do IFPI.

De acordo com Mendes (2017), o marco nos Institutos Federais para a educação especial foi no começo do século XX com o Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP), que visa a transformação da realidade e a garantia dos direitos ao acesso à educação profissional e a inserção das pessoas com necessidades específicas no trabalho (Brasil, 2009).

Como aponta Nascimento e Farias (2013), o Programa TEC NEP possibilitou a quebra de um paradigma de exclusão educacional, construído durante muitos anos, que gerava desigualdade social e impossibilitava o acesso das pessoas com necessidades específicas nos cursos técnicos e tecnológicos ofertados pelas instituições de educação profissional.

A principal finalidade do TEC NEP, para Viana e Carvalho (2017), consiste em consolidar os direitos essenciais dos alunos com necessidades específicas para garantir o acesso aos Institutos Federais nos cursos regulares profissionalizantes. Devido ao grande número de evasão das pessoas com deficiências na escola, o programa pretendia também a sua permanência e inserção com êxito no mundo do trabalho. De acordo com Chicar (2014):

O desafio da educação profissional e tecnológica é associar à expansão a um atendimento de qualidade para alunos com e sem deficiência, sendo que estes últimos necessitam de adequações para recebê-los e acompanhá-los em suas trajetórias escolares dentro destas instituições. Em que, os Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas são mecanismos estabelecidos no interior dos IFEs para articular as ações de inclusão e para que estas se concretizem e atendam as especificidades dos alunos com deficiência é preciso disponibilizar ambientes com materiais didático- pedagógicos e espaços de discussão na perspectiva da educação profissional tecnológica inclusiva (Chicar, 2014, p. 58).

Para o atendimento das competências a serem desempenhadas pelo NAPNE, acompanhamento dos alunos, de seu ingresso na instituição, inclusive na realização do classificatório, acompanhamento das atividades escolares, sua permanência, até

o êxito com a integralização do curso, é necessário que os membros que o compõem tenham um conhecimento específico sobre a área da inclusão, para que as especificidades dos alunos sejam pensadas nesse processo de inclusão escolar (IFPI, 2014).

Segundo Anjos (2006), no Brasil a discussão sobre a educação profissional para as pessoas com deficiências foi amplamente debatida no âmbito da educação especial. Para o autor, a formação para o trabalho consiste em um meio de inclusão social e uma forma de proporcionar uma aprendizagem técnica, teórica e operacional relacionada à produção de bens e serviços a serem desenvolvidos tanto na escola como no mundo do trabalho. Para sistematizar as ações e atendimento às pessoas com necessidades específicas foi criado no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pelo Programa TEC NEP, o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (Anjos, 2006).

Em sua pesquisa, o surgimento dos NAPNEs é abordado por Lobão (2019) como o início das articulações e mediações das práticas relacionadas à inclusão e acrescenta que esse período coincide com as discussões sobre os aspectos legais e a organização educacional que buscava a garantia de igualdade como direito de todos. Para o autor, a proposta do TEC NEP é fundamentada na Constituição Federal de 1988, referindo que:

Ao registrar nos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, no artigo 3º, inciso IV, a responsabilidade de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”; no artigo 7º, inciso XXXI, enquanto um dos Direitos Sociais, a “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência” (Lobão, 2019, p. 46).

Sobre a finalidade do NAPNE, Lima (2020) faz uma análise da política de educação inclusiva do Instituto Federal de Goiás voltada para os alunos com necessidades específicas dos cursos integrados ao médio. O autor refere que o NAPNE constitui um espaço estratégico, como política, responsável pelo acompanhamento dos discentes com necessidades específicas nos IFs e tem por finalidade a promoção da educação numa perspectiva de aceitação da diversidade, a eliminação de barreiras, visando a acessibilidade arquitetônica, educacional, comunicacional e atitudinal, de maneira que lhes favoreça a inclusão.

Para Rodrigues (2019), a atuação dos profissionais que agem na inclusão na

EPT é um diferencial para que se alcance uma educação crítica-social e favorecida de forma unilateral, voltada ao público da educação especial na busca de um cidadão consciente atuante no mundo do trabalho, para evitar a educação tecnicista que era repassada às pessoas com deficiências.

Lobão (2019) em sua pesquisa intitulada “Educação Inclusiva: desafios e conquistas no percurso de acesso, permanência e êxito para os estudantes assistidos pelo NAPNE e a equipe multidisciplinar no IFS/*Campus* Aracaju”, descreve algumas das atribuições do NAPNE, de acordo com a Resolução nº 03/2014 do Instituto Federal de Sergipe. Dentre elas, a articulação entre os diversos setores da instituição nas ações relacionadas à inclusão, priorizando as ações e aquisição de equipamentos para as práticas educativas e assegurar aos alunos um ambiente para uma formação consistente, que propicie a aquisição de conhecimentos para uma atuação de forma autônoma e crítica na sociedade.

Sobre a atuação do NAPNE Lobão (2019) acrescenta que:

O NAPNE possui atribuições que caminham no sentido de favorecer e fomentar um ambiente escolar inclusivo onde a diversidade não pode ser considerada como desvio ou algo que precisa ser corrigido ou tolerado. À vista disso, a construção das ações compreende que todos os sujeitos estudantes vivenciam, em seu percurso escolar, necessidades educativas específicas. Logo, cada grupo de estudantes que compõem uma turma apresenta um conjunto singular de necessidades que devem ser consideradas, sendo a partir delas pensadas, em conjunto, as estratégias e metodologias de ensino-aprendizagem que devem constituir ponto de partida (Lobão, 2019, p. 53).

Borges (2019) descreve em sua pesquisa que as ações que o NAPNE pode desenvolver no âmbito interno envolvem quebras de barreiras e, no âmbito externo, a criação e execução de projetos de extensão e o estímulo da pesquisa. A operacionalização das atividades ocorre também de acordo com as demandas espontâneas e ainda as planejadas, como Lobão (2019) coloca:

A operacionalização das atividades do setor – NAPNE – é executada com base em demandas espontâneas, demandas encaminhadas e demandas planejadas. As espontâneas referem-se àquelas nas quais o estudante procura o setor e sua respectiva equipe para compartilhar determinada situação. As encaminhadas são caracterizadas quando o estudante é encaminhado ao setor, formal ou informalmente, por qualquer servidor, familiar ou colega estudante. Referente às demandas programadas, identificam-se ações vinculadas ao acolhimento dos estudantes ingressantes; acompanhamento de desempenho, frequência e comportamento na vivência escolar dos estudantes cadastrados no NAPNE; rondas periódicas pela escola com intuito de conhecer e identificar questões que necessitem de

intervenção; visitas domiciliares e institucionais para o acompanhamento em rede; reunião com docentes e coordenadores de cursos para acompanhamento em conjunto, troca de informações e experiências (Lobão, 2019, p. 53).

A atuação dos NAPNEs é relevante para o processo de inclusão dos alunos e, nesse aspecto, a pesquisa de Cunha (2020) realizada no Instituto Federal de Alagoas no *Campus* Piranhas, buscou fazer uma reflexão sobre o papel do NAPNE e a construção de um manual pedagógico que auxilie o atendimento aos alunos com necessidades específicas. Os participantes da pesquisa enfatizaram que o trabalho do núcleo visa a efetivação da inclusão e que, para tanto, não basta só inserir o aluno, mas também outros aspectos são essenciais nesse processo como o comprometimento da família, da equipe técnica, da gestão e dos professores, posto que todos devem contribuir de forma integrada para construção de uma sociedade mais inclusiva.

É importante relatar que a responsabilidade no processo de inclusão dos alunos com necessidades específicas dentro dos Institutos Federais não é exclusiva dos membros do NAPNE. Como aborda Lima (2020), o acompanhamento dos alunos com deficiências é responsabilidade de todos e o núcleo atua mostrando o caminho, mas a atuação efetiva em sala de aula para sanar as dificuldades dos alunos é papel do professor. O autor acrescenta que a formação continuada para os professores é fundamental para o aprimoramento dos profissionais e melhoria das práticas pedagógicas.

A pesquisa de Lobão (2019) ressalta a importância da capacitação, discussões e debates na área da educação inclusiva, sendo uma forma de facilitar e melhorar a postura, metodologias e estratégias para contemplar essa diversidade existente. Já Rodrigues (2019) relata a dificuldade de formação para os profissionais do NAPNE no *Campus* de Brasília, sendo necessário buscar parcerias externas devido a carência no quadro da instituição de profissionais especializados na inclusão no contexto da educação profissional, acrescentando que os membros se sentem desamparados em alguns momentos e situações diante das demandas exigidas no atendimento ao público da educação especial.

Constatou-se, portanto, nas pesquisas analisadas, que o surgimento do NAPNE se deu através do Programa TEC NEP e que o núcleo é o principal e mais importante meio de inclusão das pessoas com deficiências e necessidades

específicas nos Institutos Federais de Educação. Entretanto, é relevante destacar que tanto os membros que compõem o núcleo como os demais membros da instituição devem ser integrantes do processo de inclusão e que são necessárias formações continuadas para aprimorar as ações inclusivas.

É importante enfatizar que as práticas inclusivas devem ser propósito de todos que fazem parte da educação, não devendo caber apenas aos profissionais diretamente envolvidos na inclusão e na educação especial. Oliveira (2011) afirma a importância de todos participarem do processo de inclusão:

Torna-se imprescindível que o discurso e a prática inclusiva deixem de ser exclusivos dos docentes da educação especial e sejam de fato socializados, debatidos, problematizados e praticados por todos vinculados ao sistema educacional, enfim digo, que a inclusão seja extensivo a todos os excluídos da escola e convertido em práticas de inclusão (Oliveira, 2011, p. 40).

A inclusão não é responsabilidade apenas dos profissionais da educação especial. Esse compromisso deve ser assumido por todos que fazem parte da educação e é preciso ampliar as discussões para que essa prática inclusiva seja uma ação desenvolvida por todos.

2. 5 Processos e ações para o acesso, permanência e êxito dos discentes com necessidades específicas

O processo de inclusão enseja mais que integrar o aluno na escola. Visa garantir o seu acesso, a sua permanência e o êxito em sua escolarização com o propósito de que possa dar continuidade à sua vida acadêmica. O poder público deve assegurar o aprimoramento dos sistemas de educação com a finalidade de promover tais condições e para uma efetiva participação e aprendizagem através da oferta de serviços e recursos de acessibilidade para eliminação de barreiras (Brasil, 2015).

Quanto às definições, Assis (2017), define que permanência é o percurso do estudante desde o seu ingresso até a sua conclusão, e no que se refere ao êxito, são os progressos e desenvolvimento do sucesso do aluno.

Assim, para que a escola possa se tornar um espaço democrático, Kaufman *et al.* (2018) mencionam que o acesso, a permanência e o êxito escolar são fundamentais e que, para isso, as instituições devem realizar ações que favoreçam o desenvolvimento da prática educativa. No entanto, quando a instituição educacional

não garante a permanência e o êxito pode ocorrer a reprovação, a retenção e a evasão, esta última entendida, como uma forma de exclusão, o fracasso dentro da escola (Souza, 2014).

Apesar do fato de que a educação profissional vem ampliando o número de matrículas há, no entanto, necessidade de melhor articulação entre os níveis e modalidades de ensino para garantir não só o acesso à instituição, como também, o acesso aos diferentes processos e práticas educativas. Em decorrência do avanço dessa política de educação profissional houve um aumento no índice de evasão e reprovação, sendo uma constante preocupação na EPT (Kaufuman *et al.*, 2018).

2. 6 Acesso, Permanência e Êxito no IFPI

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (2015), a pessoa com deficiência tem direito à educação, devendo este ser assegurado pelos sistemas educacionais, que devem ser inclusivos em todos os níveis da educação para que, desse modo, o máximo de sua aprendizagem e desenvolvimento ao longo de toda a vida seja alcançado. A LBI dispõe no Art. 28 que o poder público deve além de assegurar, criar, desenvolver e fazer o acompanhamento e avaliação de vários fatores, destacando-se entre esses os concernentes ao acesso, permanência e êxito do educando com necessidade específica:

- II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- V - Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino (Brasil, 2015, p. 20 - 21).

A LBI prevê que os sistemas educacionais aprimorem seus serviços de atendimento, acompanhamento individual ou coletivo, e de aspectos relacionados à acessibilidade, para que favoreçam desde o acesso, a permanência, incluindo a participação e a aprendizagem. Nesse contexto, analisou-se alguns documentos do IFPI para garantia do acesso, permanência e para o êxito dos discentes. Os documentos objetos dessa análise foram os relatórios de gestão, PDI referentes aos

anos de 2020 a 2024, Resoluções, a Organização Didática, os incentivos com fomentos através dos editais de extensão e pesquisa, dentre outros.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) foi criado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, tendo como objetivos a ampliação da permanência dos jovens na educação superior pública federal, a redução dos impactos causados pelas desigualdades regionais, sociais, a diminuição dos números de retenção, evasão escolar, visando auxiliar a promoção da inclusão social através da educação. As ações do PNAE devem ser desenvolvidas nas áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação** (Brasil, 2020, grifo nosso).

No IFPI, a Política de Assistência Estudantil (POLAE) passou por uma atualização e consolidação, sendo aprovada pelo Conselho Superior através da Resolução Normativa nº 35/2021. A POLAE possui princípios e diretrizes para nortear a implantação de programas que buscam garantir o acesso, permanência e êxito dos discentes numa perspectiva inclusiva. Seus objetivos são a redução das desigualdades na educação, por meio de programas diversificados para atender principalmente os discentes provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade social, e a promoção de uma formação integral aos alunos, de acordo com as suas necessidades específicas (IFPI, 2021).

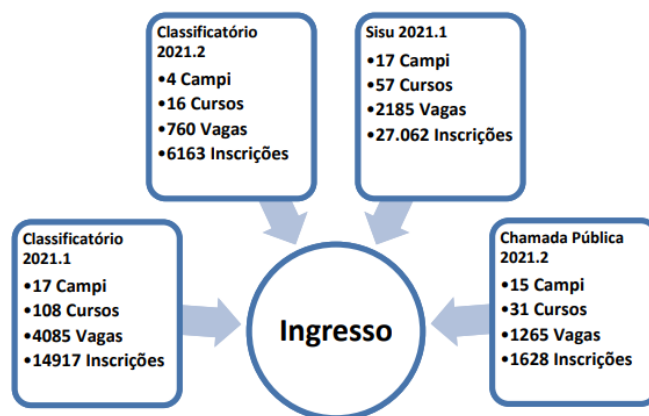
Essa política é um instrumento essencial para articulação entre ensino, pesquisa e extensão, pois promove a ampliação das condições de acesso, permanência e êxito acadêmico por meio do desenvolvimento de ações que minimizam fatores que interferem no processo de ensino aprendizagem, apoiando a formação de estudantes e contribuindo com a igualdade de oportunidades e prevenção da evasão escolar (IFPI, 2021).

Os Programas Universais propostos na POLAE são organizados em categorias: a primeira, o atendimento ao estudante voltado a ofertas de ações e serviços para

acompanhamento biopsicossocial e pedagógico; a segunda, o desenvolvimento técnico-científico, com programas voltados ao ensino, pesquisa e extensão, tendo como parte os programas/ações: Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante – PRAEI, monitoria de ensino, monitoria NAPNE, projetos de Iniciação Científica: PIBIC, PIBIC Jr, PIBIC IT e PIBIC Jr. IT, projetos de visitas técnica e eventos acadêmicos. A terceira categoria, necessidade específica, relaciona-se ao apoio à inclusão dos estudantes com necessidades específicas e, de acordo com o descrito no Art. 18 da subseção III, tem como objetivo garantir que esses estudantes possam ter acesso e acompanhamento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com a Política de Diversidade e Inclusão do IFPI, acrescentando que essas ações deverão ser operacionalizadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, em parceria com os setores afins (IFPI, 2021).

Em relação ao acesso, o relatório de gestão referente ao ano de 2021 descreve as formas de ingresso, quantidades de *campi* e de vagas que foram ofertadas. Percebe-se que o acesso na instituição aos cursos de nível médio ocorre por meio do Exame Classificatório, realizado duas vezes ao ano, sendo a há uma oferta maior no semestre 2021.1. Quanto aos cursos de nível superior, o ingresso é por meio do Sisú, sendo apenas uma entrada anual. Também há, ainda, outra forma de ingresso, através de Chamadas Públicas, que acontecem quando as vagas não são supridas por meio do Classificatório e do Sisú, cuja divulgação é via edital, elaborado em cada *Campus* para atender às suas especificidades de vagas. As formas de ingresso estão especificadas na figura 1:

Figura 1 - Formas de Ingresso: classificatório e seletivos
Classificatórios e Seletivos



Fonte: Relatório de gestão 2021 (IFPI, 2022).

No ano de 2021.1, verifica-se um número muito elevado de vagas disponibilizadas em Chamadas Públicas. Dos 20 *campi* do IFPI, 15 publicaram edital, que somaram um total de 1.265 vagas. Pode-se considerar um alerta para que a instituição tenha um olhar minucioso nesse processo de ingresso e, em uma perspectiva futura, realize pesquisas para identificação dos fatores que levam ao não preenchimento das vagas ou, ainda, modifique seu sistema de acesso.

Uma vez que o aluno ingressa na instituição, é preciso garantir e estimular a sua permanência. Para estimular a permanência e o êxito na integralização do curso, dentro do ciclo, o IFPI busca desenvolver atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão, sendo estas consideradas indissociáveis (IFPI, 2015). Ademais, o cumprimento desse objetivo também é buscado por meio de programas e projetos, vinculados a Política de Assistência Estudantil, como descrito no Relatório de Gestão do IFPI do ano de 2015:

- a) Realização de ações de acompanhamento dos alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI;
- b) Identificação e minimização das lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior, promovendo mecanismos de nivelamento e oferecendo condições para aprendizagens significativas;
- c) Identificação e minimização dos problemas de ordem psicológica ou psicopedagógica que interfiram na aprendizagem;
- d) Investimento nas potencialidades e disponibilidades evidenciadas pelos alunos, por meio do estímulo à canalização desse diferencial em monitorias

- de ensino;
- e) Estímulo à participação em projetos de iniciação científica, promovendo a possibilidade do fornecimento de bolsas e incentivos para tal;
- f) Viabilização de oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica. (Relatório de Gestão, 2015).

A instituição também trabalha a extensão, pontuando-a como uma política institucional para que a permanência se efetive, visto que auxilia e contribui para a formação profissional, o que caracteriza a nova educação brasileira que tem como finalidade superar as desigualdades sociais, sendo uma importante ferramenta de articulação entre a teoria e a prática, proporcionando uma vivência e aquisição de habilidades de competências necessárias para o um bom profissional de destaque (IFPI, 2015).

Para identificar os projetos de pesquisa e extensão, voltados para a temática da inclusão das pessoas com deficiências e necessidades específicas, foram analisados os projetos aprovados por meio de editais com fomento ofertado pelo IFPI. Para isso, realizou-se uma busca ativa no site da instituição e no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), partindo da base Pesquisa e Extensão, seguimento Editais - Resultado Final. A busca se delimitou aos projetos específicos da área da educação especial dos *campi*: Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí. No módulo Pesquisa foram analisados 57 editais, publicados no período compreendido entre 2017 e 2022; no módulo Extensão, 16 editais do mesmo período. Além disso, dados obtidos junto à Coordenação de Pesquisa e Extensão dos *campi* e os resultados de busca no site do IFPI também fizeram parte da pesquisa. Os resultados obtidos são os descritos no quadro 20:

Quadro 1 – Projetos de Pesquisa e Extensão no IFPI: temática inclusão das pessoas com deficiências e necessidades específicas

PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO NO IFPI				
CAMPUS	EDITAL	PROJETO	TIPO	ANO
Corrente	EDITAL Nº 7843 - PIBIC IFPI PESQUISA REMOTA	Metodologia do Ensino de Física para Alunos com Deficiência - Uma Revisão da Literatura no Contexto do Ensino Remoto	Pesquisa	2020
	Editais	I Seminário de Educação	Extensão	2017

Paulistana	NAPNE/103	Inclusiva do <i>Campus</i> Paulistana – SEDIN		
	EDITAL PIBEX Nº 101 – PROEX/IFPI	Adaptoteca: inclusão escolar de crianças especiais em uma sala de enturmação, a partir da implantação de uma brinquedoteca adaptada e um espaço de leitura em uma escola pública de Paulistana-PI	Extensão	2017
São João do Piauí	Edital NAPNE/103/2017	Inclusão e Diversidade: Desafios e Possibilidades na Educação Inclusiva	Extensão	2017
	EDITAL Nº 81 DE 27/06/2017 – PIBIC-JR/IFPI	A inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas no ensino regular na cidade de São João do Piauí: uma análise teórico-prática	Pesquisa	2017
	EDITAL 23/2021 - PROPI/REI/IFPI - Incentivo à Publicação De Produção Intelectual	Educação no trânsito para pessoas surdas: desafios e possibilidades	Pesquisa	2021
São Raimundo Nonato	Edital nº77 - PIBIC	Inclusão escolar: concepções de professores de alunos com deficiências do município de São Raimundo Nonato	Pesquisa	2015
	Edital NAPNE/103	Inclusão em ação: formação de professores em práticas pedagógicas inclusivas	Extensão	2017
	Edital 84 – edital PIBEX on line –	II Semana da Acessibilidade: direito à saúde em tempos de	Extensão	2020

	PROEX/IFPI	pandemia		
	EDITAL Nº 7849 - PIBIC JR INCLUSÃO IFPI - PESQUISA REMOTA	Aulas remotas emergenciais: desafios na inclusão dos alunos com deficiências	Pesquisa	2020
	EDITAL 21 - PROPI-REI-IFPI - PROAGRUPAR INFRA	NAPNE em tempos de pandemia: reestruturação do núcleo para o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências e necessidades específicas	Pesquisa	2021
Uruçuí	Editais NAPNE/103/2017	Ensinando ao surdo a sua própria língua	Extensão	2017
	EDITAL 18-2021 - PROPI-REI-IFPI - PROAGRUPAR INFRA PRIMEIRA PESQUISA	Laboratório do Clube de Línguas: Inglês, Espanhol e Libras	Pesquisa	2021

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

É importante ressaltar que o IFPI tem o NAPNE como principal meio de articular o acesso, a permanência e o êxito dos discentes com deficiências e necessidades específicas, sendo o núcleo responsável por várias ações para que a instituição cumpra suas competências e efetive a Política de Diversidade e Inclusão. Entre as ações relacionadas à acessibilidade ao ensino, foi realizada em 2020 a publicação de editais de monitoria para acompanhamento de alunos com deficiências auditiva e/ou visuais, com paralisia cerebral e para usuários de cadeira de rodas, conforme apresentado na figura 28. Destaque-se que a seleção de monitores é uma prática frequente em todos os *campi*.

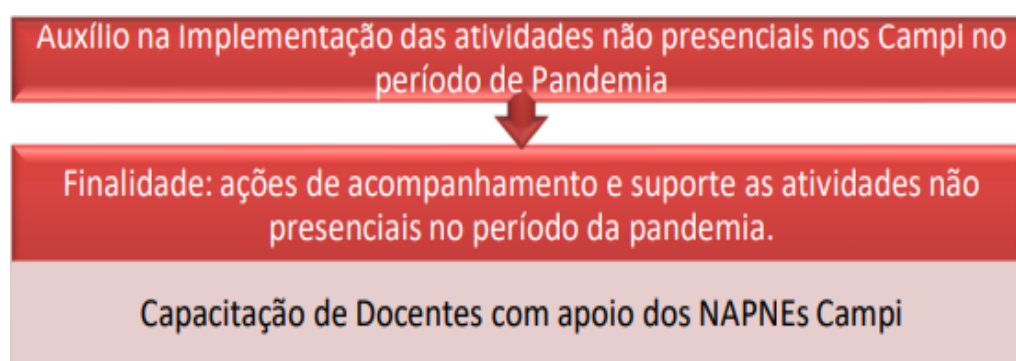
Figura 2 - Campi que realizaram edital de monitoria em 2020



Fonte: Relatório de gestão 2020 (IFPI, 2022).

Outras ações desenvolvidas, ainda em 2020, dizem respeito ao auxílio nas atividades executadas no período das aulas remotas emergenciais, com o objetivo de dar suporte e fazer o acompanhamento às atividades letivas não presenciais, assim como a aquisição de tecnologias assistivas para adaptação de materiais a serem disponibilizados para os alunos, com o fim de garantir que pudessem acompanhar as aulas, como mostrado nas figuras 29 e 30:

Figura 3 - Ações implementadas para suporte às aulas remotas emergenciais



Fonte: Relatório de gestão 2020 (IFPI, 2022).

Figura 4 - Aquisição de tecnologias assistivas/adaptação e conversão de material didático



Fonte: NAPNE/PROEN/PROEX, 2020.

Fonte: Relatório de gestão 2020 (IFPI, 2022).

No ano de 2021, conforme o Relatório de gestão (2022), além das ações com monitorias e formações através de cursos e palestras desenvolvidas pelo NAPNE, foram realizadas pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) as ações descritas na figura 30:

Figura 5 - Ações da PROEN em 2021 voltadas à inclusão



A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) realiza o mapeamento anual e acompanhamento contínuo dos estudantes com demandas educativas específicas.

Mapeamento no início de cada período letivo para identificar quais as necessidades dos discentes ingressantes e realizar novas entrevistas com os alunos a cada semestre para identificar as adequações necessárias e obter novas informações sobre as dificuldades apresentadas.



AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVA/ADAPTAÇÃO E CONVERSÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

- Levantamento das tecnologias para atender a demanda dos discentes.
- Adaptação de materiais didáticos para os alunos com baixa visão, deficiência visual e cegueira acompanharem as aulas e realizarem estudos.
- Digitação e digitalização de livros e arquivos;
- Conversão de imagem e arquivos em pdf abertos

Fonte: NAPNE/PROEN/PROEX, 2021.

Fonte: Relatório de gestão 2021 (IFPI, 2022).

Em relação à acessibilidade dos espaços físicos, a Diretoria de Infraestrutura realizou pesquisas junto às comunidades acadêmicas, visando conhecer o perfil, especificidades e necessidades de cada *Campus*, para aventar, junto a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), a implementação de projetos de acordo com disponibilidade orçamentária (IFPI, 2022).

As ações de acessibilidade na instituição têm sido um trabalho constante, realizado em todos os *campi*, podendo ser confirmadas nas entrevistas realizadas com os gestores e conforme constam no Relatório de gestão de 2021:

A Diretoria de Infraestrutura está em constante elaboração de projetos e adequação aos novos espaços, à medida que são criados, com implementação de projetos de acessibilidade, a fim de tornar nossos campi totalmente acessíveis para todas as necessidades que por eventualidade possam surgir, considerando que o nosso público é altamente rotativo e sempre temos adaptações a realizar. Atualmente temos todos os campi com adaptações para acessibilidades e com projetos prontos e aguardando a sua implementação (IFPI, 2022, p. 38).

De acordo com a Diretoria de Infraestrutura, vêm sendo executados projetos de adaptações de acessibilidade e há outros ainda a implementar, o que mostra que

o IFPI está comprometido com a inclusão e garantia dos direitos, reconhecendo que tornar os espaços da instituição cada vez mais acessíveis para as pessoas com deficiências é um trabalho contínuo.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se refere ao estudo sobre Memórias, histórias e processos do NAPNE: fomento das políticas de inclusão como estratégia de permanência e êxito dos discentes no IFPI e foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, delimitada aos *campi* do sul do estado: Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí.

3. 1 Caracterização da pesquisa

Foram adotados, nesta pesquisa, os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) quanto à sua natureza - é uma pesquisa aplicada pois objetiva criar conhecimentos para aplicação prática visando a solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais;
- b) quanto à abordagem ao problema – qualitativa;
- c) quanto aos objetivos é descritiva, tendo como finalidade fazer uma descrição das características de uma determinada população estabelecendo as relações entre as variáveis (Gil, 2002).

O objeto de estudo se refere aos processos do NAPNE, procurando abordar as memórias, aspectos históricos das políticas de inclusão para atendimento aos discentes, buscando a sua permanência e o êxito dentro da instituição e no mundo do trabalho. No tocante à abordagem qualitativa de natureza aplicada, quanto aos objetivos, foi exploratória, visando desenvolver conceitos e ideias, geralmente abrangendo levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudos de casos (Gil, 2018).

Prodanov e Freitas (2013) afirmam que uma pesquisa qualitativa é aquela que não utiliza técnicas e métodos estatísticos e apresenta uma relação de subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Figura 6 – Metodologia da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Em relação aos procedimentos, a pesquisa de campo foi desenvolvida em 05 (cinco) *campi* do IFPI que se localizam no sul do Piauí, contando também com uma pesquisa documental que analisou as bases legais da instituição e as específicas de cada *Campus*, através uma leitura dos marcos legais do IFPI e dos *campi* abrangidos, para identificar os processos e ações do núcleo.

3. 2 Cenário de estudo

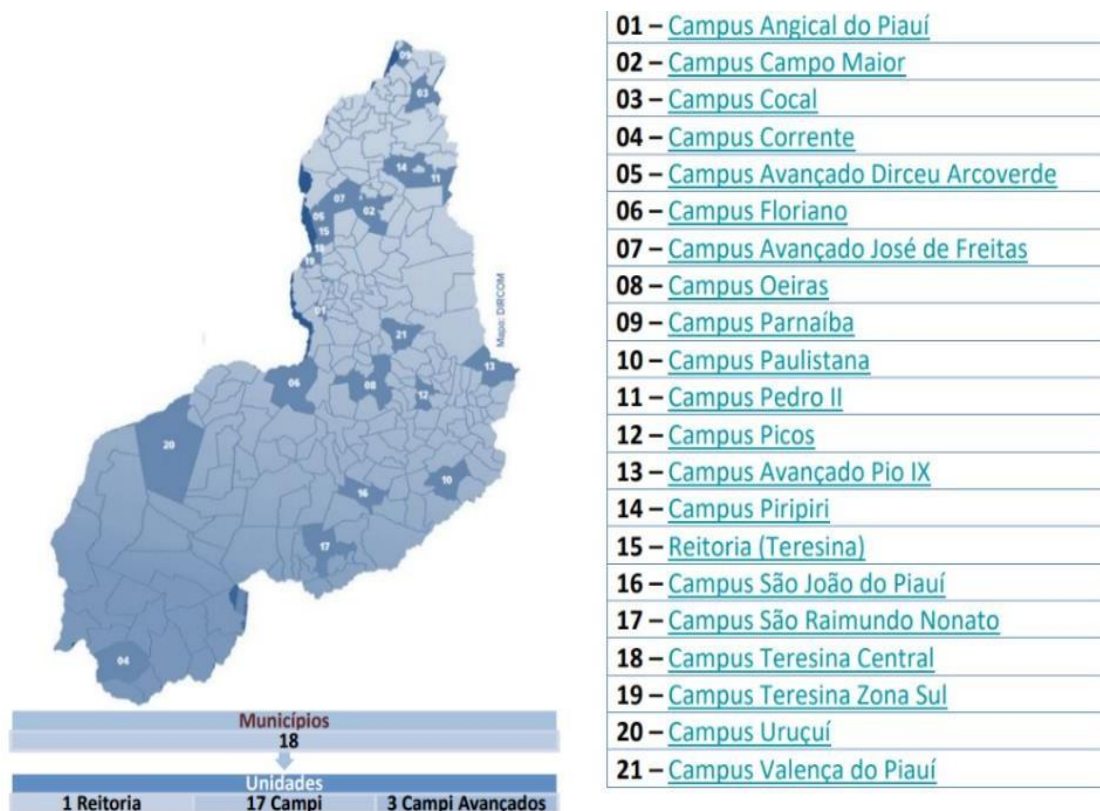
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, IFPI, é uma instituição de ensino que oferta educação superior e básica de nível médio técnico, tecnológico e profissional, tendo como missão uma educação de qualidade e de acordo com as demandas da sociedade na qual está inserido. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui sobre a criação do Institutos Federais de Educação:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008).

Como se vê em Costa (2019), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí foi criado pela Lei no 11.892/2008, e até dezembro de 2009 existiam apenas 05 (cinco) *campi*, sendo 2 (dois) em Teresina, os outros em Floriano,

Picos e Parnaíba, tendo se expandido em 2014 para 16 (dezesseis) *campi* e em 2018 já contava com 20 (vinte), distribuídos por todo o Piauí, sendo o número atual, conforme distribuição demonstrada na figura 7.

Figura 7 – Distribuição dos *campi* do IFPI



Fonte: Relatório de Gestão exercício 2021 (IFPI, 2022).

A pesquisa teve como foco os processos dos NAPNEs no atendimento às pessoas com necessidades específicas, no acompanhamento aos alunos com deficiências e necessidades específicas.

3. 3 Participantes da Pesquisa e estrutura do NAPNE

A inclusão, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, é assegurada através da Política de Diversidade e Inclusão e foi instituída pela Resolução nº 004/2015/CONSUP, com atualização em agosto de 2021 pela Resolução Normativa nº 56/2021/CONSUP/IFPI, e tem por finalidade promover inclusão de atividades e ações visando uma instituição inclusiva com valores democráticos e respeito à diversidade. Para atingir essa finalidade a Política de

Diversidade e Inclusão do IFPI possui dois núcleos: NEABI e NAPNE, sendo foco desta pesquisa apenas o NAPNE.

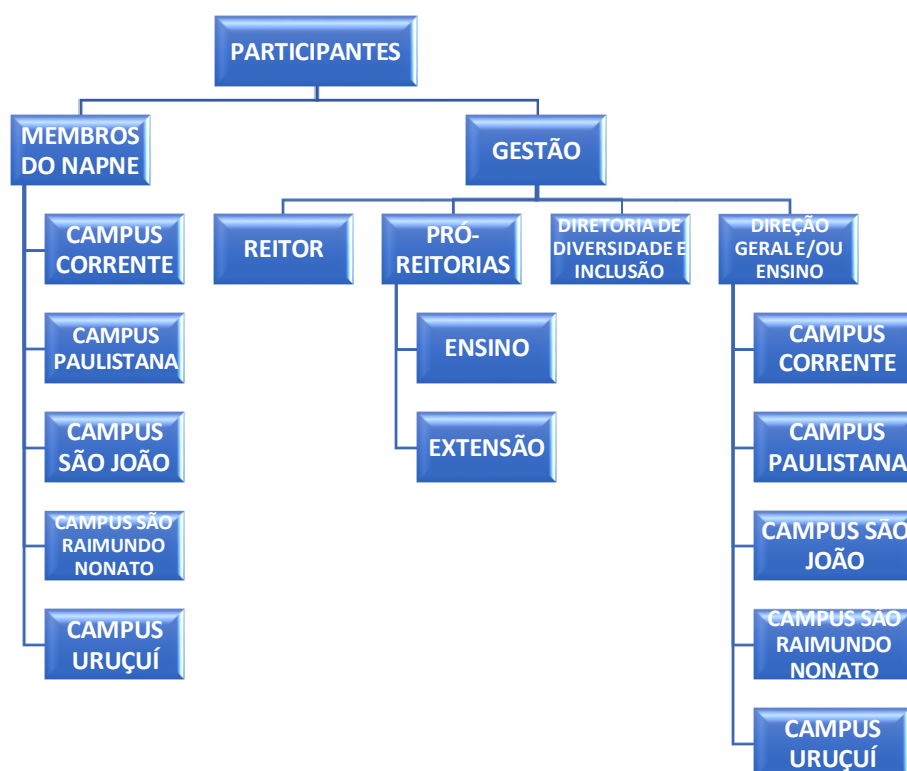
De acordo com a Resolução Normativa nº 55/2021 do Conselho Superior do IFPI, a finalidade do NAPNE é a promoção e o desenvolvimento de ações e atividades da Política de Diversidade e Inclusão, na instituição, das pessoas com necessidades específicas, sendo um setor consultivo vinculado à Pró-Reitoria de Ensino e à Pró-Reitoria de Extensão. O NAPNE deve ser implantado em cada *Campus* e composto por uma equipe multiprofissional, conforme especifica o artigo 7º:

Art. 7º O NAPNE do IFPI é composto por uma equipe multidisciplinar nos campi (Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Docentes, Pesquisadores e Profissionais do corpo técnico-administrativo) e por equipe técnica da Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Extensão (IFPI, 2021).

A seleção dos participantes foi realizada com o objetivo de compreender a concepção da gestão, por entender que desempenham papel fundamental na implementação de políticas voltadas a inclusão dentro da instituição. E os membros do NAPNE foram incluídos para obter uma compreensão mais profunda dos processos e ações necessários para acompanhar os alunos, aproveitando suas experiências.

Os participantes desta pesquisa, descritos na figura 8, foram os membros do NAPNE dos *campi* de: Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí, compondo um total de 11 participantes, e representantes da gestão: Diretores Gerais e/ou de Ensino dos *campi* supracitados, o representante da Diretoria de Diversidade e Inclusão, Pró-Reitores de Extensão e de Ensino e Reitor, representantes da instituição com os quais o NAPNE está hierarquicamente ligado, como prevê o Art. 4º da Resolução Normativa nº 55/2021: “O NAPNE é um setor consultivo e encontra-se ligado à Reitoria, à Pró-Reitoria de Ensino e à Pró-Reitora de Extensão, com núcleo sediado em cada Campus do IFPI”.

Figura 8 – Participantes da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

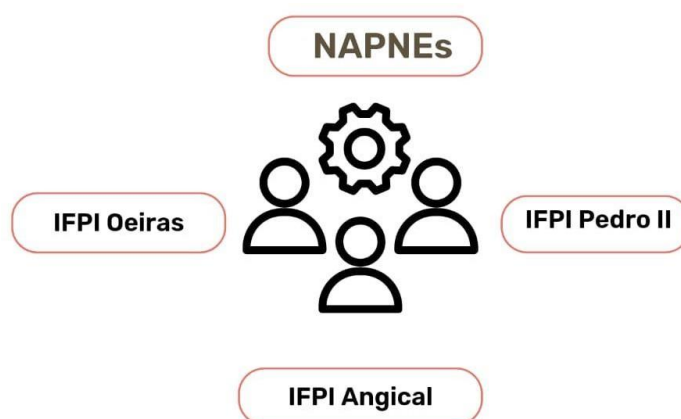
A operacionalização da pesquisa ocorreu em 3 etapas. Na primeira foi realizada uma pré-testagem do estudo de caso e validade dos instrumentos de coletas de dados, com a finalidade de verificar a viabilidade dos estudos de casos, análise em relação à construção dos casos propostos, aos conteúdos, às deficiências abordadas, às questões norteadoras, vídeos com as apresentações dos casos e do roteiro de entrevista. A segunda etapa contemplou a realização de entrevistas semiestruturadas com os gestores da instituição: Reitor, Pró-Reitorias de Ensino e Extensão e a Direção Geral e/ou de Ensino de cada *Campus*. E, como terceira etapa, a aplicação de um grupo focal com a participação dos membros dos NAPNEs dos *campi*: Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí.

a. Técnicas de Coleta de dados

Para testar e validar os instrumentos elaborados para coleta de dados desta pesquisa foi realizada uma pré-testagem através de um grupo focal com a finalidade de verificar a viabilidade, receber contribuições para melhorias e testar a aplicação dos estudos de casos utilizando essa técnica.

A pré-testagem teve como participantes coordenadores do NAPNE que não são do público desta pesquisa. O convite para participação nesta etapa ocorreu através de *e-mail* e *WhatsApp* e a aplicação ocorreu de forma virtual através do *Google Meet* realizado no dia 30 de maio de 2022, tendo uma duração de 2h:03min40seg. Participaram 3 coordenadores dos seguintes *campi*, conforme figura 9:

Figura 9 - Grupo focal da pré-testagem



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Após a pré-testagem foi realizado as modificações nos instrumentos. Para a coleta de dados foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com os diretores e a alta gestão da instituição com a finalidade de analisar as ações de gerenciamento para a inclusão, o acesso, a permanência e o êxito dos alunos, bem como aspectos relacionados à acessibilidade, formação de professores e as bases legais e atos normativos.

Utilizou-se a técnica da entrevista como instrumento de coleta de dados para os participantes da gestão sendo eles: Reitor, Pró-Reitores e Diretores. Para Martins e Theóphilo (2009), tal técnica é um instrumento utilizado para se obter dados de um determinado grupo social por intermédio de questões a ele formuladas. Severino (2014) define entrevista como uma técnica que visa coletar informações sobre um assunto a determinados sujeitos pesquisados, sendo que a entrevista estruturada apresenta questões previamente estabelecidas.

Também para a coleta de dados foi utilizada a técnica de grupo focal, aplicada de uma discussão com os membros do NAPNE acerca de estudos de casos com a

simulação de situações pré-definidas sobre discentes com deficiências e com necessidades específicas.

Os estudos de casos, que foram dois, ocorreram no período de 02/05 a 24/05/2022 e, para a sua construção, levou-se em consideração características gerais das deficiências abordadas por meio de uma pesquisa para que os casos apresentassem características reais das deficiências. Ademais, criou-se situações- problemas que comumente ocorrem no contexto escolar e familiar da pessoa com deficiência e, com a finalidade de ampliar as discussões para além das deficiências, acrescentou-se algumas comorbidades que frequentemente pessoas com deficiências apresentam, como por exemplo duas ou mais deficiências ou transtornos associados.

No primeiro estudo de caso, definido como Caso Benjamin, em referência ao Instituto Benjamin Constant, analisou-se um aluno com baixa-visão, com uma doença degenerativa denominada de Retinose Pigmentar, que pode progredir a cegueira total, para assim propiciar que o grupo focal discutisse as ações e processos para alunos com baixa-visão ou cegos.

O autismo foi o objeto de análise do segundo estudo de caso, que abordou sobre um aluno autista que apresenta também um atraso intelectual e com o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), com o propósito de ampliar as discussões também para outras necessidades específicas que são muito comuns no público do NAPNE. O discente fictício recebeu o nome de André em referência ao personagem da Turma da Mônica de mesmo nome que é autista, no entanto, para ampliar a discussão acrescentou ao estudo de caso o TDAH como comorbidade.

A escolha dessa técnica é justificada por ser um método que visa o aprofundamento nas discussões dos questionamentos e situações-problemas a serem pesquisados. Morgan (1997) refere que no grupo focal ocorre uma interação entre os participantes, objetivando uma discussão em que podem refletir e até rever suas afirmações e seus pontos de vistas, diferenciando-se da entrevista que segue uma sequência de perguntas e respostas.

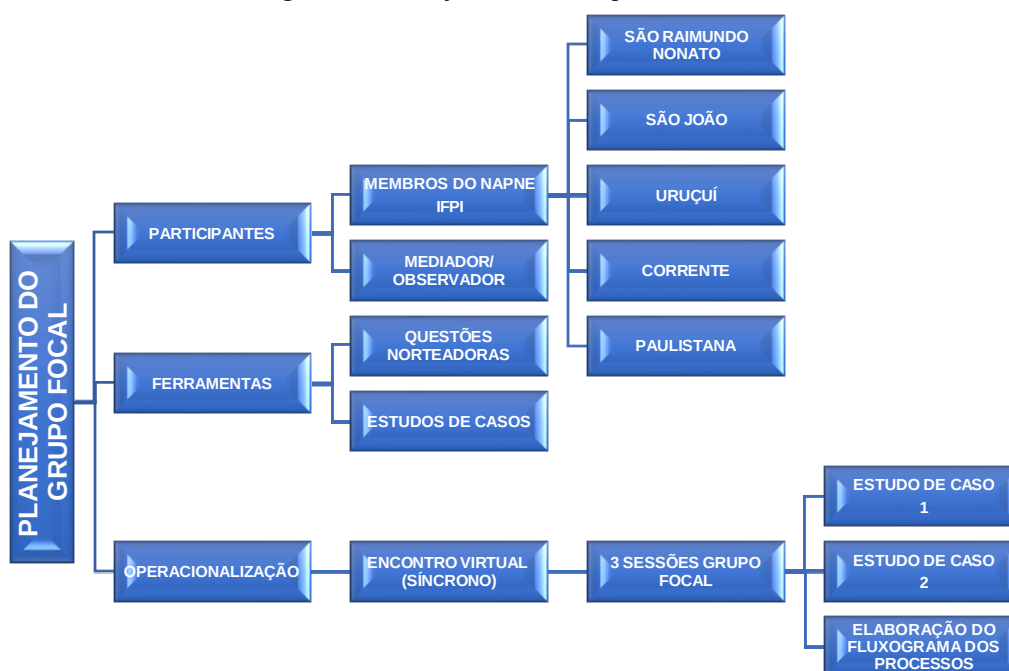
Os grupos focais são uma técnica muito utilizada em pesquisas qualitativas. Dias (2000) tem quanto ao seu uso:

Pode ser utilizado na geração de novas ideias, novos conceitos, serviços ou produtos. Nesse caso, os participantes são solicitados a dar opiniões sobre um produto ou serviço existente e a sugerir modificações para sua melhoria.

A vantagem do grupo focal sobre outras técnicas é que uma nova ideia gerada por algum dos participantes é imediatamente testada, a partir da reação dos outros participantes, em apoio ou repúdio. Em um grupo, alguém expressa um desejo ou necessidade, outra pessoa reage, concordando ou discordando, e uma terceira ainda pode modificar a mesma ideia para torná-la mais acessível. Enfim, todo o grupo acaba emitindo uma opinião a respeito. Com isso, ganha-se tempo no projeto de novos produtos e serviços, atendendo às expectativas de usuários reais (Dias, 2000, p. 8).

Kinalski *et al.* (2017) descrevem a importância de um planejamento para que os dados sejam coletados de forma a atingir os objetivos e obter resultados efetivos. Nesse contexto, temos abaixo o organograma (Figura 10) com o planejamento do grupo focal realizado nesta pesquisa, descrevendo o planejamento, os participantes, as ferramentas e a operacionalização da técnica.

Figura 10 – Planejamento do Grupo Focal



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O grupo focal foi realizado com 11 (onze) participantes e a execução ocorreu em 03 (três) sessões por meio de teleconferências virtuais (*Google meet*), da seguinte forma:

1ª sessão - explanação da finalidade da pesquisa, orientação da dinâmica e apresentação do objeto de estudo do primeiro caso: um aluno fictício, com baixa-visão, público alvo do atendimento do NAPNE, com o intuito de que após a discussão os participantes traçassem os processos e ações que cada um executaria para atendê-lo no NAPNE.

2ª sessão – apresentou-se um estudo de caso de um aluno fictício com o Transtorno do Espectro Autista, ocasião em que se realizou discussão através de questões norteadoras e em que se construiu um mapa com os processos e ações de atendimento do NAPNE diante de um cenário pandêmico.

3ª sessão - a partir das discussões feitas pelo grupo focal, das entrevistas com a gestão, dentre outras etapas da pesquisa, construiu-se uma proposta de fluxograma com os processos e ações para o acompanhamento e atendimento do NAPNE. A proposta foi apresentada aos membros participantes para avaliação da viabilidade e sugestões de melhoria.

O desenvolvimento da técnica deu-se por meio do estudo de casos pré- definidos e um roteiro constando perguntas norteadoras para desencadear as discussões junto ao grupo focal contando, ainda, com a apresentação de dois cenários que descreveram situações a serem discutidas para o acompanhamento dos discentes desde o acesso, permanência e êxito.

A coleta de dados ocorreu de forma virtual, o que possibilitou a participação de representantes, com diferentes experiências, dos NAPNEs que estão localizados no sul do Piauí. De acordo com Murray (1997), os grupos focais podem ser conduzidos de forma eletrônica (virtual), através de *chats* e por outras formas de videoconferências *on-line*.

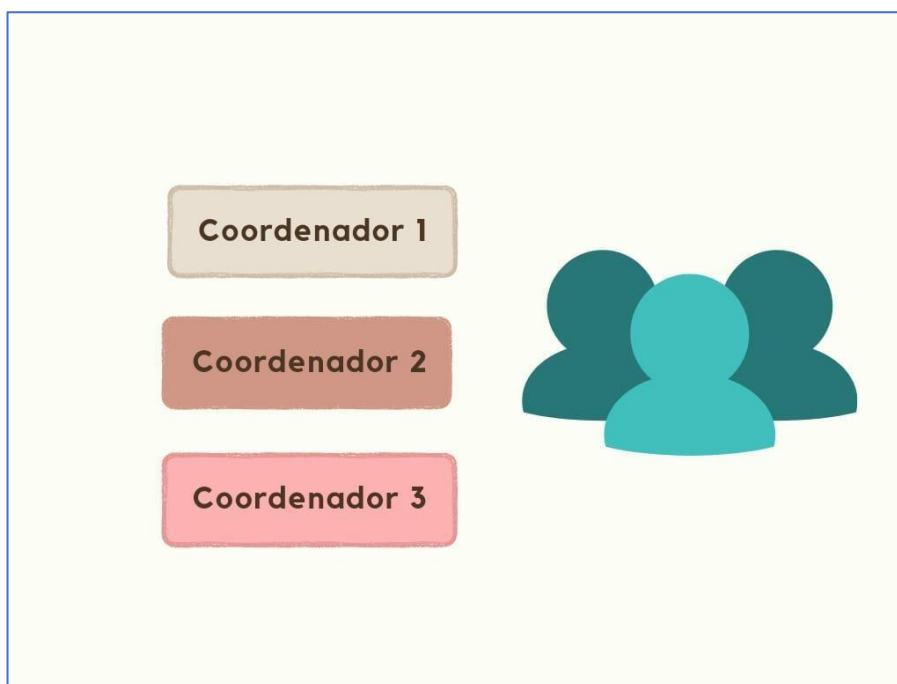
4 ANÁLISE DOS DADOS

Nessa etapa, os dados foram coletados tanto por meio das entrevistas como das discussões do grupo focal. Nas entrevistas com a gestão, que foram transcritas para discussão dentro dos objetivos propostos, foi realizada a análise de conteúdo de forma qualitativa. Para Silva (2012), analisar corresponde a salientar as relações e características relacionadas ao tema estudado no intuito de buscar respostas às indagações da pesquisa.

4. 1 Análise da pré-testagem dos instrumentos de coleta de dados

Para resguardar, manter o sigilo e respeitar os aspectos éticos e legais concernentes à pesquisa foi utilizado o pseudônimo Coordenador seguido da numeração de 1 a 3, cuja definição foi aleatória, para identificar os participantes (Figura 11).

Figura 11 – Identificação dos participantes da pré-testagem



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Os instrumentos compostos por um roteiro com orientações sobre a pesquisa, sobre as etapas de realização de um estudo de caso, as etapas de aplicação do grupo focal, dois estudos de casos, as questões norteadoras que irão direcionar as

discussões e um roteiro de entrevista a ser aplicado com os gestores foram encaminhados por *e-mail* aos coordenadores. Foram produzidos 3 vídeos, sendo 1 sobre o acesso e discussão sobre as formas de entradas, as cotas para PCDs, e 2 vídeos com os estudos de casos e o roteiro. Ao finalizar o grupo focal foi enviado um questionário elaborado no *Google* contendo 18 questões para que os participantes fizessem uma avaliação e contribuições sobre instrumentos.

Quadro 2 – Instrumentos utilizados no grupo focal (etapa pré-testagem)

INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO	LINK
Guia	Apresenta o roteiro a ser aplicado para o grupo focal e os instrumentos a serem testados, com o objetivo de avaliá-los e aprimorá-los.	https://drive.google.com/file/d/1Vw_Zgb_uDnDMF_oCOX3Np_LmVb0jPzRb/view?usp=share_link
Vídeo 1: O acesso	Descreve dois alunos com deficiências que estão na etapa do Exame Classificatório do IFPI, com a finalidade de discutir a atuação do NAPNE desde o acesso.	https://drive.google.com/file/d/1tMIeVluMOF4ozCc8lEmM16WwTsvRIMC/view?usp=share_link
Vídeo 2: Caso Benjamin	Apresentação do caso do aluno fictício Benjamin, com baixa-visão, que foi aprovado para o curso técnico integrado ao médio de Informática, com a finalidade de discutir, mapear os processos e ações do NAPNE e elaboração de um fluxograma.	https://drive.google.com/file/d/18sJR51qD1VLBkLd8-r9T23ogsoXIMKaF/view?usp=share_link
Vídeo 3: Caso André	Apresentação do caso do aluno fictício André, com autismo, que foi aprovado para o curso técnico integrado ao médio de Administração, com a finalidade de discutir, mapear os processos e ações do NAPNE e elaboração de um fluxograma.	https://drive.google.com/file/d/1GRnU584TdJa301keDwdJYdQg0lOxe7-R/view?usp=share_link

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O grupo focal teve início com a leitura do roteiro seguido da apresentação dos seus membros, dos objetivos da pesquisa, de orientações acerca de cada etapa e da função de cada participante do grupo. Foi mostrado o vídeo 1, abordando sobre o

acesso, e em seguida feita a discussão sobre as formas de ingresso à instituição, com reflexão sobre as cotas para PCDs e sobre o papel do NAPNE a partir do acesso do aluno no acompanhamento da realização do Classificatório.

O Coordenador 1 relata que ao assistir o vídeo fez a seguinte reflexão a respeito da participação do NAPNE no Exame Classificatório:

Nós não temos essa participação efetiva desde esse momento do Classificatório. Já temos uma ação mais efetiva quando o aluno está na instituição, então, realmente é interessante que alguém, um membro do NAPNE, faça parte da comissão do classificatório no *Campus* para acompanhar desde o início do processo. Seria uma forma do NAPNE auxiliar o acesso (Coordenador 1).

Ainda, ressalta que o caso do aluno Benjamin é muito semelhante ao de um aluno que o seu *Campus* já teve e que também não entrou pelas cotas, sendo identificado depois em sala de aula. Explica acerca do acompanhamento do aluno:

Não fazemos o acompanhamento desde o Classificatório, mas saindo o resultado, o primeiro passo é verificar se tem alunos pelas cotas PCDs. Entrando esse aluno, já entramos em contato, chamamos o aluno e a família. A Coordenação Pedagógica faz esse trabalho inicial, pra depois, quando eles iniciarem as aulas, a gente marcar uma reunião com a equipe do NAPNE para fazer essa conversa com o aluno e a família. Após esse diálogo, a partir do levantamento feito do que precisa e de como o NAPNE pode colaborar, a gente leva para os professores no encontro pedagógico. Já fazemos o levantamento de todos os alunos que estavam e que entram no Classificatório. Nós levamos essa demanda para o momento do NAPNE no encontro pedagógico e também enviamos por *e-mail* (Coordenador 1).

O Coordenador 2 coloca que a discussão o fez lembrar da composição que o núcleo deve ter, considerando que a Resolução coloca como membros obrigatórios o assistente social, psicólogo e pedagogo, mas não cita como profissionais indispensáveis os intérpretes de Libras e profissionais leitores, que são os atendimentos especializados mais solicitados no Exame Classificatório. Acrescenta que:

Acho que essa demanda, no caso, de acompanhar esses alunos na entrada, não seria do NAPNE, porque esses profissionais leitores e intérpretes não são obrigatórios. A sugestão seria que na própria equipe do NAPNE já tivesse esses profissionais especializados (Coordenador 2).

De acordo com Sousa (2021), é importante dar visibilidade sobre o NAPNE à comunidade externa, principalmente nos espaços em que há pessoas com

deficiências, como forma de aumentar o acesso e a procura pelos cursos técnicos no IFPI, enfatizando que existe um núcleo para acompanhamento e apoio conforme as necessidades específicas de cada discente. Assim, o Coordenador 3 narra a necessidade de a instituição melhorar o aspecto da divulgação do Exame Classificatório, pois percebe-se que muitas vezes a comunidade não sabe que o IFPI recebe e tem um núcleo para acolhimento e acompanhamento de pessoas com deficiências. Como cita:

Em relação ao Classificatório, minha inquietação foi ainda no sentido da divulgação. Aqui temos a prática de divulgar nas cidades do entorno, temos 90% dos alunos dessas cidades. Geralmente se divulgam nas escolas, nas praças. Acho que no processo de divulgar seria muito interessante mostrar que o instituto tem essa acolhida, que recebe alunos com deficiências. Acho que muitos nem procuram por não entender que tem como entrar alunos com alguma deficiência. Acredito que a partir da divulgação, o NAPNE poderia estar entrando com essa fala, esse acolhimento, esse chamado, essa possibilidade. Com relação ao Classificatório em si, às demandas do dia da prova, pelo menos aqui no Campus nunca houve uma procura, um pedido de adaptação, mas, na medida da necessidade, o NAPNE precisa estar preparado para prover todas as necessidades daquelas pessoas que estão nesse processo de fazer a prova do Classificatório (Coordenador 3).

O Coordenador 1 aborda sobre a composição do NAPNE que é descrita na Resolução Normativa nº 55/2021, sendo que o núcleo não possui os profissionais que são muitas vezes solicitados no atendimento especializado para o dia da prova do Exame Classificatório, como intérpretes de Libras e leitores, que numa situação de solicitação de atendimento especializado, como no Classificatório, terá que ser solicitado o apoio de outros *campi* para que a demanda possa ser atendida, referindo assim que não seria atribuição do NAPNE esse acompanhamento no Classificatório e sugerindo que seja acrescentado na portaria do NAPNE esses profissionais.

Após a discussão quanto ao acesso, foi apresentado o vídeo 2, do caso Benjamin – deficiente visual, para que em seguida os coordenadores fizessem uma reflexão de como o NAPNE pode acompanhá-lo. Para isso, a discussão foi direcionada para as questões norteadoras, conforme quadro 2, buscando analisar os processos e ações do NAPNE desde o acesso, a sua permanência e o êxito do discente.

Quadro 3 - Questões norteadoras

QUESTÕES NORTEADORAS
As cotas para PCD vem atendendo a demanda social? Como podemos melhorar o acesso à instituição?
Em relação a sala de aula, quais ações podem ser desenvolvidas?
Que aspectos gerenciais precisam ser executados?
Que outros profissionais podem auxiliá-los? Quais os encaminhamentos?
Que recursos materiais precisam ser adquiridos?
Que outras ações e processos o NAPNE pode realizar?

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O segundo caso a ser discutido foi de um aluno autista, André. Para auxiliar a discussão foi elaborado um vídeo, além de relato do caso descrito no guia. A discussão foi abordada a partir das questões norteadoras, iniciando-se com o assunto cotas: As cotas para pessoas com deficiências vêm atendendo a demanda social? Como podemos melhorar o acesso à instituição?

O Coordenador 2 observou que o edital do Classificatório prevê as cotas para PCD vinculadas à escola pública, o que considera um fator limitante. A visão que se pode ter deste fato, a grosso modo, é que só quem tem deficiência quem não é favorecido economicamente, mas que há famílias que têm condições de colocar seu filho na escola particular. Sugere, diante disso, a implementação de melhorias no acesso, ampliado as vagas de cotas para PCDs ainda que o candidato não tenha estudado em escola pública.

Sobre o apoio da gestão, pontuou-se uma questão norteadora abordando os aspectos gerenciais que precisam ser melhorados para o acesso, permanência e êxito do aluno. O Coordenador 2 sugeriu que a pergunta fosse feita de modo ser mais claro, pois só foi compreensível após explicação da pesquisadora.

Quanto ao NAPNE, o coordenador supracitado externou sua concepção sobre a grande relevância do núcleo, mas, destacando algumas dificuldades observadas, inclusive, em outros *campi*:

A gente ainda não tem uma estrutura totalmente acessível. Como por exemplo, nós fizemos um projeto de um evento com o benefício, compramos os materiais e não temos uma sala para guardá-los. A nossa equipe é composta por técnicos e professores, ou seja, não podemos fazer diagnóstico no nosso *Campus* e não tem médico. O que podemos fazer é orientar a

família a buscar especialistas fora da instituição e, buscar parceria com, por exemplo, a APAE. Então falta muito para os nossos *campi*: não temos equipamentos, não temos o espaço físico. Então, é importante que os NAPNEs melhorem nesses aspectos gerenciais, até para trazer maior visibilidade (Coordenador 2).

É necessário que realmente haja um trabalho em conjunto, com reciprocidade, com todos, Diretor-Geral, Diretor de Ensino e Coordenadores, refere o Coordenador 3 em relação aos aspectos gerenciais, ainda, contemplando em sua fala sobre o estudo do Caso 2, do aluno com o Transtorno do Espectro do Autismo:

Percebi que o caso do aluno André possui muitas coisas a serem discutidas e foi colocado que o aluno tem dificuldade na alimentação. O NAPNE tem que informar a nutricionista e esta precisa estar preparada para entender o caso específico da alimentação, porque ele é aluno do instituto e precisa ser acolhido em todos e quaisquer demandas que tiver: se é uma rampa, um material, um livro, se é um tradutor ou se é uma alimentação. Enquanto aluno da instituição, precisa ser atendido em todas as suas demandas (Coordenador 3).

O Coordenador 1, corroborando com os demais participantes, refere que é fundamental a participação da gestão do *Campus* e de toda a comunidade escolar. Acrescenta que a interrelação no seu *Campus* com a gestão é uma parceria muito boa, que a gestão sempre se mostra muito preocupada com o NAPNE, para que esteja presente no processo de inclusão.

Após o debate foi solicitado que fizessem uma avaliação do caso, em relação à escrita e às informações sobre a viabilidade de ser aplicado num grupo focal. O Coordenador 1 relatou que: *Eu achei bom, só achei extenso. Para que pudesse fazer uma análise melhor precisaria de mais tempo e que fosse disponibilizado com antecedência para ler e analisar com mais detalhes.* Já os Coordenadores 3 e 2 acrescentam:

Em relação ao instrumento, eu achei interessante ter colocado de azul, dando destaque. Achei interessantes as informações adicionais, o recorte com cores e achei um pouco extenso. E o fato de contextualizar o motivo do nome achei riquíssimo, porque a gente começa adentrar no caso, a partir da ideia de por que Benjamin (Coordenador 3).

Realmente se desse pra enxugar e deixar um pouco mais objetivo, para a pessoa ter apenas uns pontos para destacar e focar seria melhor, porque tem vários pontos que podíamos estar colocando e a gente acaba se perdendo. Se tivesse um ponto principal, por exemplo, que pudesse focar, seriam mais objetivas as análises das pessoas (Coordenador 2).

Os itens analisados foram: quanto à organização, clareza e objetividade; quanto à facilidade de leitura e compreensão do conteúdo proposto; quanto à abordagem do tipo de deficiência; quanto às problemáticas existentes para discutir os processos e ações; e, quanto às questões norteadoras. O resultado da avaliação do caso 1 do aluno Benjamin (baixa-visão), feita através de questionário, demonstra que 100% dos participantes acham que a abordagem do tipo de deficiências foi excelente, quanto à organização, clareza e objetividade e os demais aspectos, foram avaliados como muito bom ou excelente.

Dando prosseguimento ao grupo focal, após a discussão do caso 1, tratou-se das questões norteadoras aplicadas ao caso André. Em relação às questões, o Coordenador 1 avaliou o instrumento como interessante, considerando que a sequência das perguntas é capaz de provocar reflexões sobre como o NAPNE tem desempenhado suas ações e como pode melhorá-las. Acrescenta que esses questionamentos realmente dão um norte a se seguir, que essa troca de experiência no grupo focal ajuda bastante porque possibilita que se conheça as ações desenvolvidas por outros *campi* e, ainda, que mesmo sem ter alunos autistas, ouvir os relatos ajuda bastante na compreensão. Por fim, sugere que a questão 3 poderia ficar mais clara.

Solicitou-se aos participantes que avaliassem em relação às questões, se respondê-las auxilia para definição de um fluxo para os processos e ações para o NAPNE, questionando se a pergunta sobre quais profissionais podem auxiliar é viável, isto é, se ela é relevante para verificar esse fluxo. O Coordenador 2 refere que é importante porque no caso do aluno com autismo, que irá precisar de suporte, como por exemplo, de realização do AEE no contraturno, enfatizando que o IFPI presta esse atendimento. Destacou que a instituição possui psicólogo e o setor de saúde, mas que não possui em seu quadro de servidores de profissionais como fonoaudiólogos. Acrescenta, ainda, em relação as questões norteadoras, que continuaria com a questão 3, mas que a modificaria para deixá-la mais objetiva e mais clara, na pergunta que aborda os profissionais sugere retirar a palavra “encaminhamento” e que as demais estão ótimas e bem claras.

Em relação ao caso 2, do aluno André que é autista, os participantes avaliaram com excelentes os aspectos relacionados às abordagens do tipo de deficiência que foi proposta, às problemáticas existentes para nortear as discussões dos processos e ações a serem realizadas no acompanhamento do discente e também quanto às

questões norteadoras. Assim, obteve-se os seguintes resultados: quanto ao aspecto organização, clareza e objetividade e quanto à facilidade de leitura e compreensão do conteúdo proposto foi avaliado como muito bom e excelente; sobre a abordagem do tipo de deficiência, quanto às problemáticas existentes para discutir os processos e ações, 100% qualificaram como excelente; e, quanto às questões norteadoras, 100% avaliaram como muito bom.

Outros pontos foram avaliados pelos participantes em relação aos estudos de casos e também quanto ao questionário da entrevista para os gestores. Em relação à aplicação desses instrumentos de pesquisa, 100% responderam que os estudos de casos são viáveis para um grupo focal; que com análise e discussão dos estudos é possível nortear as ações e os processos do NAPNE; que as questões norteadoras cumprem os objetivos da pesquisa; e, que o roteiro é viável para ser aplicado a todos os gestores.

Para encerrar a sessão do grupo focal foi questionado quanto à viabilidade dos instrumentos de coletas em relação aos objetivos propostos na pesquisa, especificamente, se através dos estudos de casos é possível mapear os processos e ações do NAPNE para construção de um fluxograma. Os Coordenadores 1 e 2 sugeriram reduzir os estudos de casos, de forma a deixar apenas alguns pontos mais importantes para serem discutidos, considerando que, como os casos apresentam muitas problemáticas, podem ser simplificados para uma melhor análise e atuação do NAPNE.

De acordo com Martins Júnior (2009), validar um questionário quer dizer colocá-lo em apreciação para que pessoas especialistas o analisem na forma e no conteúdo, com a finalidade de analisar se está apto de ser aplicado. O pesquisador deve encaminhar esses instrumentos de pesquisas para outros pesquisadores, seja analisando e corrigindo em outros pontos de vistas, que verificarão se as questões condizem com os objetivos da pesquisa, se está suficiente em relação quantidade de perguntas, conteúdo e na metodologia, entre outras observações. O autor acrescenta que após essa validação o pesquisador, juntamente com o seu orientador, fará as últimas correções para que assim possa aplicá-lo conforme o público delimitado na pesquisa.

4. 2 Análise do Grupo Focal

Esta etapa da pesquisa foi direcionada aos membros dos NAPNEs dos *campi* em estudo para atender ao objetivo de mapear os processos de acompanhamento dos alunos com necessidades específicas, identificando os processos que estão sendo desenvolvidos para o acompanhamento destes. Para isso, foi elaborado um roteiro com um guia norteador do grupo focal, com orientações e descrição de estudo de caso de dois alunos fictícios em fase de ingresso na instituição, visando realizar uma discussão para o atendimento desses alunos desde o acesso, a sua permanência e o seu êxito para assim proceder à elaboração de um fluxograma após o mapeamento desse processo.

A realização de estudo de casos na área da inclusão escolar é muito importante, considerando que cada pessoa tem suas especificidades e é preciso conhecer a trajetória familiar e escolar do discente para que se possa traçar as ações para a sua inclusão. Segundo Silva (2017, p. 48), cada discente é único, não podendo ser categorizado, rotulado e comparado, acrescentando que “a diversidade é o que nos iguala e a escola deve reconhecer valorizar e aceitar o educando, além de se constituir em um espaço aberto, plural e democrático”.

4. 2. 1 Caracterização do Grupo Focal

A operacionalização do grupo focal ocorreu em três sessões, realizadas de forma virtual na plataforma *Google Meet*, conforme descrição no quadro 4:

Quadro 4 - Operacionalização do Grupo Focal

SESSÕES	DATA	OBJETIVO	ATIVIDADE	TEMPO DE DURAÇÃO
1 ^a	26/09	Identificar os processos e ações do NAPNE no desenvolvimento de estratégias pedagógicas e gerenciais de acesso, permanência e êxito dos discentes com	Apresentação do roteiro com orientações sobre o grupo focal e discussão do Caso 1: Benjamin, discente com baixa-visão.	1:41:02

		necessidades específicas.		
2ª	07/10	Mapear os processos de acompanhamento dos alunos com necessidades específicas.	Apresentação e discussão do caso André, autista, e construção dos processos do NAPNE para acompanhamento desde o acesso, permanência e êxito.	1:14:04
3ª	14/10	Avaliar a proposta de um fluxograma dos processos do NAPNE.	Apresentação da proposta do fluxograma dos processos do NAPNE para avaliação e validação.	1:08:38

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Para condução do Grupo Focal os instrumentos foram reformulados a partir das sugestões feitas na etapa da pré-testagem. O roteiro foi aprimorado, com ilustrações, e as descrições de cada sessão e etapas da discussão, assim como dos estudos de casos, foram reduzidas para deixá-las mais sucintas. Tendo em vista as alterações realizadas nos estudos de casos foi necessário refazer os vídeos e acrescentar outro vídeo, a fim de apresentar o fluxograma dos processos e ações para o NAPNE elaborado no decorrer desta etapa. Para promover acessibilidade foi inserido a tradução e interpretação na Língua Brasileira de Sinais, conforme instrumentos descritos no quadro 5:

Quadro 5 - Instrumentos utilizados no grupo focal

INSTRUMENTO	LINK
Guia Grupo Focal	https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1OYl2-rwbFdG9vpWY3vhNZGhykIauyhyG
Vídeo 1: O acesso	https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1OYl2-rwbFdG9vpWY3vhNZGhykIauyhyG

	l2-rwbFdG9vpWY3vhNZGhykIauyhyG
Vídeo 2: Caso Benjamin	https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1OY_l2-rwbFdG9vpWY3vhNZGhykIauyhyG versão em Libras: https://drive.google.com/file/d/1AjHcWOzHum5DivPEdTJ74OIE6_5DHKT4/view?usp=sharing
Vídeo 3: Caso André	https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1OY_l2-rwbFdG9vpWY3vhNZGhykIauyhyG versão em Libras: https://drive.google.com/file/d/1d4jys2fw4I2Z5K5xbf8x4w7S8o0pBbf8/view?usp=sharing
Vídeo 4: Proposta de Fluxograma dos Processos e ações do NAPNE	https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1OY_l2-rwbFdG9vpWY3vhNZGhykIauyhyG

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Do grupo focal participaram 11 pessoas, representantes dos 5 *campi* em estudo, de acordo com o quadro 5. Dentre estas, 9 membros estão atuando ativamente no NAPNE e 2 já atuaram na coordenação, mas, no momento da realização desta pesquisa, estes últimos não faziam parte da composição do núcleo.

Quadro 6 - Número de participantes do grupo focal

CAMPUS	NÚMERO DE PARTICIPANTE
Corrente	01
Paulistana	02
São João do Piauí	02
São Raimundo Nonato	05
Uruçuí	01

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Para manter a confidencialidade e o cumprimento dos aspectos éticos e legais, utilizou-se a identificação “Membro” acompanhada de uma numeração atribuída

aleatoriamente de 1 a 11, em referência à quantidade dos membros do NAPNE participantes desta pesquisa. O quadro 7 apresenta a categorização dos participantes.

Quadro 7 - Categorização: identificação e participação no Grupo Focal

PARTICIPANTE	SESSÕES		
	PARTICIPAÇÃO NAS SESSÕES		
	1ª	2ª	3ª
Membro 1	X	X	X
Membro 2	X	X	X
Membro 3	X	X	X
Membro 4	X		
Membro 5	X	X	X
Membro 6	X		
Membro 7	X	X	X
Membro 8	X	X	X
Membro 9		X	
Membro 10	X	X	X
Membro 11		X	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4. 2. 1. 1 Primeira sessão: Caso Benjamin

Na primeira sessão, cujo objetivo foi tratar do acesso, permanência e êxito do aluno fictício Benjamin, quadro 8, visando identificar os processos e ações que os *campi* vêm desenvolvendo com alunos em semelhante caso. Para a elaboração deste estudo de caso levou-se em consideração os aspectos oriundos da própria deficiência e as especificidades frequentemente encontradas em alunos com essa deficiência.

Quadro 8 - Caso Benjamin

Estudo do Caso Benjamin
Benjamin tem 15 anos, possui baixa-visão devido à uma doença de causas genéticas e hereditárias caracterizada por uma degeneração progressiva da retina chamada de Retinose Pigmentar. Os primeiros sintomas de perda da acuidade visual começaram no final da primeira infância, aos 6 anos. É o filho mais velho, dentre os 4 filhos de Henrique e

Bernardina. Na sua família há casos de pessoas com deficiência visual, sendo sua avó materna ficou totalmente cega aos 50 anos. Tem-se conhecimento de outros ascendentes de gerações anteriores também com a deficiência visual.

Benjamin sempre manifestou interesse em estudar o curso técnico na área de informática, se inscrevendo para o classificatório do IFPI. Inicialmente pretendia concorrer para cotas para pessoas com deficiências (PCD), mas por ser proveniente de escolas da rede privada, teve que se inscrever para ampla concorrência, sendo aprovado com êxito para o curso técnico integrado ao médio de Informática.

No ensino fundamental sua professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) o incentivou que fizesse a prova do classificatório do IFPI e o ajudou a realizar a inscrição, solicitando para o dia da prova atendimento especial como tempo extra e prova ampliada, de acordo com o tamanho da fonte que estava acostumado a utilizar, além de um redator para auxiliar na transcrição das respostas para o gabarito.

Como não entrou por cotas e a família não reportou à instituição sobre a baixa visão, Benjamin foi identificado após o início das aulas, por alguns professores, e encaminhado pela professora de Língua Portuguesa à Coordenação Pedagógica (COPE), que por sua vez, encaminhou o aluno ao Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), via Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante (SIFAE), SUAP e outros. Ao receber o encaminhamento, o coordenador do núcleo fez o primeiro contato com o aluno através do auxílio da coordenação do curso de Informática, tendo assim o primeiro contato/conversa com o aluno.

Em continuidade ao atendimento, o NAPNE chamou os pais para um diálogo, solicitando o laudo para identificar a deficiência, se inteirar das orientações de seu médico acerca do acompanhamento escolar e para proceder ao envio do laudo ao setor de controle acadêmico do *Campus*.

Na sala de aula, o discente procurava se sentar na frente, próximo ao professor. Com o tempo, passou a ter uma boa interação durante as aulas com os colegas de sala. No entanto, tem dificuldade de acompanhar as atividades escritas no quadro, devido ao tamanho da letra e a luminosidade refletida pelo quadro branco de vidro. Recebeu os livros das disciplinas e mesmo com a utilização de uma régua-lupa tem dificuldades para visualizá-los. Devido à carência financeira de sua família, não possui um computador em casa, estando com dificuldade de estudar e realizar as atividades.

Em relação aos conteúdos, tem facilidade em aprender, gosta de todas as disciplinas, sempre participa oralmente das aulas, mas, posto a quantidade de atividades, está com dificuldade de acompanhar e entregar no prazo tudo que é solicitado pelos professores, estando com muitas pendências acadêmicas. Nas aulas práticas de Informática está sentindo dificuldade por não ter no laboratório do curso um computador com os programas para acessibilidade de deficientes visuais.

O discente tem dificuldade de se locomover livremente e sozinho. Anda bem devagar e arrastando os pés, na maioria das vezes, recebendo o auxílio de um amigo para circular pelos ambientes do *Campus*. Outra dificuldade encontrada são algumas cadeiras que são colocadas e esquecidas pelos corredores, nas quais ele frequentemente esbarra. O *Campus* possui rampas e os ambientes não possuem desníveis, tendo uma estrutura arquitetônica boa, no entanto, não possui acessibilidade específica para pessoas com deficiência visual.

Em relação aos professores, muitos relatam não saber como adaptar suas atividades e aulas, principalmente os professores de exatas e da área técnica. Referem que é a primeira vez que possuem em sua sala de aula um aluno com baixa visão e que na sua formação inicial não teve orientações para essa área da inclusão.

Dentre os 7 (sete) professores de Informática, 1 (um) relatou ter trabalhado com um aluno com paralisia cerebral (deficiência física) e, por isso, estudou e pesquisou sobre algumas tecnologias assistivas para deficiência física e pôde conhecer também algumas tecnologias relacionadas à deficiências visuais.

Benjamin é o primeiro aluno com deficiência visual que a instituição/*Campus* recebeu e que o NAPNE precisa fazer o acompanhamento desde o seu acesso, permanência até o êxito na integralização de seu curso.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O grupo focal foi orientado quanto à sua operacionalização, iniciando a aplicação da técnica com a apresentação do roteiro, um vídeo sobre o acesso, apresentando dois alunos fictícios que estão se inscrevendo para o IFPI e solicitaram atendimento especial para o dia da prova do Exame Classificatório, constando ainda a problemática de um deles não conseguir se inscrever nas cotas por ser proveniente de escola privada; o segundo vídeo apresentado foi o relato do caso do aluno Benjamin.

Após os vídeos introduziu-se algumas questões norteadoras, buscando que cada participante discutisse as ações e processos para acompanhamento do discente objeto do relato. A etapa de acesso foi o primeiro ponto a ser abordado na discussão do caso, especialmente do que se refere às cotas nas formas de ingresso à instituição, sendo as primeiras questões norteadoras: As cotas para PCD vêm atendendo às demandas sociais? Como podemos melhorar o acesso à instituição? O Membro 6 fez a seguinte colocação:

É um *Campus* que atende a muitas cidades, são 24 cidades. É um *Campus* que fica no extremo sul do estado, numa área de grande vulnerabilidade social. E a minha percepção é que poucos alunos com deficiência chegam até o IFPI. Tem anos que a gente tem mais alunos. Esse ano, por exemplo, pouquíssimos alunos com deficiência tiveram acesso à instituição, é a minha percepção. Não sei por quais motivos, se é da base desse ensino fundamental, mas minha percepção é que mais gente poderia estar entrando no IFPI, que por diversos motivos eles ainda não estão se inscrevendo e chegando até a instituição. Acho muito pouco o número de estudantes com deficiência que a gente atende (Membro 6).

Corroborando com essa fala do Membro 6, de que poucos alunos com deficiências estão se inscrevendo para ingressar na instituição e que os fatores podem realmente ser variados, desde a vulnerabilidade social, a carência de uma base no ensino fundamental, dentre outros motivos, o Membro 5 relata que as cotas vêm atendendo a demanda, mas faz uma reflexão que devido a pouca procura por essas vagas:

Eu acredito que atende sim. Elas estão sendo suficientes, mas devido a essa demanda ser pouca, não sei se é a respeito do medo desses alunos em ingressarem numa instituição federal, no Instituto Federal, por medo de não acompanhar em ensino, [há pouca procura] (Membro 5).

O Membro 5 acrescenta, como sugestão para o aumento da demanda, que haja mais divulgação, que o próprio NAPNE pode divulgar nas escolas estaduais e municipais, mostrando que na instituição terão um acolhimento dessas necessidades específicas. Refere que “acolhimento” deve ser a palavra-chave para as políticas de educação e de saúde, ratificando o posicionamento do Membro 6. Acrescenta, ainda, que:

O IFPI tem entre as pessoas essa questão de que é muito difícil. Tem essa cultura de que é muito difícil você passar, [que] é muito difícil você obter êxito dentro dessa instituição, então eu fico pensando muito sobre o acolhimento que a gente tem conseguido fazer (Membro 6).

Ainda sobre a discussão se as cotas estão atendendo a demanda social, na percepção do Membro 1 a instituição a atende, mas apenas porque a procura está mínima, que percebe que a demanda vem crescendo e que o *Campus* onde atua possui 10 alunos, mas, faz uma indagação de quantos estão fora da escola e quantos acham que a escola não é lugar para eles. Acrescenta, como sugestão para melhoria, que é preciso trabalhar mais para tornar a educação mais inclusiva, trabalhar a potencialidade do aluno, tornar a instituição acessível:

Tornar acessível a instituição não só com rampas. Não estou dizendo que isso não é importante, é fundamental. A acessibilidade é fundamental, mas principalmente a acessibilidade humana, o acolhimento, o respeito a esse aluno com deficiência, isso para mim é o mais importante. A política de inclusão começa prioritariamente com o humano, com o servidor, com a instituição que acolhe (Membro 1).

Percebe-se na fala dos Membros 1 e 5 que a oferta de vagas pelas cotas está sendo suficiente, mas, também, que a procura por elas é pequena. Assim, faz-se uma reflexão de que não é que a oferta esteja sendo suficiente e sim que a demanda social pelas cotas para PCD, por algum motivo, é baixa e que não estão procurando a instituição para ingresso ficando, por essa razão, vagas ociosas.

Mendes (2017) alude que as seleções realizadas para o ingresso de estudantes na rede federal podem ter sido um dos obstáculos para o acesso de pessoas com necessidades específicas nessas instituições, principalmente porque esses sujeitos não recebiam uma boa formação no ensino fundamental. Com as modificações nas formas de ingresso através da implementação de políticas de ações afirmativas, as pessoas com deficiências começaram a acessar a rede federal, o que fica bem evidente a partir dos anos 2000.

De acordo com Silva (2018), o processo de ingresso dos alunos ao IFPI nos cursos integrados, concomitantes ou subsequentes, ocorre através do Exame Classificatório a cada semestre, sendo ofertado para esse acesso o percentual mínimo de cotas para pessoas com deficiências estabelecido em lei.

A próxima etapa da discussão no grupo focal abordou sobre a permanência do aluno, levando os participantes a ponderarem acerca do acompanhamento depois da fase de ingresso. Para essa finalidade, a questão norteadora foi: Em relação à sala de aula, quais ações podem ser desenvolvidas?

De acordo com o Membro 5 primeiramente, após o Classificatório, deve-se ter uma conversa inicial com o aluno e sua família, enfatizando a importância de ouvi-lo, saber de que forma ele aprende melhor e buscando conhecer o seu histórico escolar. Acrescenta que é preciso desenvolver ações para adaptação do discente na instituição, observando a questão de adaptação dos materiais didáticos-pedagógicos e tecnológicos, por se tratar de baixa-visão. Menciona também que como o quadro na sala de aula apresenta luminosidade, que o aluno deve se posicionar de forma que essa claridade não incida diretamente em seus olhos de forma a atrapalhá-lo, assim como mapear espaços na sala para melhor visualização do quadro. Por fim, destacou

que, considerando que Benjamin está com muitas atividades acumuladas, a presença de um monitor o auxiliaria bastante, bem como parcerias e o apoio de um profissional brailista.

O Membro 4 relata que já há políticas públicas para nortear essas adaptações, mas percebe que ainda não estão sendo aplicadas por muitos professores, mesmo adaptações simples para baixa-visão como a ampliação da prova, complementando que envolver os professores é um dos desafios do Instituto. Por último, acentuou o fato de que as adaptações do material é um direito do aluno.

O Membro 6 observou, em relação às adaptações e atuação na inclusão, que culturalmente esse é um fator colocado numa perspectiva assistencialista e não como uma questão legal, constitucional de direitos:

Quero falar dessa questão cultural mesmo, que ainda se tem, da adaptação como algo de boa vontade, assim [como] um assistencialismo, que “se eu quiser”. Até para ser coordenador do NAPNE é uma dificuldade. Você vê muito assim, uma visão de que alguém que está ali fazendo um favor, e é dentro da Instituição com uma pessoa boa, fazendo um favor, e não como uma questão política de direito. [...] Então falta muito esse avanço. Eu acho que, por isso, essa nossa dificuldade de adaptação de materiais (Membro 6).

A inclusão ainda carrega consigo a visão de uma tendência assistencialista, raízes de um longo processo histórico de exclusão, e mesmo com alguns avanços na educação inclusiva ainda há essa percepção de caridade, e assim, não se busca efetivar os direitos.

A respeito da participação do NAPNE na formação pedagógica e nos conselhos de classe, os Membros 5 e 6 manifestaram que:

O encontro pedagógico normalmente é o momento que a gente tem de reunir os professores e repassar algumas questões desses alunos e depois nos conselhos de classe. Então, é basicamente durante essas 2 grandes reuniões que existe esse acompanhamento, de ver como que cada aluno está indo, de trocar informações. O SIFAE deveria ser utilizado, mas no *Campus* não é utilizado, infelizmente (Membro 5).

Aqui no *Campus*, da mesma forma [da fala no Membro 5], o SIFAE é subutilizado. A primeira informação nós levamos aos professores no encontro pedagógico, porque nesse período a gente já tem feito esse levantamento junto ao Controle Acadêmico dos alunos que iremos receber, e aí é feito o momento na formação pedagógica. E nós estamos fazendo momentos separados, fazendo as reuniões por cursos, por turmas, com a turma, com os professores daquela turma que a gente tem aluno com algum tipo de deficiência ou transtorno (Membro 6).

Percebe-se, então, que os NAPNEs participam da formação pedagógica e que

passam as primeiras informações sobre os novos ingressantes, os encaminhamentos e orientações, o que também evidencia a necessidade de um acompanhamento contínuo com a equipe multidisciplinar e em conformidade com as necessidades educacionais específicas de cada aluno.

De acordo com o Membro 2, o NAPNE do seu *Campus* fazia parceria com o estado, municípios, com os colegas que tinham propriedade sobre o conhecimento naquela área, para ajudar o professor, acrescentando sobre as dificuldades para o docente: “Para o professor também é difícil. O professor que nunca teve noção de como trabalhar com esse aluno, é difícil. Se para nós há dificuldades, imagine para o professor. Então é necessário dar suporte para o professor” (Membro 2). Dado o quão imprescindíveis são os professores no processo de permanência até êxito dos alunos com deficiências, é preciso oportunizar formações pedagógicas contínuas na área da educação especial e inclusiva a fim de melhor prepará-los.

A partir da questão norteadora sobre que aspectos gerenciais precisam ser executados foi construída uma nuvem de palavras com os processos citados pelos membros, como se vê na figura 12.

Figura 12 – Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Esta etapa também teve como questão norteadora “Que outros profissionais podem auxiliá-lo?”. O Membro 2 fez um relato de sua experiência, colocando a importância de o NAPNE ter representantes de vários setores como coordenação pedagógica, setor de saúde e assistente social, afirmando que são profissionais que têm muito a contribuir no acompanhamento dos alunos. Acrescentou, também, que é

preciso buscar parcerias com prefeituras, terapeutas, e que, além disso, a família é fundamental.

O Membro 1 explanou um relato acerca de um aluno seu *Campus* com baixa- visão e como uma professora de AEE contribuiu ao relatar a trajetória do aluno, na escola anterior, durante uma palestra na formação pedagógica, abrangendo o ensino de braille para este. Acrescentou que a professora de AEE o acompanhou até no ingresso na universidade, destacando que uma importante parceria que o NAPNE pode ter é o apoio de professores das salas de recursos multifuncionais

Sousa (2021) aborda a importância da equipe multidisciplinar que enfatiza que as possibilidades do processo inclusivo ocorrer na instituição se amplia quando há uma maior representação de profissionais de diferentes especialidades atuando de forma ativa e numa perspectiva holística.

O questionamento sobre que recursos e materiais precisam ser adquiridos para auxiliar o aluno Benjamin também foi levantado. Assim, o Membro 5 referiu que alguns materiais foram adquiridos conforme as demandas iam surgindo, como compra de um aparelho auditivo para um aluno com deficiência auditiva, uma bengala inteligente e um software para um aluno cego, acrescentando:

Em relação aos recursos, a gente precisa de muita coisa ainda. Não temos uma sala, uma sala do NAPNE. Os recursos que temos ficam na sala da pedagogia, temos alguns materiais didáticos, mas muito pouco. [...] em relação a uma sala estruturada com todos esses materiais necessários ainda não temos (Membro 5).

Para finalizar o primeiro encontro do grupo focal, os participantes discorreram acerca de como o NAPNE desenvolve suas ações com os recursos que são disponibilizados e a perspectiva de outras ações que pode realizar. De acordo com o Membro 1:

As políticas voltadas, mais direcionadas, recursos para esse fim, porque nem sequer temos uma sala, [...] nós não temos uma sala, então, isso precisa ser repensado com urgência. A gente vem trabalhando, assim, no amor, na garra. Vem desenvolvendo essa ação, essa política e construindo esse espaço a muitas mãos, com muito esforço, mas a política precisa, tem que estar direcionada pra isso, porque o aluno com deficiências é aluno como qualquer outro, então, ele tem direito de estar dentro da escola. **É importantíssimo que a gente possa trabalhar uma política direcionada para esse público, cada vez mais específica, verbas destinadas a esse público**, para que a gente possa ir construindo, possa permitir lugares de inclusão com esses meninos, para que eles possam construir histórias incríveis (Membro 1, grifo nosso).

Percebe-se que os NAPNEs vêm trabalhando com muita dedicação e esforço para o acompanhamento dos discentes com deficiências e necessidades específicas. No entanto, para que a instituição consiga, de fato, uma efetiva inclusão, é necessário o fortalecimento do núcleo, através de estratégias gerenciais que possibilitem alicerçá-lo desde a estrutura física de um espaço próprio para o desenvolvimento de suas atividades, para o que se destaca a acessibilidade do ambiente, e um orçamento para reestruturá-lo e mantê-lo com suporte de recursos de tecnologias assistivas, assim como o fortalecimento de ações de conscientização e programas de capacitação de professores e servidores na área da educação especial e inclusiva.

2. 2. 1. 2 Segunda sessão: Caso André

Quadro 9 - Caso André Estudo

do Caso André
André, de 18 anos, tem o Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI), sem comprometimento da linguagem funcional, e tem como comorbidade Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Sempre estudou em escolas públicas em sua cidade, que fica no interior do Piauí, a mais de 400km da capital Teresina. Mora com sua mãe e a irmã mais velha. O seu pai, logo após o diagnóstico de autismo, deixou a família. André sempre foi muito inquieto, impulsivo, hiperativo e facilmente se distraia, não se concentrando por muito tempo numa atividade. Possui intolerância ao leite (caseína e lactose) e seletividade alimentar, cujo fato é uma preocupação constante da mãe, principalmente quando ele está na escola e acaba comendo o que não pode, adoecendo frequentemente. Terminou o 9º ano em meio à pandemia pela COVID-19. Nesse período sua rotina foi rompida, aulas e terapias suspensas. Teve muitas dificuldades em acompanhar as aulas que passaram a ser ministradas de forma remota, ficando muito preocupado (abalado) com o retorno presencial, que já seria em outra escola. Fez a prova do classificatório do IFPI para o curso técnico integrado ao médio de Administração, concorrendo pelo sistema de cotas. Na ocasião, solicitou atendimento individual, tempo extra e um redator para o dia da prova. Foi aprovado e logo no primeiro dia de aula a coordenação o

encaminhou para o NAPNE. André relatou que se sentia ansioso, e muitas vezes angustiado, com receio por estar numa escola nova com uma rotina muito diferente das escolas que frequentou anteriormente.

O NAPNE fez o encaminhamento do aluno, relatando suas dificuldades para todos os professores e Coordenação Pedagógica via Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante (SIFAE), no entanto, não recebeu retorno da maioria do corpo docente.

Na sala de aula, frequentemente André se incomoda com o barulho das conversas paralelas e não interage com seus colegas, tendo dificuldade de iniciar uma conversa e preferindo fazer as atividades individualmente, mesmo quando sendo proposta em dupla ou grupo.

Tem um foco em filmes da Disney e gosta de desenhar os personagens. Refere que gosta de Biologia, História e Geografia, mas apresenta dificuldade em Matemática, Física, Química e nas disciplinas específicas. Frequentemente apresenta crises (*Meltdown* e *Shutdown*) ocasionadas, principalmente, pelo acúmulo de atividades, mudanças bruscas de planos e/ou da rotina na sala ou na instituição, sobrecarga sensorial e/ou social e quando força a atenção e/ou memória nas semanas de provas, por consequência, não conseguindo realizar as atividades acadêmicas programadas.

Nos ambientes fora da sala, como no refeitório, fica sempre sozinho. Na maioria dos dias não pode lancha devido às suas intolerâncias, ficando com fome, especialmente nos dias de aulas no contraturno.

Sua mãe, bastante preocupada, foi na instituição e conversou com a Direção geral e de Ensino, pedindo que a gestão auxilie André para que possa acompanhar os estudos de forma significativa, sendo firmado o compromisso de ajudá-lo. A gestão, então, procurou o NAPNE para verificar quais as demandas necessárias para esse processo de inclusão na instituição.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Na sessão 2 foi realizada a apresentação do vídeo do caso André, um aluno com autismo e TDAH. O objetivo foi mapear os processos que os NAPNEs podem executar para o acesso, permanência e êxito do discente e construir um fluxo desse

processo. Após o vídeo foram levantadas questões norteadoras e solicitado que os participantes relatassem os processos e ações a serem desenvolvidas para inclusão de André. Em relação ao acesso foi questionado: As cotas para PCD vêm atendendo a demanda social? Como podemos melhorar o acesso à instituição?

Sobre as cotas, o Membro 3 refere:

A maioria dos que ingressam vem de escola pública e agora, com essa nova regulamentação, vamos receber mais pessoas com deficiências de escolas particulares, facilitando e ampliando para que esses alunos tenham acesso à instituição (Membro 3).

O Membro 3 refere ainda que ao receber a matrícula, deve-se primeiramente conversar com a família, buscando conhecer o aluno, observando seu laudo e seu diagnóstico, além de conversar com a escola anterior e procurar um profissional especializado para repassar orientações aos professores. Complementa que é preciso proporcionar formações pedagógicas para os professores e ampliar as discussões sobre a inclusão. Também, que os professores devem ter livre acesso ao NAPNE, para conversar, levar suas dúvidas, realizar pessoalmente o encaminhamento dos alunos com necessidades específicas, ou encaminhá-los via SIFAE, e dar *feedback* do aluno, enfatizando a importância do NAPNE ter componentes de diversos setores para que possam discutir a partir de perspectivas diferentes e traçar estratégias.

Corroborando com ponto de vista do Membro 3, o Membro 9 diz que “essa estratégia de incluir representantes de cada setor para integrá-los na inclusão é válida para operacionalizar o processo de inclusão”.

O Membro 9 também aborda sobre o acesso, relatando que é importante a divulgação do NAPNE para a comunidade externa, considerando esta uma iniciativa que pode possibilitar e ampliar o acesso, sendo uma ação que deve fazer parte da rotina do núcleo, para que conheçam o seu trabalho e as ações desenvolvidas.

Ampliando a discussão para a inclusão do aluno André, levantou-se questões voltadas às ações e processos do NAPNE para a sua permanência. Na questão sobre a sala de aula, o Membro 3 diz que é preciso um momento com todos os professores para uma abordagem sobre o autismo, deixar o aluno sentar no centro da sala, pelo fato de que a interação social ser uma dificuldade comum nas pessoas com autismo, buscar trabalhar essa interação, orientar e conversar com a turma, podendo integrar o aluno em outros núcleos, como o de Artes e ainda inseri-lo em outras atividades extracurriculares. Ainda:

Precisa também do acompanhamento multidisciplinar, pedagógico, psicológico, familiar, fazer intervenção da COPE, fazer um cronograma de estudo e auxiliar na fase de adaptação, porque é tudo diferente das escolas anteriores. A família deve ser orientada quanto ao NAPNE, profissionais de apoio, já solicitar um leitor para auxiliar na sala e a manter sua concentração nas atividades, analisar se há necessidade de adaptação de atividades. É fundamental professores, equipe pedagógica e o NAPNE para construir o PEI, identificar dificuldade e afinidades em algumas disciplinas, buscando melhorar o entendimento acerca do seu processo de aprendizagem nas disciplinas que tem dificuldades. [André] Vai precisar de auxiliar, sendo o PEI essencial e assim perceber as habilidades e explorar o hiperfoco, posto que gosta de desenhar, sendo importante encaminhá-lo e socializá-lo no núcleo de Artes (Membro 3).

Dentre as ações elencadas é relevante destacar sobre adaptações de atividades e sobre a necessidade de elaboração do Plano Educacional Individual (PEI). Para Pacheco et al., (2007), o PEI é uma importante ferramenta para auxiliar um planejamento e avaliações de forma contínua, com adaptações curriculares específicas para o aluno. Segunda Lima et al. (2018) o PEI se identifica como:

Um instrumento capaz de mobilizar as informações inerentes ao aluno sob a perspectiva de suas habilidades presentes e/ou necessárias, servindo de um método de reflexão e análise para o planejamento e acompanhamento dos alunos durante o ano letivo (Lima *et al.*, 2018, p. 10).

Percebe-se que o PEI é uma significativa estratégia para definir ações e orientar os professores para um melhor acompanhamento do discente, no entanto, observou-se nas discussões do grupo focal, que há uma inquietação quanto à sua elaboração, como explana o Membro 9:

Uma dificuldade, que [inclusive] foi discutida em reunião, foi como que eu, que não tenho experiência e nem formação, vou orientar professores a fazer o plano educacional individualizado. É muito importante ter um professor da área para desenvolver esse plano. Mas, e as orientações do que constar nesse plano, de como proceder na elaboração, dos objetivos realmente desse plano, quem vai trazer isso, para os professores, caso não tenha? Então, a gente podia pensar nessa perspectiva de ter um profissional da área da educação especial e inclusiva dentro dos nossos *campi*. Isso já existe em outros Institutos Federais, não só profissionais contratados, mas via concursos efetivos mesmo, dentro da instituição (Membro 9).

Para Vianna *et al.* (2011), no Brasil o PEI vem sendo um importante meio para se construir, implementar e avaliar adaptações curriculares para utilização dos professores no trabalho de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

O Membro 9 fala quanto a questão concernente sobre que outros profissionais

podem auxiliar, colocando a necessidade de contratação de profissionais da área da educação especial e inclusiva:

Infelizmente, a ideia é sempre que depois da demanda chegar é que se pensa na contratação. Penso que a gente tem que fazer o movimento contrário... quem sabe ter pelo menos um profissional específico da educação especial porque, por exemplo, no *Campus* a gente não tem ninguém com a formação específica nessa área (Membro 9).

Acerca das adaptações o Membro 10 destaca que o aluno em questão (André) apresenta dificuldade na área de exatas, e por mais que o NAPNE tenha professores especializados, é uma área específica. Para ajudá-lo sugere que se busque apoio dos alunos do ensino superior, da licenciatura de Matemática e/ou de Física, que se produza materiais adaptados dessas áreas e, assim, auxiliar o aluno a sanar essas dificuldades.

O Membro 8 propõe que se adapte também as avaliações para os alunos autistas de acordo com suas especificidades e, a fim de melhorar a permanência, que se faça o acolhimento emocional dos alunos.

Na questão norteadora sobre os aspectos gerenciais, o Membro 9 menciona que, primeiramente, o NAPNE deve ter um espaço específico para realizar os acompanhamentos e atendimentos de seus alunos:

Eu penso que, para além dessa questão mais operacional de ter realmente um espaço específico, tem uma questão de ir criando no *Campus* uma identidade, é algo que: tem um lugar específico, que tem um horário estabelecido, um cronograma de atendimento, e ir criando essa cultura de atendimentos do próprio NAPNE. [...] então ter um lugar específico para a gente chamar de nosso e para ir criando relação de identidade e pertencimento ao núcleo também (Membro 9).

Outra sugestão para auxiliar na permanência, citada pelo Membro 9, diz respeito à possibilidade de criação de salas de recursos multifuncionais que, na sua concepção, devem ser vinculadas ao próprio NAPNE, uma sala implantada dentro do núcleo. Ainda:

O NAPNE do IFPI deve avançar nesse sentido, de definição de um espaço específico primeiro. Implementação de uma sala com todos os recursos, inicialmente aqueles básicos, próprios da sala de recursos multifuncionais, e avançar para dar início à contratação de profissionais, que não necessariamente estarão ligados a uma demanda, mas alguém que já possa iniciar um trabalho com nossos professores (Membro 9).

Em relação ao êxito, as discussões sugeriram ações de conscientização e ampla divulgação sobre a importância das cotas, para que se possa ampliar a contratação de pessoas com deficiências no mercado de trabalho, e assim, efetivar a lei.

Construiu-se, no decorrer dos debates em relação ao caso do aluno André, um mapa dos processos e ações para acompanhamento dos discentes no NAPNE, definido nos três eixos: o acesso, a permanência e o êxito. Ao final da sessão chegou-se às seguintes sugestões de ações, conforme quadro 10:

Quadro 10 – Sugestões de ações para os eixos: acesso, permanência e êxito do caso André

PROCESSOS E AÇÕES PARA ACOMPANHAMENTO DO CASO ANDRÉ	
Acesso	Conversa com a família
	Conhecer o diagnóstico
	Diálogo com escolas anteriores
	Encaminhamento e orientações aos professores
	Mais divulgação das formas de entrada
	Apresentação do NAPNE para toda a comunidade interna e externa
	Sala própria para o NAPNE
	Concursos específicos para atuação no NAPNE
Permanência	Acompanhamento pela equipe multidisciplinar
	Adaptação com a nutricionista da alimentação
	Buscar histórico escolar e familiar
	Monitores
	Buscar as potencialidades e interesses dos alunos
	Formação pedagógica: discutir o caso e traçar estratégias
	Composição do NAPNE por representantes de diferentes setores
	Acolhimento emocional dos discentes
	Formações e aperfeiçoamento dos membros do NAPNE
	Encaminhamento para outras atividades desenvolvidas no campo
	Adaptações e flexibilização curricular
	Realização de eventos
	Acompanhamento através do SIFAE
	Apoio de discentes dos cursos superiores
	Reuniões periódicas
	Cronograma de atendimentos
	Implementação do AEE no NAPNE

	Profissionais da educação especial
Êxito	Divulgação das cotas
	Sensibilização dos empresários quanto a oferta de vagas para PCD

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Dentre os processos e ações que foram citados pelos participantes foi possível perceber que nos eixos de acesso e permanência os NAPNEs já desenvolvem muitas atividades, contudo, em relação ao êxito, poucas sugestões de processos foram levantadas, levando à percepção de que o êxito não vem tendo um acompanhamento efetivo sendo, supostamente, um reflexo da própria instituição.

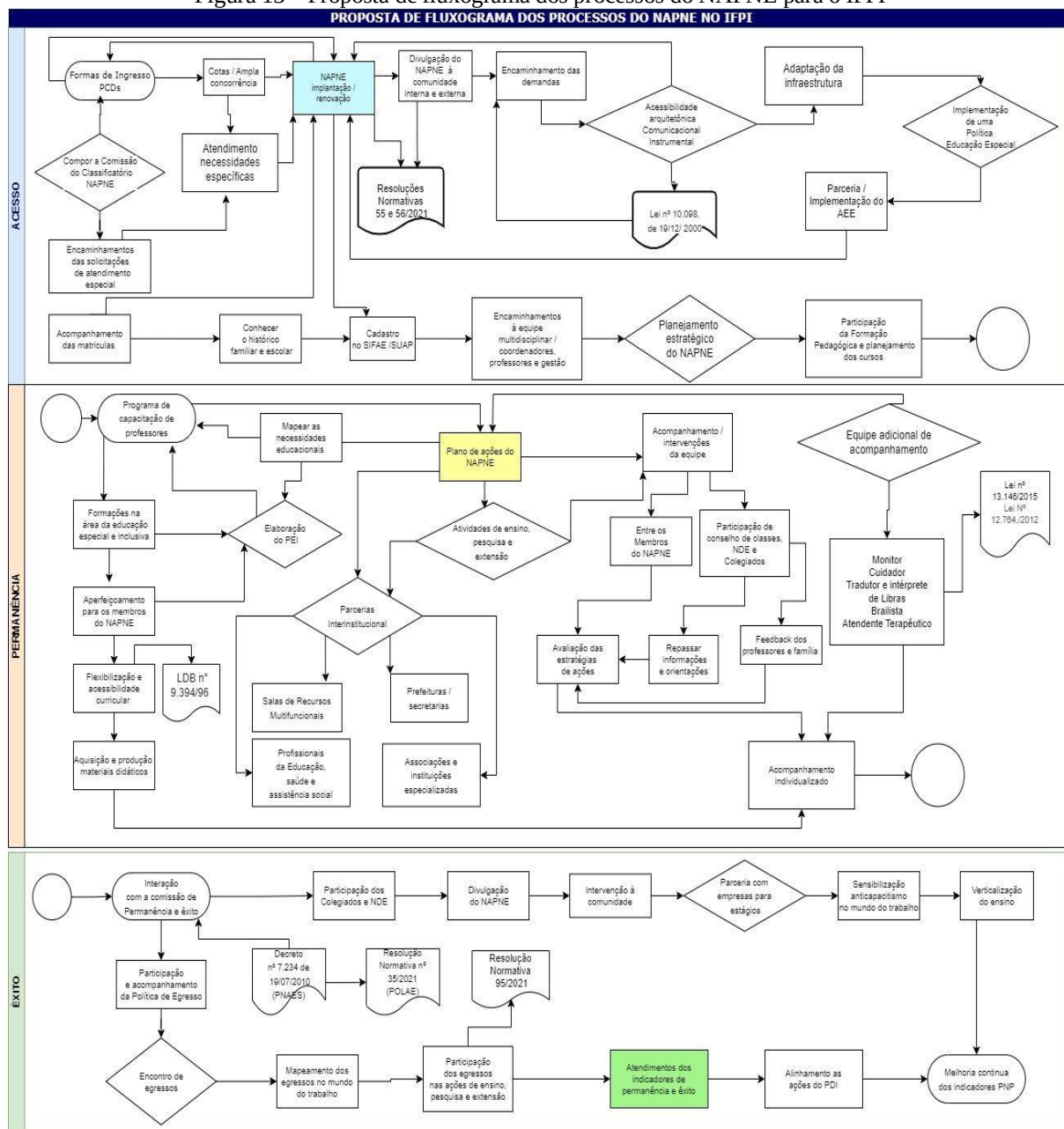
Portanto, é necessário que o IFPI fortaleça sua política voltada aos egressos e amplie o acompanhamento de todos os discentes, principalmente para os com deficiências e necessidades específicas, para que além da integralização de seu curso tenham uma formação humana integral, dando prosseguimento aos seus estudos e até a inserção no mercado de trabalho. Para o fortalecimento da Política de Egresso da instituição pode haver uma articulação com a comissão de permanência e êxito, atuando em parceria e traçando estratégias alinhadas aos processos e ações do NAPNE, dentro dos objetivos da Política supracitada.

4. 2. 1. 3 Terceira sessão: Proposta de Fluxograma dos processos do NAPNE

A terceira sessão do grupo focal teve como objetivo apresentar uma proposta de fluxograma dos processos do NAPNE para o IFPI que foi construído a partir das discussões dos estudos de casos dos alunos Benjamin e André, realizados na primeira e segunda sessão, a partir das entrevistas com a gestão dos *campi* e demais etapas desta pesquisa.

O começo da sessão descreveu a construção do fluxograma e sua organização em três eixos: acesso, permanência e êxito. Após, a proposta foi apresentada através de um vídeo detalhando o processo. A discussão para validação e avaliação da proposta foi feita por eixos, começando com o acesso, prosseguindo com as ações voltadas à permanência e, por fim, com o êxito.

Figura 13 – Proposta de fluxograma dos processos do NAPNE para o IFPI



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Para discutir o eixo do acesso levantou-se a seguinte questão norteadora: qual sua opinião sobre esses processos relacionados ao acesso e como melhorá-lo?

Para o Membro 1 a proposta está muito boa, contemplando os processos que foram discutidos; o Membro 5 declara que *“Na nossa visão, já que somos da instituição, pra gente está claro. Contemplou bem todas as etapas do processo, contemplou tudo mesmo, perfeito.”*

No eixo da permanência foi discutido sobre o processo que aborda a equipe adicional para o acompanhamento do discente, caso necessário. O Membro 5 coloca que:

É muito importante essas parcerias para nos dar esse suporte no NAPNE. Nós não temos esses integrantes da instituição. Vocês contemplaram bem quando colocaram em relação a essas parcerias. Eu gostei da ideia. Hoje em dia a nossa realidade contempla essa equipe adicional de acompanhamento, um cuidador, porque o IFPI abriu um edital para contratação desse profissional de apoio. [...] Nós estamos com dois profissionais cuidadores no *Campus* para nos dar esse suporte, temos um monitor. Gostei. Pode deixar essa equipe adicional de acompanhamento [no fluxograma]. Se a gente conseguir através da instituição ótimo, se não, vamos buscar as parcerias para nos dar esse apoio. Um outro ponto, senti falta da articulação com a família no processo da permanência, assim como no acesso. Acredito que nessa fase, a gente tem que ter esse diálogo, essa constante comunicação e *feedback* da família (Membro 5).

Bortolini (2012) quando se refere à permanência, enfatiza a importância dos aspectos pedagógicos para que seja garantida a aprendizagem e assegurado que os alunos obtenham êxito escolar. Para Moraes (2018), a qualidade do ensino está diretamente ligada à permanência, visando o ensino em que o aluno seja construtor de sua aprendizagem, percebendo-se agente capaz de transformar sua realidade e, assim, vislumbrando o êxito no processo educacional, o que favorecerá a sua permanência. Ainda de acordo com Moraes (2018), é preciso que haja novas práticas e metodologias diversificadas para que ocorra não apenas um ensino de qualidade, mas principalmente uma aprendizagem de qualidade.

O eixo do êxito, para o Membro 5, é o mais complexo para ser analisado e avaliado, porque depende de situações externas também. Nesse sentido, para o êxito, aponta que ainda há alguns desafios, de cunho externo, assim como na inclusão, sendo necessário fazer um levantamento desses fatores, levando em considerações os indicadores, com a finalidade de propor melhorias nesse processo. Acrescenta a importância da proposta do êxito, considerando especialmente o êxito dos alunos atendidos pelo NAPNE: “eu achei bem profundo que vocês realmente contemplaram todos esses aspectos do êxito, com essa atenção especial, esse mapeando, essa atenção aos nossos egressos do NAPNE” (Membro 5).

O Membro 5 complementa que faz parte da comissão de permanência e êxito do seu *Campus* e relata as dificuldades de trabalhar com os índices e dados da Plataforma Nilo Peçanha, desde as análises aos apoios de toda a equipe da instituição, para buscar a melhoria dos indicadores abrangidos nos três eixos, sejam: acesso, permanência e êxito. Aborda que é preciso avaliar todos os fatores, desde os internos, externos e individuais, sendo este um processo contínuo de atualização. Avalia positivamente a proposta:

Eu gostei porque me chamou atenção, até enquanto membro do NAPNE,

para a gente dar uma atenção a mais para o NAPNE, nesse processo dos índices dos indicadores, porque na nossa planilha já contempla, mas, com certeza, não tem algo bem direcionado, como vocês colocaram aqui. Só gostaria mesmo de parabenizá-los por essa iniciativa (Membro 5).

O Membro 1 também ratifica a importância dessa proposta e afirma que esta pesquisa o auxiliou a perceber esses aspectos do êxito, principalmente para verificar como estão os alunos egressos do IFPI que foram acompanhados pelo NAPNE.

Para Moraes (2018), o acesso, permanência e o êxito são três pilares necessários para o direito à educação, em que é imprescindível que haja qualidade no ensino para que se efetive a permanência e o êxito. No entanto, percebe-se que as políticas públicas estão voltadas à garantia do acesso.

4. 3 Análise das Entrevistas

A efetivação do processo de inclusão dentro de uma instituição escolar depende de um conjunto de aspectos e atores. Dentre eles podemos destacar o papel dos gestores que fazem parte da instituição de ensino, fundamentais na condução e sensibilização de toda a comunidade acadêmica, desde a divulgação do acesso à instituição, as adaptações para acessibilidade, a permanência e o acompanhamento da participação dos discentes para que alcancem a integralização do curso e, ainda, a inserção no mundo do trabalho.

Para identificar os aspectos gerenciais do processo de inclusão no IFPI, desde o acesso, passando pela permanência até o êxito dos alunos com necessidades específicas e com deficiências, como também visando alcançar o objetivo de analisar as inter-relações entre os membros do NAPNE e os gestores institucionais no cumprimento da política de diversidade e inclusão, foram feitas entrevistas, na modalidade presencial e de forma virtual, com os membros da gestão da instituição no período de 01 de junho a 31 de agosto de 2022. A coleta de dados ocorreu através de um roteiro de entrevista, sendo que os participantes foram o Reitor, Pró-Reitor de Ensino e a gestão dos *campi* Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí, sendo destes 5 (cinco) Diretores-Gerais e 1 (um) Diretor de Ensino.

Após as entrevistas foram feitas as transcrições e a análise de conteúdo. Com base em Bardin (2011), a análise de conteúdo se refere a uma metodologia que busca classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, resumindo-os a elementos chaves

que se interligam a outras séries de elementos. Assim, as categorias criadas são as constantes no quadro 11:

Quadro 11 - Categorias

CATEGORIAS
1. Inclusão
2. Inclusão no IFPI
3. Estratégias Gerenciais
4. Acessibilidade
5. Inter-relações com o NAPNE
6. Ações e Processos do NAPNE
7. Cotas
8. Política de Egresso

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Para preservar a identidade e em respeito aos aspectos éticos e legais foi utilizado o pseudônimo Gestor para todos os participantes, diferenciando-os com a numeração de 1 a 8, cuja atribuição foi feita de modo aleatório, conforme quadro 12:

Quadro 12 - Identificação dos participantes da gestão

Identificação	Duração da entrevista	Modalidade	Data
Gestor 1	33min:52s	Virtual	21/07/2022
Gestor 2	21min:04s	Presencial	01/06/2022
Gestor 3	43min:08s	Virtual	23/08/2022
Gestor 4	46min:28s	Virtual	22/06/2002
Gestor 5	38min:39s	Virtual	25/08/2022
Gestor 6	19min:23s	Presencial	13/06/2022
Gestor 7	25min:08s	Virtual	21/06/2022
Gestor 8	19min:00s	Presencial	13/06/2022

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4. 3. 1 Categoria 1 - Políticas de Inclusão

Esta categoria abrange as subcategorias políticas públicas, educação inclusiva,

cidadania, gestão democrática, legislação e processos construtivos. Assim, a primeira pergunta feita aos gestores, como se vê no quadro 13, foi a respeito da percepção que têm sobre a inclusão no âmbito geral, obtendo as seguintes respostas:

Quadro 13 – Categoria: Políticas de Inclusão

CATEGORIA 1: POLÍTICAS DE INCLUSÃO		
Subcategorias	Fala dos Gestores	Autores
Políticas públicas	Observa-se uma movimentação que vem acontecendo há algum tempo, das políticas nacionais. Passa por todo o marco legal, no sentido da inclusão, em todos os seus aspectos. Passa também pela questão das cotas, dos fomentos, dos benefícios da política de assistência, e isso também tem se refletido no Instituto Federal do Piauí. (Gestor 1).	Bartolini (2012) Glat, Fontes e Pletsch, (2006) Sampaio e abreu, (2020) Lasta e Hillesheim (2014)
Educação Inclusiva	É bom que se contextualize o porquê de se estar discutindo hoje, de uma maneira bem enfática, a inclusão nas instituições de ensino público. É bem verdade que ao longo do tempo aquelas “escolas de apoio aos necessitados” não incluíam, muito pelo contrário, segregavam. E veio a discussão da educação inclusiva, sobretudo para as pessoas com necessidades específicas. (Gestor 2).	Ferreira e Guimarães (2003)
Cidadania	A inclusão é necessária. É algo que a gente não pode mais tratar como uma possibilidade, como uma política que “se for possível”. Na verdade, é algo que já deve se falar na educação. A gente precisa estar falando em inclusão. Inclusão na vida e como um todo. É igual os outros processos, as outras questões que envolvem a cidadania e o exercício pleno da cidadania. (Gestor 7).	
Gestão democrática	Nossa percepção se constrói durante todo o processo sócio-histórico e na trajetória sócio-histórica política. Considerando a proposta de uma de uma instituição democrática, isso faz com que a gente perceba uma necessidade, uma	

	obrigação e dever da gestão em fazer essa discussão. De modo que são conceitos, apesar de serem muito batidos, mas são reformulados. (Gestor 4).	
Legislação	A inclusão dentro de uma de uma instituição pública, em particular de ensino, não pode ficar apenas no âmbito da legislação. As legislações, as leis, decretos, enfim, todas as políticas que visam atender as pessoas com alguma necessidade específica devem ser realmente implementadas. E, do ponto de vista prático, eu me refiro a destinar parte do orçamento institucional para fortalecer a inclusão no âmbito da nossa instituição, e é isso que a gente tem feito nos últimos anos. (Gestor 6).	
Processos Construtivos	A inclusão é extremamente importante e é preciso desenvolver mecanismos para que seja efetivada. A inclusão é um processo construtivo. (Gestor 8).	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Para o Gestor 1, a discussão acerca das políticas públicas de inclusão já vem ocorrendo há anos, sendo que vêm se fortalecendo e se expandindo nas instituições de ensino, refletindo também no IFPI. Lasta e Hillesheim (2014) referem que as políticas públicas de inclusão iniciaram no Brasil como forma de quebrar as desigualdades sociais existentes e de superar a tradicional política autoritária, surgindo para implantar e consolidar a democracia em busca da educação como direito, exercício pleno de cidadania, garantia da dignidade humana e no respeito às diferenças numa escola de qualidade para todos.

De acordo com a fala do Gestor 7, a inclusão veio de forma efetiva e não deve retroceder, sendo uma política que irá permanecer para garantia dos direitos das pessoas com deficiências e para favorecer o pleno desenvolvimento da cidadania.

A inclusão das pessoas com deficiências no âmbito educacional se tornou uma tendência mundial na década de 1990, tendo um crescimento significativo no Brasil em busca de uma valorização da diversidade humana, segundo Sampaio e Abreu

(2020). Faz parte de um movimento mundial, quebrando um paradigma de exclusão e segregação e, assim, as escolas têm passado por modificações em toda a sua estrutura, currículo, projeto, e até em suas próprias concepções, diante do desafio de incluir as pessoas com deficiências.

Para Glat, Fontes e Pletsch (2006), a educação inclusiva não vem apenas como uma ruptura, mas principalmente como uma transformação da educação especial, tanto nas concepções teóricas como práticas, que foram se desenvolvendo historicamente nos movimentos sociais e políticos de inclusão e garantia dos direitos das pessoas com deficiências.

Mesmo diante dessa ruptura, ainda é muito presente nas instituições marcas do processo de exclusão. De tal modo, para que haja uma transformação nas escolas é fundamental que os gestores tenham uma percepção dessas novas concepções de inclusão, como também conhecimento dos aspectos legais, para que percebam a relevância de ações inclusivas e para que desenvolvam ações gerenciais que tornem a instituição de ensino um ambiente que promova e favoreça a educação numa perspectiva inclusiva.

Bartolini (2012) relata que houve uma mudança na concepção de inclusão, em relação à inclusão escolar em escolas regulares, tendo como princípio o paradigma educacional baseado em uma educação para todos, modificando as legislações no sentido de abranger a educação especial, que era desenvolvida de forma segregada em escolas especiais, e que atualmente esse processo de inclusão escolar é garantido no ensino regular. Para a autora, a proposta de educação inclusiva é para todos e visa garantir um ensino de qualidade, respeitando e valorizando as diversidades existentes e ofertando o atendimento educacional especializado.

As respostas dos gestores demonstram que essa percepção vem sendo construída historicamente, como um movimento social e político de transformação dos marcos legais, que envolve desde a lei de cotas e benefícios de uma política de assistência estudantil à importância do orçamento para que se possa implementar efetivamente a inclusão.

O Gestor 4 amplia a discussão com uma percepção de inclusão desde a trajetória sócio-histórica e política, como uma proposta de gestão que seja democrática e com o dever e obrigação de levar a discussão da inclusão na instituição escolar. Para ele, alguns conceitos estão enraizados no consciente e inconsciente das pessoas, abordando a discussão a respeito das terminologias voltadas à inclusão,

posto que muitos dos termos utilizados para se referir às pessoas com deficiências carregam em si um preconceito e discriminação, sendo muitas vezes pejorativos, desvalorizando as pessoas e enfatizando a deficiência como uma falta de capacidade:

Até então, estava no consciente e até no inconsciente das pessoas o conceito do “portador de deficiência”. Essas reformulações fazem parte da prática das próprias pessoas com deficiência, que lutam por uma abordagem e uma concepção mais humanizada do ser (Gestor 4).

Como bem pontuado pelo Gestor 4, as pessoas com deficiências lutam por mais inclusão, de maneira mais humanizada, com respeito e empatia. É importante ressaltar que o uso correto das terminologias é fundamental para essa percepção de inclusão, e que o termo “portador”, por exemplo, não é mais aceito, no entanto, ainda está no inconsciente de muitas pessoas que ainda o utilizam, como também outras terminologias errôneas. Para Ferreira e Guimarães (2003), o termo portador é inadequado para se referir a uma pessoa com deficiência, considerando que não é uma opção deixar de portar a condição de deficiência, como pode ocorrer ao portar um objeto, por exemplo. Acrescenta que esse termo foi muito utilizado entre a década de 80 e 90, mas que, atualmente, a terminologia correta é pessoas com deficiências.

O gestor 6 destacou em sua fala a importância de implementar a legislação de forma efetiva; o Gestor 8 abordou a relevância de desenvolver mecanismos para efetivar a inclusão, referindo-a como um processo construtivo.

4. 3. 2 Categoria 2: Inclusão no IFPI

A categoria 2 buscou conhecer a percepção dos gestores sobre a inclusão no IFPI, organizada nas subcategorias acesso, educação de qualidade, infraestrutura (física e pessoal) e ambientação dos espaços de formação, visando analisar não apenas uma concepção teórica, mas a prática, as ações e estratégias realizadas na instituição, conforme descrito no quadro 14:

Quadro 14 – Categoria: Inclusão no IFPI

CATEGORIA 2: INCLUSÃO NO IFPI		
Subcategorias	Fala dos Gestores	Autores

Acesso	Observo alguns resultados pontuais, que já animam, mas, de um modo geral, e em particular no IFPI, temos um longo caminho ainda a percorrer. Não é só a garantia do ingresso, é também de formação de professores e técnicos administrativos (Gestor 1).	Dias, Reis e Vieira (2022) Santos et. all. (2022) Freitas (2021) Dall'Alba (2016)
Educação de qualidade	Esse é o grande desafio, porque como a gente tem uma tradição de fazer uma educação de qualidade, e a inclusão, a educação inclusiva, tem tomado um destaque muito grande dentro do Instituto Federal do Piauí. Então, eu vejo isso como muito positivo (Gestor 2).	
Infraestrutura (física e pessoal)	A gente, enquanto instituição, já discute internamente com os professores, com alguns educadores e com os servidores essa política. A gente está apoiando, e sabemos as necessidades que o <i>Campus</i> precisa de se capacitar, mas não só preparar os servidores, mas também buscar toda a infraestrutura necessária para a gente atender esse público da inclusão (Gestor 5).	
Ambientação dos espaços de formação	Em relação ao IFPI, tem muita limitação, em todos os aspectos, seja físico ou de acessibilidade. Por mais que se tenha cuidado, que se tente, vejo muita limitação física. E limitação também do que é colocado à disposição dos estudantes que têm alguma especificidade, limitando-se, por exemplo, a uma monitoria, ou na questão do intérprete de Libras, que vejo	

	uma burocracia muito grande na contratação (Gestor 7).	
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A inclusão no Institutos Federais começou a se fortalecer com a criação dos NAPNEs. O núcleo veio para auxiliar na garantia de acesso à educação profissional, buscando também a permanência e o êxito dos discentes com deficiências. Mas, para tanto, é necessário que todos os profissionais revejam suas práticas de forma a construir estratégias mais inclusivas para obterem uma aprendizagem mais significativa (Dall 'Alba, 2016).

Categorizando as entrevistas dos gestores em relação à inclusão no IFPI, destacamos a subcategoria acesso, acentuando a participação do Gestor 1 ao relatar que é perceptível alguns resultados na instituição, e que a pauta não deve ficar restrita apenas ao acesso dos alunos, mas também envolver ações para formação de todos os servidores para que atuem numa perspectiva inclusiva.

Dias, Reis e Vieira (2022) referem em sua pesquisa, intitulada O papel do NAPNE para estudantes surdos em tempos de Covid-19: Um Relato da Experiência do IFPI - *Campus Teresina Zona Sul* do Instituto Federal do Piauí (IFPI), que a instituição vem buscando atender as reais necessidades para uma inclusão educacional, desde o acesso dos discentes com necessidades específicas, como ampliando o diálogo com especialistas. Os autores destacam em seus resultados a fala de um dos participantes, que relata que o *Campus Teresina Zona Sul* (CATZS) tem uma atuação efetiva, considerando que contém o maior número de discentes com necessidades específicas, sendo a maioria composta de alunos surdos. Somado a isso, que o NAPNE, mesmo com dificuldades, busca atender as especificidades de cada aluno da melhor forma possível.

O Gestor 2 descreve que entre os desafios do IFPI há a preocupação em manter a tradição de ofertar uma educação de qualidade, acrescentando que a discussão sobre a inclusão das pessoas com necessidades específicas vem se ampliando de forma positiva na instituição. Santos *et al.* (2022) mencionam que a escola deve atender a diversidade e desenvolver propostas educacionais numa

perspectiva inclusiva que vise o acesso dos alunos à uma educação de qualidade.

Percebe-se na fala do Gestor 5 que há a discussão de políticas de inclusão na instituição, mas que é necessário proporcionar a formação para todos os servidores assim como implementar a acessibilidade na infraestrutura física.

Para o Gestor 7, mesmo com ações de acessibilidade executadas, ainda é perceptível a limitação em relação à acessibilidade física e, principalmente, no que concerne ao que é ofertado ao aluno, que muitas vezes se limita a uma monitoria, destacando que ainda há uma burocracia dentro da instituição para realização da contratação de profissionais de apoio como, por exemplo, intérpretes de Libras para intermediar a comunicação entre os alunos surdos e professores.

A relevância da acessibilidade é abordada por Freitas (2021), que aponta que primeiro contato que o aluno faz na instituição de ensino é com o espaço físico. Se esse espaço for inadequado, como é o caso de rampas com inclinação fora dos padrões, as barreiras impostas ao discente aumentam. Ao contrário, quando há um espaço acessível, com sinalizações, com guia direcional, ambiente de sala de aulas com mobiliário acessível, reconhecendo as necessidades específicas de cada um, há o favorecimento da plena participação do aluno. Ademais, que ausência de uma acessibilidade comunicacional, como não contratação de intérpretes de Libras, também inviabiliza a inclusão de alunos surdos.

O NAPNE atua efetivamente em todo o processo de inclusão dentro da instituição, sendo um setor reconhecimento principalmente pelos discentes, no entanto, é preciso que a gestão priorize as ações de inclusão, de modo amplo, em âmbitos que vão desde os pedagógicos, como formação de professores e servidores, à destinação de recursos para dar suporte ao núcleo.

4. 3. 3 Categoria 3: Estratégias Gerenciais

A categoria 3, Estratégias Gerenciais, subcategorizada em função gratificada e contratação de intérprete, estratégias setoriais dialogadas, políticas afirmativas de inclusão, parcerias e valorização profissional, busca identificar quais estratégias gerenciais estão sendo desenvolvidas pelo IFPI para o acesso, permanência e êxitos dos alunos com deficiências e necessidades específicas, conforme o quadro 15.

Quadro 15 – Categoria: Estratégias gerenciais

CATEGORIA: ESTRATÉGIAS GERENCIAIS		
Subcategorias	Fala dos Gestores	Autores
Função gratificada e contratação de intérprete	Iniciamos uma formação, na plataforma do YouTube, para que todos nossos professores e técnicos administrativos tenham acesso a essa formação. Uma boa ação foi garantir uma função gratificada [para o NAPNE] para todos os <i>campi</i> e Reitoria, e, por sugestão do NAPNE, a elaboração de uma Política institucional e recentemente a contratação de intérpretes de Libras e outros profissionais para acompanhamento onde houver a demanda (Gestor 1).	Libânio (2001) Declaração de Salamanca (1994) Boaventura, 2008) Ferreira (2016)
Estratégias setoriais dialogadas	A gente tem uma estratégia dialogada entre a gestão e o NAPNE, responsável em aclarar, trazer nuances e questões para a gestão tomar decisões colegiadas. Têm sido feitas algumas ações fundamentais na estrutura física, estamos concluindo esse ano o projeto de acessibilidade. E há também as formações no começo do ano ou em um momento específico (Gestor 4).	Ferreira e Glat (2018) Veiga (2014)
Políticas afirmativas de inclusão	A gente tem que ter uma política forte, e mesmo aquele <i>Campus</i> que não tem nenhum aluno [com deficiência], tem que ter a política e estar preparado para receber e difundir. Também, participar de todas as políticas do município e da região com a questão da educação inclusiva (Gestor 2).	
Parcerias	Parcerias com a APAE, Secretaria de Assistência Social e Prefeitura para divulgação do Classificatório e SisU. É feita uma triagem na matrícula e encaminhamento para NAPNE e equipe multidisciplinar; acompanhamento	

	diferenciado e criterioso para instrumentalizar professores e membros da comunidade (Gestor 3).	
Valorização profissional	Fortalecimento desse núcleo. Valorização dos profissionais da área, a fim de que eles apontem quais aspectos precisam ser implementados na instituição (Gestor 6).	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Estratégias gerenciais são providências tomadas pela gestão de uma instituição de ensino e outras organizações. Numa perspectiva inclusiva, são estratégias voltadas à garantia da inclusão das pessoas com deficiências e necessidades específicas. Dentre essas estratégias é importante que a instituição tenha políticas e normativas para nortear e efetivar essa inclusão, garantindo desde o acesso, a permanência até o êxito do discente. Para Ferreira e Glat (2018), a implantação de políticas e normativas para orientar as ações e estratégias é uma medida importante para garantia de inclusão.

Acerca das estratégias gerenciais, o Gestor 1 menciona uma formação continuada, para todos os servidores do IFPI, com temáticas da inclusão. Acrescenta sobre a implementação de uma gratificação para todos os coordenadores dos NAPNEs e a discussão da proposta de uma política de educação especial, sendo uma solicitação de membros do núcleo.

De acordo com Libânio (2001), é papel do diretor organizar, gerenciar as atividades da escola, atendendo aos aspectos legais e as determinações dos órgãos superiores juntamente com os demais servidores técnicos-administrativos e com os profissionais especialistas.

Os gestores precisam ter uma postura e liderança que propiciem a instituição de ensino a acolher a diversidade e que favoreçam um ambiente mais inclusivo. A Declaração de Salamanca (1994) descreve também a importância dos gestores, denominando-os como “administradores locais e diretores de escolas”, no processo de inclusão e desenvolvimento da autonomia dos alunos com necessidades específicas. Coloca ainda que os administradores e diretores devem desenvolver uma gestão mais flexível, oferecendo mais apoio e mais ações diversificadas para a aprendizagem e ampliando as relações com os pais e comunidades. Por fim, que para

uma gestão ter resultados positivos é necessário o envolvimento da equipe, participação ativa dos professores e de todos os profissionais da escola no atendimento às necessidades dos estudantes.

Em relação à responsabilidade dos diretores, a Declaração de Salamanca (1994) refere que estes devem motivar toda a comunidade escolar a terem atitudes positivas e efetivar uma cooperação entre professores e todos os profissionais de apoio. Também menciona que a escola deve ser uma comunidade coletiva responsável pelos resultados a serem alcançados, sejam positivos ou negativos, devendo não só os professores terem a responsabilidade pela educação dos alunos, devendo ser dividida com todos, destacando que a família também deve ser envolvida de forma ativa nas atividades da escola.

O papel da gestão é fundamental para que o processo de inclusão seja possível, assim, a atuação de todas as pessoas envolvidas na gestão deve ser para ser executada, desde o papel da direção dos *campi* até a figura dos Pró-reitores e Reitor da instituição. Uma das finalidades da gestão escolar, para Boaventura (2008), constitui-se na formação voltada para uma escola inclusiva, que possa possibilitar e estruturar um processo de ensino e aprendizagem que atenda às especificidades de cada aluno, visando a formação de cidadãos para a construção de uma sociedade mais equânime.

Veiga (2014) enfatiza a importância do papel do gestor como mediador e promotor de uma educação inclusiva, também lhe cabendo organizar a escola tanto nos procedimentos pedagógicos como na oferta de uma educação de qualidade, numa gestão com transparência em suas ações.

A atuação do gestor deve privilegiar a diversidade existente em toda a instituição e refletir o seu papel na transformação para um ambiente mais inclusivo, tendo uma visão crítica de sua própria prática. A sua formação deve ser norteada em duas dimensões: a primeira técnica, voltada em conhecimentos que envolvem aspectos das ações da gestão para uma escola inclusiva; a segunda, a dimensão política, na qual o gestor tem que ter habilidades e uma percepção relacionada ao cotidiano escolar e, ainda, manter relações com toda a comunidade escolar para que possa criar uma escola para todos (Boaventura, 2008).

A gestão deve atuar com estratégias setoriais de forma dialogada, ação relatada pelo Gestor 4 ao afirmar que há uma relação dialogada entre a gestão do *Campus* e o NAPNE, enfatizando que o núcleo tem o importante papel de trazer à

gestão as nuances relacionadas à inclusão dos discentes para subsidiar as decisões de modo colegiado. O gestor também referencia outras ações estratégicas como acessibilidade física e formações durante a semana pedagógica.

No entendimento de Ferreira (2016), uma gestão não se refere apenas ao diretor da instituição e sim, a toda comunidade escolar, docentes e equipe pedagógica, sendo necessário que todos unam esforços para que a educação se efetive com qualidade.

Dessa maneira, para tornar a instituição um espaço inclusivo, uma das estratégias do gestor deve ser gerenciar e promover ações para o acesso, a permanência e o êxito dos discentes. Percebe-se que essas ações estão relacionadas a adaptações de acessibilidade, a parcerias com outras instituições especializadas e formação continuada para todos os servidores.

Outras estratégias relatadas pelos gestores se relacionam às políticas afirmativas de inclusão, a parcerias externas com outras instituições e representações de pessoas com deficiências, como associações, permeando a valorização profissional e a importância do próprio NAPNE.

Na concepção do Gestor 2, o seu *Campus* de atuação possui um núcleo forte, mas enfatiza a necessidade de ter uma política consistente para inclusão; os Gestores 3 e 6 destacam a importância das parcerias com APAE, prefeituras e secretarias municipais, como também a importância da instituição participar das políticas de educação inclusiva realizadas pelo município, complementando que é preciso instrumentar os professores e membros da comunidade para que possam realizar um acompanhamento mais específico e diferenciado; para o Gestor 6, já há um notável fortalecimento do núcleo e valorização dos profissionais, que atuam de modo a identificar quais ações necessitam ser implementadas pela gestão.

As parcerias e a busca por uma rede de apoio são importantes estratégias gerenciais para auxiliar e nortear a instituição no processo de inclusão. Elas podem ser criadas entre diferentes instituições e serviços voltados à atenção e atendimento das pessoas com deficiências, como centros de atendimentos educacionais especializados, serviços e profissionais da saúde e organizações da sociedade civil. (Ferreira; Glat, 2018).

4. 3. 4 Categoria 4: Acessibilidade

As ações de acessibilidade que vêm sendo desenvolvidas na instituição e em cada *Campus* foram identificadas na categoria Acessibilidade, sendo organizadas nas subcategorias infraestrutura física, práticas pedagógicas e avaliação das ações, conforme é descrito do quadro 16:

Quadro 16 – Categoria: Acessibilidade

CATEGORIA 4: ACESSIBILIDADE		
Subcategorias	Fala dos Gestores	Autores
Infraestrutura física	Acerca da acessibilidade física, algumas ações têm sido globais nos <i>campi</i> , como a contratação de empresas para fazer esse trabalho. Observa-se que alguns <i>campi</i> têm avançado em uma velocidade maior que outros. Tem sido uma ação da Reitoria, por meio de suas Pró-reitorias, e acompanhamentos dos <i>campi</i> . (Gestor 1).	Bortoloni (2012) Lei nº 13.146/2015 Coelho e Kato (2022) Silva, Pereira e Ribeiro (2020)
	[...] rampas de acesso, banheiros adaptados, piso tátil nas áreas internas e externas (Gestor 7).	Silva, 2010 Sartoretto e Bersch (2010)
	Apesar dos bloqueios orçamentários, o objetivo é estruturar todos os NAPNEs de maneira equitativa, de maneira igualitária (Gestor 2).	Sasaki (2007)
	Em relação ao acesso físico, todos os nossos ambientes são contemplados com rampas, piso tátil, banheiro adaptado, coletivo e individual, mapa tátil, cadeiras e mesas adaptadas nas salas (Gestor 3).	

	Foram realizadas ações de acessibilidade, como também a disponibilização de um espaço para atendimentos e acompanhamentos (Gestor 6).	
Práticas pedagógicas	Em relação às práticas [pedagógicas] eu vejo que ainda tem limitações (Gestor 3).	
Avaliação das ações	Mapa tátil, piso tátil, identificação de portas em braile em todos os setores, rampas. A gente chamou também representante da associação de cegos para conhecer e avaliar essas ações e o que poderíamos melhorar, e isso foi muito forte (Gestor 6).	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Percebe-se que a acessibilidade arquitetônica vem sendo priorizada, com projetos de adaptações de rampas, banheiros, identificação de portas em braile, placas pictogramas e piso tátil para pessoas cegas. Para Coelho e Kato (2022), acessibilidade é um ponto crucial para efetivar a inclusão, e a adequação dos espaços físicos e dos aspectos pedagógicos é imprescindível para que o conhecimento chegue a todas as pessoas.

Bortoloni (2012), em sua pesquisa de mestrado intitulada *Desafios e estratégias para tornar o IFRS – Campus Bento Gonçalves uma escola inclusiva*, realizou entrevista com alunos com deficiências e com necessidades educacionais específicas. Ao questioná-los sobre a importância da acessibilidade, o Aluno 3 respondeu que é o primeiro requisito para que o discente possa frequentar, pois quando chegam ao *Campus* já percebem a estrutura arquitetônica e se vai conseguir acessar e se locomover. Na mesma pesquisa, O Aluno 4 relata que uma escola inclusiva tem que atender todas as dimensões da acessibilidade, e acrescenta que o acesso físico é o aluno conseguir se locomover de forma independente e autônoma em todos os setores da instituição, destacando que a acessibilidade é um dos pontos principais.

Acessibilidade é definida no Artigo 3º da Lei Brasileira de Inclusão (Lei

13.146/2015) como utilização, com autonomia e segurança, dos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, como também acesso a serviços de utilização pública ou privada de uso coletivo, nos ambientes rurais e urbanos, para pessoas com mobilidade reduzida e com deficiências.

Ao abordar sobre acessibilidade é imprescindível que haja ações para remoção de outras barreiras existentes, sejam elas na comunicação e na informação, barreiras atitudinais ou tecnológicas, para que a pessoa com deficiência tenha uma participação plena na sociedade. O Gestor 3 faz uma reflexão sobre a inclusão ser muito mais que incluir fisicamente o aluno nos espaços da instituição:

[...] incluir não é só estar fisicamente. Inclusão é muito mais do que isso. Fisicamente a gente consegue, o cadeirante circula, quem tem deficiência visual também, mas como é que está esse sujeito? Além de estar inserido, está incluído? É uma outra compreensão que envolve desde os professores, colegas de sala de aula, demais profissionais que forma a instituição (Gestor 3).

Incluir não é só favorecer o acesso, abrange para além da eliminação de barreiras arquitetônicas o rompimento de barreiras atitudinais, comunicacionais e metodológicas. Por isso, para Silva, Pereira e Ribeiro (2020), incluir não é somente inserir o aluno numa instituição de ensino. É preciso que haja estratégias e práticas inclusivas que atendam a diversidade e que não sejam diferenciadas em razão de sua deficiência, tampouco apenas o cumprimento da lei de cotas, mas que propiciem oportunidades de trabalho levando em consideração a sua formação.

Os Gestores 1, 2, 3, 6 e 7 citam algumas ações de acessibilidade na infraestrutura de seus *campi* de atuação como rampas, banheiros adaptados, sinalização tátil, identificação de portas com braile, mapa tátil, guia direcional e mobiliários acessíveis, sendo que estas são ações que partem Reitoria do IFPI e em que alguns *campi* estão mais avançadas em execução que outros. O Gestor 6 acrescenta a importância de avaliar as ações de acessibilidade que foram executadas no *Campus* e, para tanto, como forma de avaliação do que foi desenvolvido, convidou uma representante da Associação de Cegos para analisar as adaptações de acessibilidade que foram feitas para pessoas cegas, como o piso e o mapa tátil e as placas de identificação de portas em braile.

Assim, observa-se que é de suma importância a verificação das ações de

acessibilidade desenvolvidas para pessoas com deficiências com o fim de analisar se estão dentro dos padrões estabelecidos na legislação e se a pessoa realmente vai conseguir usufruir dessa adaptação de forma efetiva, sentindo-se acolhida no ambiente.

Entre as pessoas com deficiências há o lema “Nada sobre nós, sem nós”, que é usado para ressaltar e reivindicar a plena participação das pessoas com deficiências nas ações e tomadas de decisões que irão interferir em suas vidas. De acordo com Sasaki (2007), a data mais antiga de utilização do lema foi descrita pela organização não-governamental Pessoas com Deficiência da África do Sul (Disabled People South Africa – DPSA) em 1986, como forma de dar autoridade às pessoas com deficiências a participarem e se posicionarem ativamente sobre as decisões e garantia de seus direitos, para que terceiros não decidam sozinhos.

Para as pessoas com deficiências a acessibilidade é importante para propiciar a independência, de forma a permitir que participem ativamente de atividades que os discentes sem deficiências executam rotineiramente (Silva, 2010). Nesse sentido, o Gestor 3 refere que, no que concerne as práticas pedagógicas, ainda há muitas limitações.

Como apontam Sartoretto e Bersch (2010), numa perspectiva inclusiva há outros recursos pedagógicos e de acessibilidade que favorecem o acesso de forma ativa de pessoas com deficiências dentro do contexto escolar, de modo a facilitar o processo de aprendizagem, não se restringindo apenas às estruturas arquitetônicas.

É preciso ampliar as discussões e ações de acessibilidade nos *campi* e avançar no sentido de ofertar outras formas de acessibilidade que ultrapassem a arquitetônica rompendo, assim, barreiras atitudinais, como por exemplo comunicação voltada à Libras para os alunos surdos e ao braille aos alunos com deficiência visual, e barreiras metodológicas, passando a contemplar uma formação continuada dos professores para auxiliá-los em uma prática educacional mais inclusiva.

4. 3. 5 Categoria 5: Inter-relações com o NAPNE

Visou-se nesta categoria analisar as inter-relações entre os membros do NAPNE e os gestores institucionais no cumprimento da política de diversidade e inclusão e verificar os pressupostos: i) a política de inclusão do IFPI é pouco difundida, havendo pouca entrada de alunos com deficiências e necessidades específicas na

instituição; ii) sem uma inter-relação entre os membros do NAPNE e os gestores institucionais não é possível o cumprimento da política de inclusão; e, iii) a carga horária prevista aos membros para atuação no NAPNE é muito reduzida diante das competências e objetivos a serem desenvolvidos, dificultando os processos e ações para o acesso, permanência e êxitos dos alunos com deficiências e necessidades específicas.

Conforme é demonstrado no quadro 17, esta categoria foi organizada nas subcategorias denominadas resultados integrados, aliança de propósitos, valores de inclusão e apoio e contribuição.

Quadro 17 – Categoria: Inter-relações com o NAPNE

CATEGORIA: INTER-RELAÇÕES COM O NAPNE		
Subcategorias	Fala dos Gestores	Autores
Resultados integrados	Parabenizo todos os coordenadores do NAPNE, pois é um trabalho burocrático, técnico, é um trabalho de amor. É algo muito interessante que a gente tem que apresentar e aplaudir. A resposta é muito positiva (Gestor 2).	Nascimento e Faria (2013) Galo (2015) Azevedo e Cunha (2008)
Aliança de propósitos	Há um diálogo bem próximo com o NAPNE e com toda a sua equipe. A gente avalia a grande dedicação. Temos trabalhado muito nessa aliança, de ouvir e reunir. Não tem aquelas reuniões sistemáticas com a gestão, mas tem reuniões programáticas pra gente discutir quando chegam [casos] ao conhecimento do núcleo. A gente tem dado total apoio. Nós temos uma equipe muito envolvida, a coordenação [do NAPNE] tem desenvolvido um trabalho muito interessante (Gestor 4).	
	A gente tem no <i>Campus</i> um núcleo bastante forte em relação às ações na instituição, que são encaminhadas pelo	

Valores de inclusão	núcleo para a direção para verificar a possibilidade de implementar (Gestor 6). O NAPNE tem uma atuação extraordinária. O acompanhamento é forte, muito amplo, bem participativo e ativo mesmo. É importantíssimo dentro da instituição porque tem um olhar diferenciado para a inclusão e desperta essa inclusão nos servidores e nos próprios alunos (Gestor 8).	
Apoio e contribuição	É um núcleo de inclusão que possui objetivos e finalidade para que realmente possa se efetivar a inclusão dentro da instituição, e a Direção de Ensino vem apoiando e contribuindo para o trabalho do NAPNE (Gestor 8).	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Para que o NAPNE consiga atingir seus objetivos é fundamental o apoio da gestão e que haja uma boa inter-relação entre os membros do núcleo e os gestores da instituição. A equipe gestora deve, junto aos educadores, unir esforços para ofertar uma educação baseada em princípios éticos, humanistas e reflexivos, buscando assim uma educação transformadora. Nesse sentido, é preciso que a gestão estabeleça vínculos e relações no ambiente escolar de forma contínua e coletiva. (Azevedo; Cunha, 2008).

É perceptível na fala dos gestores o reconhecimento ao trabalho que os NAPNEs vêm desenvolvendo no acompanhamento da Política de Diversidade e Inclusão. O Gestor 4 menciona que há um diálogo, uma aliança entre a gestão e todos da equipe do núcleo. Demonstra que a gestão vem dando apoio ao NAPNE com reuniões para discutir os casos que chegam ao núcleo, destacando que a equipe é bem atuante e envolvida, desenvolvendo um bom trabalho. Galo (2015) refere que se deve refletir em relação à produção de alianças em uma gestão democrática para construção e organização de um ambiente escolar mais inclusivo.

Os gestores 6 e 8 enfatizam uma atuação bem forte e ativa do NAPNE, reconhecendo a importância do núcleo dentro da instituição e destacando que a atuação tem envolvido servidores e alunos a terem um olhar diferenciado para a inclusão. Desse modo, percebe-se que a gestão está ciente das finalidades e da importância do núcleo, apoiando e contribuindo para o processo de inclusão.

Os gestores enfatizam a relevância dessa atuação para o processo de inclusão das pessoas com necessidades específicas na instituição. Na fala do Gestor 2 nota-se que o trabalho desenvolvido vem trazendo resultados positivos; o gestor 6 acrescenta:

Nós temos o NAPNE devidamente implantado, em pleno funcionamento. O fortalecimento desse núcleo por meio da designação de uma representação para estar à frente dessas ações, uma coordenação, com liberdade, observadas as normas legais e regulamentares, para atuação à frente do núcleo, sempre com o apoio dessa rede. Me refiro desde as coordenações internas, direção do *Campus*, Pró-Reitoria de Extensão e de Ensino e Reitoria [...] mais importante que termos legislações que protegem pessoas com necessidades específicas é implantá-las nas instituições de ensino (Gestor 6).

As colocações do Gestor 6 são bem pertinentes, com a percepção da importância não só da implantação do NAPNE nos *campi*, como ainda da efetiva implementação das resoluções e leis, no que tange à execução das finalidades e objetivos dos núcleos. Não basta apenas a implementação, mas, de fato, fazer acontecer efetivamente a inclusão das pessoas com necessidades específicas, desde o acesso, a sua participação e permanência até o êxito. Outro ponto relevante é o apoio em rede que o NAPNE deve ter, pois, a inclusão a nível de instituição não depende apenas de um núcleo, mas de toda a equipe multiprofissional, a gestão, as coordenações, professores e os próprios alunos.

A designação de uma coordenação que atue de forma efetiva e que tenha conhecimentos específicos na área é também essencial para que o *Campus* possa incluir o aluno com necessidades específicas. Nesse sentido, o Gestor 1 aborda que as ações do NAPNE têm grande influência da figura do coordenador que está designado para essa função:

Percebo que depende muito de quem está à frente desse núcleo, dessa pessoa que vai sensibilizar outras pessoas, que vai nesse convencimento da necessidade da instituição, desse olhar mais específico para quem tem necessidades específicas na instituição. Realmente tem sido um diferencial

de quando a gente não tinha os núcleos instituídos e depois da institucionalização. Teve um avanço considerável exatamente por isso, por termos pessoas que estejam discutindo essa inclusão (Gestor 1).

Considerando a ampla atribuição do NAPNE, é preciso que a instituição discuta sobre a carga horária a ser executada dentro do núcleo, uma vez que a Resolução nº 56 coloca apenas uma carga horária de 8 horas semanais para a coordenação e o secretário do núcleo, e para os demais membros apenas 4 horas semanais. Dessa maneira, o servidor, seja professor ou técnico administrativo em educação, divide sua carga horária entre as ações do NAPNE e as demais atribuições de seu cargo, muitas vezes não sendo possível uma atuação mais efetiva e que atenda todas demandas dos alunos com necessidades específicas. Nesse contexto, o Gestor 3 traz à discussão:

Se você tem 8 horas reservadas para fazer determinadas ações no NAPNE e está envolvido em outras ações, obviamente [isso] impacta numa atuação mais coordenada no núcleo. Então, os nossos membros do núcleo dividem momentos do NAPNE com outras ações. Mas, mesmo assim, a gente avalia a grande dedicação, o afeto e paixão, que perpassa pelo compromisso político com o debate da inclusão (Gestor 3).

É perceptível a dedicação e o compromisso dos membros do NAPNE para que a inclusão seja efetivada na instituição, no entanto, deparam-se com a necessidade de conciliar sua carga horária de trabalho e as ações próprias do NAPNE. Na prática, essa carga horária para os processos e ações do núcleo extrapolam a prevista na resolução da instituição, posto que o acompanhamento dos discentes exige desde o atendimento individual a ações que envolvam acessibilidade, orientações e formação de professores, diálogo com os pais, com a equipe multiprofissional, assim como parcerias com outras instituições que atuam com as pessoas com necessidades específicas. Portanto, o horário previsto para atendimento é um fator que pode dificultar a efetivação das ações que o núcleo precisa desenvolver. Acerca desse ponto, o Gestor 6 diz:

A atuação no NAPNE tem certa complexidade, mas as pessoas que estão à frente gostam do que fazem e têm compromisso com a inclusão e, acima de tudo, implementam na prática o que está na legislação. Mas, é preciso que tenha mais pessoas atuando, além do coordenador, para facilitar cada vez mais o trabalho de quem está à frente, que não é pouco (Gestor 6).

No âmbito da inclusão dentro dos IFs, o NAPNE, para Nascimento e Faria (2013, p. 19) é “o principal locus de atuação do processo de inclusão”. Em vista disso, os gestores devem, além de valorizar e reconhecer a relevância do núcleo, dar condições de trabalho, disponibilizando um espaço físico próprio, amplo e acessível, para que os membros possam planejar seus processos e ações, como também para realizar atendimentos aos discentes, às famílias e aos servidores que buscam orientações. Ademais, é necessária a manutenção e aquisição de equipamentos de tecnologias assistivas e materiais didáticos-pedagógicos, a disponibilização de recursos para formações, eventos e cursos para difusão e aperfeiçoamento dos próprios membros do NAPNE e para a comunidade acadêmica. Em relação aos espaços e atuação do NAPNE, o Gestor 6 relata:

A disponibilização de um espaço para os atendimentos eu considero que é um parâmetro importante que temos seguido nos últimos anos. Não basta um espaço, não basta um servidor para ficar à frente desse núcleo, é preciso que tenha ações concretas, observadas o que a legislação garante para as pessoas com necessidades específicas, e é isso que tem sido feito. Os atendimentos são realizados, as ações são pensadas no núcleo e encaminhadas para a administração, afim de que verifiquem a possibilidade de implementar. Então, esse processo de implementação acaba sendo bem amplo com apoio de muita gente (Gestor 6).

Constatou-se nesta pesquisa que alguns NAPNEs não possuem um espaço próprio, havendo o compartilhamento da sala com outro setor. De acordo com as discussões aqui desenvolvidas, ressalta-se a relevância e a extrema necessidade do núcleo ter um ambiente amplo e acessível para reuniões e para o planejamento de suas ações e processos, sendo um espaço de referência para a comunidade acadêmica e para a comunidade externa sobre a inclusão.

Logo, as inter-relações dos gestores com os membros do NAPNE são fundamentais para efetivação e garantia de uma educação inclusiva, sendo de suma importância que atuem juntos com diálogos e estratégias colegiadas.

4. 3. 6 Categoria 6: Processos das ações do NAPNE

Através das entrevistas com os gestores foi possível identificar alguns dos processos das ações realizadas pelos NAPNEs, sendo estes relacionados a formações, acompanhamentos individualizados, participação nos conselhos de classes, mapeamentos das prioridades para verificação da necessidade de

monitorias, ações de acessibilidade e acompanhamento da equipe multidisciplinar, como mostrado no quadro 18:

Quadro 18 – Categoria: Processos das ações do NAPNE

CATEGORIA: PROCESSOS DAS AÇÕES DO NAPNE		
Subcategorias	Fala dos Gestores	Autores
Formação	Realização de eventos, de capacitações. Um dos problemas, na minha percepção, é a formação (GESTOR 1).	Sousa (2021) Dall'alba (2016) Moreira e Lima (2018) Pimenta, Silva e Vale (2020)
Acompanhamento individualizado	Ações de acompanhamento individualizado, orientações à equipe multidisciplinar e professores, participam dos conselhos de classe e de reunião de pais e mestres (GESTOR 3).	
Mapeamento das prioridades	É feito um mapeamento no início do ano, editais de monitoria. Acompanhamento pela equipe multidisciplinar e ações de estrutura física (GESTOR 7).	
Participação no Conselho de classe	O NAPNE vem promovendo ações de formação e capacitação, promovendo debates, palestras e participação conselho de classes (GESTOR 8).	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A primeira ação a ser realizada pelo NAPNE, de acordo com Pimenta, Silva e Vale (2020), é conhecer os alunos e as suas condições, com o intuito de analisar como irá romper as dificuldades apresentadas pela deficiência ou necessidade específica. Após esse estudo, os membros do núcleo devem elaborar um plano individual, juntamente com os professores, constando as ações relacionadas a essas necessidades específicas, para traçar as atividades a serem desenvolvidas, fomentando o desenvolvimento de adaptações curriculares e materiais pedagógico, caso necessite, e fazendo o encaminhamento para os profissionais de apoio.

Os autores supracitados sugerem, como medidas a serem implementadas pelo NAPNE em relação às adaptações curriculares: a criação de uma agenda eletrônica das atividades para acompanhamento tanto do discente como da família; a ampliação do prazo de entrega e execução das atividades propostas; adaptações de textos, de forma a reduzi-los para torná-los mais simples e objetivos; a priorização de atividades

orais; o reforço, fora do horário de aulas, para repetição de atividades, quando necessitar mais fixação dos conteúdos; e, a disponibilização de outros materiais de apoio, simplificados, para complementar a aprendizagem (Pimenta; Silva; Vale, 2020). Dentre as ações realizadas no IFPI, o Gestor 1 relata que são realizados eventos e capacitações, mas acrescenta que a formação é um dos entraves; o Gestor 8, que há ações de formação, capacitação e realização de debates e palestras. Outras ações são mencionadas pelos Gestores 3 e 7, relatando a participação do NAPNE nos conselhos de classes e em reuniões de pais e mestres, este último acrescentado que no começo do ano letivo é realizado um mapeamento. Dall'alba (2016) salienta a relevância de se fazer um mapeamento descrevendo as especificidades de ações para inclusão dentro da instituição, de modo a possibilitar que os coordenadores e gestores construam um planejamento inclusivo.

É possível observar, de acordo com os relatos dos gestores, que os processos e ações na instituição não são sistematizados. Cada núcleo tem autonomia e vem desenvolvendo suas ações de acordo com as especificidades e perfil do público que atende. Mas, verifica-se também que a atuação de cada *Campus* segue os mesmos princípios, sendo postas em práticas ações semelhantes no acompanhamento do classificatório, participação nas formações pedagógicas, acompanhamento individualizado, participação nas reuniões e conselhos de classes e acompanhamento das ações de acessibilidade.

Na pesquisa feita por Sousa (2021, p. 77), realizada no NAPNE do IFPI - *Campus* Teresina Zona Sul, são descritos os processos de trabalho para o núcleo após o ingresso do discente com necessidade específica no *Campus*:

1. Acolhida individual (encaminhamento pelo setor de matrícula);
2. Levantamento das demandas do estudante com deficiência;
3. Contato com familiares/responsáveis dos estudantes assistidos;
4. Planejamento de ações estratégicas conforme as demandas diagnosticadas;
5. Planejamento de horários/distribuição de disciplinas entre os intérpretes;
6. Atendimento coletivo (estudante assistido e outros sujeitos);
7. Reuniões com Equipe Multidisciplinar, Coordenações e Docentes;
8. Produção de vídeos em LIBRAS sobre o conteúdo das disciplinas;
9. Monitoramento do rendimento acadêmico dos estudantes assistidos;
10. Planejamento (organização/apoio) de eventos de caráter interdisciplinar (Sousa, 2021, p. 77).

O acompanhamento pelo NAPNE, de acordo com a pesquisa de Sousa (2021), é realizado a partir da matrícula e as ações dependerão da demanda de cada

estudante, havendo também diálogo com a família, reuniões com professores, coordenadores e equipe multidisciplinar. Por se tratar de um estudo realizado com discentes surdos, foi realizada a produção de vídeos e acompanhamento de intérpretes de Libras.

Moreira e Lima (2018), em pesquisa realizada no NAPNE do IFCE - *Campus Caucaia*, descrevem algumas ações realizadas que abrangem formações continuadas para professores e comunidade escolar, com palestras e cursos com a temática da inclusão, e cursos específicos de Libras. Ainda, realização de estudos e pesquisas, ações de conscientização, visita técnica a instituição de pessoas com deficiência visual e diagnóstico das instalações físicas para possíveis adequações de acessibilidade.

Além da execução de ações, é necessário um acompanhamento efetivo da atuação do NAPNE. Para tanto, é preciso que se tenha instrumentos de acompanhamento e registro das ações e dos processos desenvolvidos pelo núcleo, assim como para o monitoramento dos discentes. Nesse aspecto, os gestores relataram:

Não temos um instrumento sistematizado. Tem um projeto de levar para o SUAP, para ser um sistema único que possa ter o máximo de informações. A ideia é levar o PSAD, a REMOV e o SIFAE. Mas não sei quando a DTI terá essas condições [de implantar]. Acredito que quando tiver tudo em um só lugar teremos mais facilidade de acesso a essas informações (Gestor 1).

O NAPNE possui uma planilha para estar acompanhando o desenvolvimento desses alunos, se estão completando o ciclo dentro do *Campus* (Gestor 5).

Tem o SIFAE, mas precisa melhorar a utilização por todos. O NAPNE usa também instrumentos próprios (Gestor 6).

É necessário o registro de todas as ações desenvolvidas no *Campus* em prol da inclusão como forma de sistematizar e de avaliar a atuação do núcleo, visando melhorá-lo. É importante também ampliar a atuação do NAPNE, com a implementação do atendimento educacional especializado (AEE), para que se possa ter um acompanhamento mais específico e individualizado do discente com necessidades específicas. Ainda, a efetivação de uma política institucional específica para o público da educação especial, ampliando a atuação de profissionais da educação especial no núcleo na realização desse atendimento educacional especializado.

Em relação à atuação do núcleo, o Gestor 6 declara que o NAPNE do *Campus*

tem se fortalecido a cada ano, com ações concretas, em que vem cumprindo a legislação e realizando a implementação em situações práticas da política de inclusão, acompanhada e gerenciada por pessoas que dispõem de compromisso com o que fazem.

4. 3. 7 Categoria 7: Cotas

As cotas são abordadas na Categoria 7, conforme subcategorias dispostas no quadro 19 que abrangem ações afirmativas, acesso e história e memória, com a finalidade de analisar o ingresso dos alunos com deficiências na instituição e averiguar se as cotas estão sendo ofertadas e se vêm sendo preenchidas.

Quadro 19 – Categoria: Cotas

CATEGORIA: COTAS		
Subcategorias	Fala dos Gestores	Autores
Ações afirmativas	A gente cumpre as cotas previstas em leis federais, e percebemos uma baixa procura por essas cotas direcionadas aos candidatos com necessidades específicas. Estamos em discussão de uma ação específica para o estudante com deficiência que não é oriundo de escolas públicas e vamos encaminhar para discussão no Conselho Superior (GESTÃO 1).	IFPI (2022) IFPI (2023) Moraes (2018) Queiroz (2016) Vasconcelos e Galhardo (2023)
Acesso	Esse é um dos principais desafios. Há uma clara distorção entre a procura e [as vagas de cotas ofertadas] nunca se preenchem. Raramente tem procura e muitas pessoas ainda acham que o Instituto Federal do Piauí é um local inacessível. Por exemplo: 400 vagas ofertadas para o ano letivo de 2022.1 e só 3 alunos por cotas, o que não corresponde nem a 1% (GESTÃO 3).	

	As vagas de cotas têm ido para outras demandas. No ensino superior, eu vejo mais utilização, é mais recorrente. Aqui acontece muito engano: o aluno se inscreveu, mas depois não se encaixou e acaba perdendo a vaga (GESTÃO 7). Possui sistema de cotas no classificatório, mas tem entrada pela ampla concorrência também (GESTOR 6).	
História e memória	Sobre as cotas, estamos em discussão de uma ação afirmativa para alunos provenientes de escolas particulares. A palestra master do Integra IFPI será sobre os 10 anos da Lei de Cotas. O intuito é fortalecer a lei de cotas (GESTOR 2).	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Observa-se, pela fala do Gestor 2, que as cotas vêm sendo ofertadas conforme as legislações vigentes. No entanto, a procura ainda está sendo baixa e por isso a instituição vem discutindo uma nova ação afirmativa para melhorar o acesso dos alunos com deficiências, especialmente os provenientes da rede privada de ensino e independentemente da renda familiar.

Em relação ao acesso por meio de cotas, os Gestores 3, 6 e 7 relatam que as cotas PCDs não vem sendo preenchidas em sua totalidade e que muitas vezes são direcionadas para outras demandas. Sugerem que a falta de preenchimento das vagas advém do fato de que muitas inscrições são feitas de forma equivocadas. No entanto, o Gestor 6 acrescenta que há o registro de entradas de pessoas com necessidades específicas não apenas pelas cotas, mas também pela ampla concorrência.

A Resolução Normativa nº 144/2022 do IFPI regulamenta a Política de Cotas e os procedimentos de heteroidentificação. Nesta política, além das cotas já existentes para PCDs, foi incluída uma ação afirmativa para pessoas com deficiências que são

provenientes de instituições privadas, independentemente da renda familiar e da etnia, como descrita no Artigo 7º:

- I - 50% das vagas do total de vagas serão reservadas aos candidatos de que trata o Art. 5º desta Resolução (que cursaram integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas);
- II - 45% das vagas serão para ampla concorrência; e
- III - 5% das vagas para candidatos com deficiência (PcD) não oriundos de escola pública e independentemente da renda e etnia.

As cotas direcionadas às pessoas com deficiências estavam vinculadas à escola pública, à renda e à etnia. Com essa nova ação afirmativa, os alunos com deficiências que estudaram em escolas particulares também podem concorrer às cotas, o que deve ampliar o acesso de discentes PCDs ao IFPI.

No IFPI, o sistema de cotas destinadas às pessoas com deficiências é distribuído em cinco opções, referentes a cotas que podem ser concorridas por pessoas com deficiências não oriundas de escolas públicas e para pessoas com deficiência com provenientes de escolas públicas, observadas também a renda e etnias, conforme figura 14:

Figura 14 – Sistema de cotas para PCD no IFPI



Fonte: Elaborada pela autora, com base no Edital Exame Classificatório 2023.1 (IFPI, 2023).

Em relação às cotas, foi possível detectar que muitas vezes não estão sendo

preenchidas e os fatores para essa ocorrência são diversos, indo desde o desconhecimento das vagas específicas para PCDs a inscrições feitas erradas, informando-se o candidato para cota em que não se encaixa, o que resulta na perda da vaga. O Gestor 6 acrescenta sobre a política de cotas, destacando que há muitos casos de discentes que são identificados no decorrer das aulas:

Muito embora tenhamos a política de cotas, são identificados casos ao longo do ingresso do nosso aluno, e nos casos em que ingressaram por cotas são naturalmente encaminhados ao NAPNE através do Controle Acadêmico. Nos demais casos, temos um trabalho extremamente efetivo, que na prática não é apenas receber o aluno que já tem o laudo. É um trabalho em busca dessas pessoas com necessidades específicas (GESTOR 6).

O gestor complementa que é preciso ter uma sensibilidade e uma formação específica para que se consiga perceber os casos de discentes que precisam ser encaminhados ao NAPNE. Salaria que o trabalho do NAPNE é amplo nesse processo de identificação dos alunos que não ingressaram por meio de cotas:

A gente sabe que a depender do tipo de necessidade específica, nem sempre pessoas sem a formação nessa área conseguem identificar. A gente tem um trabalho muito bonito que é a identificação dos alunos que precisam de algum tipo de atendimento por parte do nosso NAPNE. Então é extremamente amplo o trabalho que está sendo desenvolvido nesse sentido (GESTOR 6).

Verifica-se, por meio da fala do Gestor 7, que entre as cotas para PCDs há inscrições feitas equivocadamente, decorrendo disto que as vagas lhe são destinadas não estão sendo preenchidas e, por conseguinte, o acesso à instituição não está sendo efetivado. Por esse motivo, é preciso que haja ampla divulgação dessas cotas e orientação no momento da inscrição, como o propósito de que o candidato concorra a uma cota que se encaixe em suas características.

Para Moraes (2018), nos institutos federais a lei de cotas é de grande relevância por oportunizar a correção da dívida social com pessoas que foram historicamente marginalizadas, dando-lhes acesso a um ensino profissionalizante voltado à formação integral, o que é ratificado por Queiroz (2016) quando aponta que as ações afirmativas são uma forma de corrigir as injustiças de grupos que foram historicamente excluídos, visando que haja igualdade de oportunidades e o respeito às especificidades de cada indivíduo.

Ademais, Vasconcelos e Galhardo (2023) enfatizam a necessidade da realização de estudos para compreensão da diversidade e das complexidades

existentes, e que estes voltados ao desenvolvimento de políticas afirmativas que atendam a veracidade de cada discente egresso no sistema inclusivo.

4. 3. 8 Categoria 8: Política de Egresso

Com a finalidade de analisar as ações para o êxito dentro do IFPI foi questionado aos gestores sobre a Política de Egresso e se há um acompanhamento dos alunos egressos com deficiências ou necessidades específicas, como se vê no quadro 20, cujas subcategorias são mundo do trabalho, observatório, ações específicas e monitoramento do egresso:

Quadro 20 – Categoria: Política de Egresso

CATEGORIA: POLÍTICA DE EGRESSO		
Subcategorias	Fala dos Gestores	Autores
Mundo do trabalho	Não há quase esse acompanhamento. Temos dificuldades de trazer as pessoas com necessidades específicas para a instituição. Essas pessoas também têm dificuldade de inserção no mercado de trabalho (GESTOR 3).	Silveira (2006) Silva, Nunes, e Jacobsen (2011) IFPI (2018)
Observatório	Não vem sendo acompanhado. Não somente os alunos com deficiências, mas nenhum aluno. É algo a melhorar na instituição. O observatório poderia ser um caminho (GESTOR 4).	IFPI (2021)
Ações específicas	O instituto tem resoluções específicas para a Política de acompanhamento do egresso, extensiva a todos os alunos, com ou sem necessidades específicas. Mas precisa ser aprimorado. É relevante ser discutido junto ao NAPNE uma ação mais específica (GESTOR 6).	

Monitoramento do egresso	Essa política ainda precisa ser mais efetiva, [...] ser mais forte. No IFPI há o Portal do Egresso. O <i>Campus</i> já fez um Encontro de egressos com depoimentos e relatos de experiências (GESTÃO 8).	
--------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Inferir-se a partir da fala dos gestores que não há um acompanhamento efetivo da Política de egresso. Segundo o Gestor 3, a instituição, por ser profissionalizante, atuando na educação profissional e tecnológica, tem todo um trabalho voltado ao mercado de trabalho e a política de egresso deve conter a previsão para acompanhar esse público, considerando as que dificuldades detectadas no acesso dos discentes se refletem na sua inserção no mercado de trabalho. Para o Gestor 4 a dificuldade no acompanhamento não se dá apenas com os alunos PCDs, mas com todos os discentes, e sugere que o observatório existente no sítio do IFPI pode ser um caminho para um acompanhamento mais efetivo.

O Gestor 6 alude que a instituição tem resoluções específicas para o acompanhamento de todos os discentes, como o Programa de Acompanhamento do Egresso, enfatizando que as mesmas se aplicam aos alunos que tenham deficiências ou necessidades específicas. No entanto, destaca que é preciso melhorá-las e para tal é necessário que a discussão seja realizada junto ao NAPNE para que busquem juntos ações mais específicas e efetivas.

Apenas na fala do Gestor 8 foi possível observar uma ação específica de monitoramento de egressos. Narra que, em seu *Campus* de atuação, foi realizado o evento denominado I Encontro de Egressos, que reuniu alunos egressos dos diversos cursos ofertados e que contou com depoimentos e relatos de experiências. Acresce acerca da existência no site da instituição do Portal do Egresso, mas afirma que essa política precisa ser fortalecida e mais efetiva. Para Silveira (2006), a participação do egresso estabelece-se um vínculo e uma parceria para melhorar a formação profissional e acadêmica e, por conseguinte, ampliando o compromisso institucional. O Programa de Acompanhamento ao Egresso (PAE) dos cursos regulares do

IFPI foi regulamentado pela Resolução nº 65/2018, atualizada e consolidada pela Resolução Normativa 95/2021, sendo articulado à política institucional de extensão e

tendo partido da necessidade da instituição em promover ações para o acompanhamento da trajetória profissional dos seus alunos egressos, de forma a identificar cenários no mundo produtivo e como uma avaliação da própria instituição de suas ações de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com Silva, Nunes e Jacobsen (2011), o acompanhamento do egresso é necessário um diálogo contínuo e permanente entre as instituições e o mercado de trabalho.

4. 4 Memórias e histórias dos NAPNEs no Instituto Federal do Piauí – IFPI

Este tópico tem como objetivo resgatar a história e a memória do NAPNE no IFPI, a partir de um recorte nos *campi*: Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí. A coleta de dados ocorreu através de pesquisa documental, como relatórios, plano de ações do NAPNE, documentos institucionais e projetos de extensão e pesquisa na área da inclusão, visando conhecer as ações desenvolvidas voltadas para a temática da inclusão das pessoas com deficiências, e por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores.

No ano de 2013 houve uma ampliação de várias políticas na instituição, destacando-se o fortalecimento da Política de Assistência Estudantil (POLAE), editada por uma nova resolução, e o desenvolvimento de um trabalho para criação de vários núcleos, dentre eles o NAPNE, que foi institucionalizado com a emissão de uma resolução que elencava as diretrizes, atribuições do núcleo e de seus membros, e cuja implantação nos *campi* ocorreu por meio de editais.

A Resolução nº 45/2013 do Conselho Superior do IFPI instituiu o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Essa resolução especifica a implantação do núcleo para execução das políticas de inclusão e diversidade no âmbito da instituição, esclarecendo em seu parágrafo único que essa política será elaborada por uma comissão, e posteriormente regulamentada e normatizada.

A comissão para elaboração dessa Política foi nomeada pela Portaria nº 3.313, de 21 de novembro de 2014, tendo como presidente a psicóloga da Reitoria/ PROEX, Kennya Martins de Melo Sousa Cunha, e como membros: Ana Lúcia de Oliveira, assistente em administração do *Campus* Teresina Central, Elizângela Moraes Silva, revisora de textos braile da Reitoria/PROEX, Maria da Conceição Rabelo, revisora de textos braile da Reitoria/PROEX, e Teresinha Vilani Vasconcelos de Lima,

pedagoga/docente do *Campus* Teresina Central.

A política desenvolvida foi denominada de Política de Diversidade e Inclusão e foi regulamentada pela Resolução nº 004/2015, aprovada no dia 18 de junho de 2015. Em 02 de agosto de 2021 o documento foi atualizado através da Resolução Normativa nº 56/2021 do CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI.

A Política propõe em seu § 1º dois núcleos como meio de intermediar a inclusão, abrangendo a educação especial e a diversidade, sendo eles o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE e Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas – NEABI, e específica como público- alvo os alunos com deficiências, negros e indígenas regularmente matriculados na instituição, nos cursos de Ensino Médio Integrado, Ensino Técnico Concomitante/Subsequente e Ensino Superior em nível de graduação. Conforme o Art. 3º:

I - discentes com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, auditiva, visual, mental, intelectual ou sensorial, discentes com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e ainda os transtornos funcionais específicos, como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade (IFPI, 2021).

A política tem como objetivo geral, de acordo com o Artigo 6º, “promover a inclusão no IFPI, mediante ações, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade”. Os princípios norteadores da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI são, conforme o Artigo 4º da Resolução 56/2021:

I- direito à educação pública, laica, gratuita e de qualidade;
 II- igualdade de condições de acesso, permanência e êxito no percurso formativo;
 III- articulação entre as práticas educacionais, o trabalho e as práticas sociais;
 IV- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, as ciências e o saber;
 V- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; VI - respeito à liberdade;
 VII- universalização da educação inclusiva;
 VIII- garantia dos valores éticos e humanísticos;
 IX- convívio e respeito às diversidades étnica, cultural, social, sexual, de gênero, de crença, de necessidades específicas ou outras características individuais, coletivas e sociais; e
 X- promoção da autonomia, participação política e emancipação da juventude (IFPI, 2021).

Esses princípios norteadores são base para que o IFPI possa cumprir sua finalidade de ofertar uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade para todos os seus alunos, sem qualquer tipo de inclusão ou exclusão, destacando-se entre eles a igualdade de condições de acesso, permanência e êxito no percurso formativo, e a universalização da educação inclusiva, garantido a todos o acesso à educação.

A Política de Diversidade e Inclusão do IFPI é um instrumento importante para a garantia da igualdade de oportunidades, acesso à educação de qualidade para todos os estudantes com necessidades específicas. As diretrizes estabelecidas no Art. 5º são fundamentais para assegurar a efetivação da política em todos os *campi* da instituição, conforme consta no Art. 5º:

- I- garantir atendimento educacional especializado de acordo com a realidade de cada campus objetivando a autonomia e independência do estudante;
- II- orientar ações dos núcleos (NAPNE, NEABI) de diversidade e inclusão nos campi do IFPI, atendendo o disposto nas "Resoluções Normativas nºs 55/2021 e 53/2021, de 23 de julho de 2021";
- III- garantir a acessibilidade nos projetos arquitetônicos das obras a serem realizadas e adequação nas construções já existentes, de acordo com normas da ABNT NBR 9050.
- IV- dotar de recursos pedagógicos o discente com necessidades específicas, de acordo com a demanda do campus;
- V- mobilizar permanentemente a comunidade acadêmica do IFPI para garantir o desenvolvimento efetivo da política de diversidade e inclusão;
- VI- assegurar o desenvolvimento psicossocial e curricular do discente com necessidades específicas no contexto educacional;
- VII- dotar de recursos financeiros o orçamento anual do IFPI para a implementação, desenvolvimento e continuidade da política de diversidade e inclusão;
- VIII- garantir a ampla publicitação desta Política de Diversidade e Inclusão;
- IX- reservar, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas, nos processos seletivos para estudantes com deficiência do IFPI, assim como também assegurar o atendimento da "Lei nº 12.711, de 2012" e do "Decreto nº 7.824, de 2012", de em cada curso, por turno, reservar 50% (cinquenta por cento) das vagas aos candidatos egressos de escola pública; e
- X- adequar as informações para acesso das pessoas com necessidades específicas nos sites eletrônicos do IFPI, de acordo com a "Lei nº 10.098, de 2000" e "Decreto nº 5.296, de 2004" (IFPI, 2021).

Das diretrizes aqui apresentadas aponta-se a importância de implementar na instituição o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades específicas, de forma a promover sua autonomia e independência, ainda, a relevância dos núcleos, da acessibilidade, e de destinar recursos financeiros do orçamento anual do IFPI para a implementação, desenvolvimento e continuidade da política de diversidade e inclusão. É fundamental a disponibilidade de recursos financeiros para que ocorra a efetiva implementação dessa política.

É a Política de Diversidade e Inclusão que define quais são as competências do NAPNE para a inclusão dos discentes, visando desde a disseminação da inclusão dentro dos espaços da instituição à promoção de políticas voltadas ao ensino, pesquisa e extensão, entre outras, conforme o Art. 15:

- I- disseminar a cultura da inclusão no âmbito do IFPI através de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão nas esferas municipal, estadual e federal;
- II- supervisionar as políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos alunos com necessidades específicas;
- III- participar das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento da instituição de modo a atender as pessoas com necessidades educacionais específicas;
- IV- avaliar e propor diretrizes e metas a serem alcançadas, na proposta de inclusão;
- V- elaborar, em conjunto com os docentes e o núcleo pedagógico dos campi, programa de atendimento aos alunos com necessidades específicas e auxiliar os professores a adequarem as suas aulas conforme o programa definido; e
- VI- participar do processo de ingresso de novos alunos no IFPI (IFPI, 2021).

As alterações contemplaram a ampliação da jornada de trabalho do servidor coordenador do núcleo, modificando-a de 5 horas para 8 horas semanais de atividades no NAPNE. Quanto à organização administrativa interna do núcleo, após a alteração a composição passou a ser: um Coordenador, um vice coordenador e um secretário. Porém, houve posterior alteração em 2021, passando o núcleo a ser composto da seguinte forma:

- Art. 11. O NAPNE terá a seguinte organização administrativa interna: I - o Coordenador do NAPNE no Instituto Federal do Piauí – IFPI;
- III- um secretário;
 - III- representantes da comunidade acadêmica (servidores e discentes); e
 - IV - representantes da comunidade externa (familiares e pesquisadores) (IFPI, 2021).

Em 2021, o IFPI fez uma revisão de todos os seus atos normativos, o que não deixou de incidir sobre o NAPNE, cuja normatização passou por nova atualização e consolidação através da Resolução Normativa 55 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.

A composição do NAPNE é feita por uma equipe multidisciplinar, na qual apenas o coordenador é eleito por meio de uma votação, intermediada por edital, e os demais membros são designados a posteriori pelo servidor eleito na coordenação, dando-se a formação da seguinte forma:

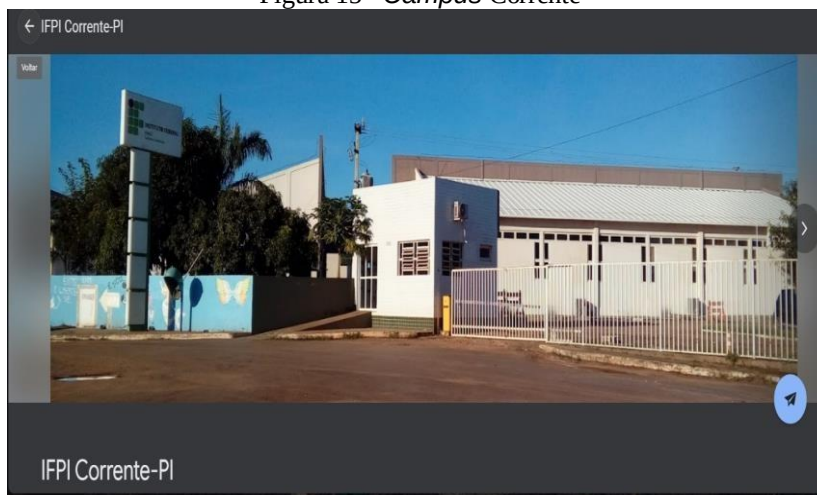
Art. 7º O NAPNE do IFPI é composto por uma equipe multidisciplinar nos campi (Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Docentes, Pesquisadores e Profissionais do corpo técnico- administrativo) e por equipe técnica da Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Extensão (IFPI, 2021).

O trabalho a ser desenvolvido pelo NAPNE para o processo de inclusão nos *campi* deve ser efetivado por esses membros, que são designados por meio de Portaria, a pedido do coordenador. Sousa (2021) acentua a relevância de uma equipe multidisciplinar que compreenda profissionais com diferentes especialidades, vislumbrando que essa diversidade gere mais possibilidades de um acompanhamento efetivo no processo de inclusão na instituição, numa perspectiva holística que atenda o todo, evitando a fragmentação.

4. 4. 1 *Campus* Corrente: memórias e histórias do NAPNE

O Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí (IFPI) *Campus* Corrente fica localizado na Rua Projetada, bairro Nova Corrente, no município de Corrente, localizado no extremo sul do estado do Piauí e inserido na Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense (IBGE, 2010).

Figura 15 - *Campus* Corrente



Fonte: <https://earth.google.com> (2023).

O *Campus* realizou ações de acessibilidade como placas de sinalização e identificação, sinalização em braile, piso tátil e um mapa tátil na entrada da instituição, como se vê nas figuras 16 e 17, abaixo:

Figura 16 - Sinalização *Campus* Corrente

Sinalização do Campus



Sinalização em braile



Fonte: Relatório de gestão (2021, 2022).

Figura 17 - Piso tátil direcional e mapa tátil no *Campus* Corrente

Piso tátil direcional



Mapa tátil na entrada do Campus



Fonte: Relatório de gestão (2021, 2022).

Das ações realizadas no *Campus*, destacam-se atividades realizadas pela professora da disciplina de Educação Especial do curso de Licenciatura em Matemática, que executou aulas com uso de materiais diversificados e de tecnologias assistivas (figura 18). As atividades ocorrem em parceria com a rede estadual e municipal, com profissionais, professores e representantes da Coordenação de Educação Inclusiva, APAE de Corrente e da Coordenação do NAPNE e monitores. Houve ainda uma visita técnica com a finalidade de conhecer o trabalho das

instituições e o perfil dos atendidos, além de debater metodologias e outras práticas de inclusão realizadas com ênfase no atendimento educacional especializado, em cinco escolas municipais de Formosa do Rio Preto na Bahia (IFPI, 2019).

Figura 18 - Uso de materiais diversificados e de tecnologias assistivas no *Campus Corrente*



Fonte: IFPI (2019).

4. 4. 2 *Campus* Paulistana: memórias e histórias do NAPNE

O município de Paulistana, situado no sudeste do estado do Piauí e fundado em 1938 no dia 15 de dezembro, fica localizado a 470km de distância da capital Teresina, fazendo limites com os municípios de Jacobina do Piauí, Acauã, São Francisco de Assis do Piauí e Betânia do Piauí. Acerca da origem do município, conta-se que se deu a partir de uma fazenda de criação de gado, tendo como fundador o bandeirante Domingos Jorge Velho, que deu à propriedade o nome de Paulista, em homenagem aos seus conterrâneos. Há também quem atribua a fundação ao português Valério Coelho, que em 1930 também denominou de Paulista uma fazenda de gado para homenagear sua esposa, Dona Domiciana Vieira Martins, natural de São Paulo. Em 30 de dezembro de 1943, pela Lei estadual nº 754, o município Paulista passa a ser chamado de Paulistana (IBGE, 2022).

De acordo com Santos (2021), o IFPI - *Campus* Paulistana foi criado no ano de 2010. Os cursos oferecidos são cursos de ensino técnico integrado, de nível médio, integrado e subsequente, superior e, ainda, na modalidade EAD. As áreas ofertadas são: cursos técnicos integrados de Informática, Mineração, Agropecuária, Administração, subsequente em Informática para internet e Mineração, bacharelados em Zootecnia e Administração e licenciatura em Química.

O *Campus* Paulistana publicou, em 2016, o Edital nº 07/2016/CAPAU que regeu o processo eleitoral para escolha do(a) coordenador(a) do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do *Campus*. Também selecionou, via editais, monitores para acompanhar alunos com deficiências na sala de aulas.

No ano de 2018, nos dias 02 a 05 de abril, a instituição realizou o I Seminário de Educação Inclusiva (SEDIN) com o tema "A (In)Formação à serviço da Inclusão", com o objetivo de promover um espaço de formação, reflexão e discussão sobre o processo inclusivo dos alunos com deficiência, buscando potencializar o papel da escola e melhorar a prática pedagógica do professor (IFPI, 2022).

Figura 19 - I Seminário de Educação Inclusiva no *Campus* Paulistana



Fonte: site IFPI, 2022.

A coordenadora do NAPNE e presidente da Comissão Organizadora do Seminário citou a finalidade do evento:

Com este projeto, pretendemos contribuir com a formação dos professores e demais profissionais para o atendimento inclusivo no ambiente escolar, promovendo informações sobre os direitos das pessoas com deficiência e as políticas públicas existentes voltadas a esse público, bem como sensibilizar os participantes para a construção e fortalecimento de espaços escolares democráticos, inclusivos, em que haja o respeito, o apoio e a assistência aos alunos com deficiência (Castro, 2018 *apud* IFPI, 2018).

A programação do evento contemplou palestras, mesas-redondas, relatos de experiências e apresentação cultural dos alunos da APAE de Paulistana. Os temas abordados foram: A Inclusão e a participação da pessoa com deficiência na sociedade—escola, família e mercado de trabalho; A inclusão que queremos é possível? Perspectiva histórica da educação inclusiva no Brasil; Política de educação inclusiva no IFPI; e, A música como ferramenta da inclusão. As duas mesas-redondas tiveram como títulos conhecer para incluir: passos para inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior e Direitos das pessoas com deficiência: garantias e desafios. O

relato de experiências contou com o depoimento de uma pessoa com deficiência e de alunos com deficiências no ensino superior, a partir de suas perspectivas inclusivas. Também fez parte da programação uma oficina de Libras, uma de braile e outra sobre Autismo e o manejo de comportamentos inadequados na sala de aula. Por fim, houve o lançamento de uma cartilha sobre Libras e uma atividade prática intitulada Vivenciando os desafios da pessoa com deficiência.

Para a gestão do *Campus*, o seminário foi um marco histórico em relação à reflexão do fazer pedagógico do IFPI Paulistana: Segundo o Diretor-Geral:

A organização do evento e todos que contribuíram para sua realização estão de parabéns, pois permitiram novos conhecimentos juntos aos servidores, professores do município e outros participantes da comunidade. Além disso, por meio do SEDIN, todos conseguiram alcançar uma reflexão sobre conceitos e prática relacionadas a questão da educação inclusiva (IFPI, 2018).

Figura 20 - I Seminário de Educação Inclusiva: A (In)formação a serviço da Inclusão



Fonte: IFPI (2022).

Em 2020, o *Campus* incluiu na programação da formação pedagógica uma palestra com a temática voltada para a inclusão das pessoas com deficiências. Devido à pandemia pelo Covid-19 o IFPI estava com as atividades presenciais suspensas, desse modo, a palestra, cujo tema foi Adaptação da prática pedagógica para alunos deficiências durante a pandemia, ocorreu de forma remota, via *Google Meet*, sendo ministrada pela coordenação do NAPNE do *Campus* São Raimundo Nonato.

4. 4. 3 *Campus* São João do Piauí: memórias e histórias do NAPNE

De acordo com Silva (2018), a implantação do NAPNE no *Campus* São João do Piauí? ocorreu em 2015. No entanto, para Rosa (2021), o núcleo passou a ter uma equipe profissional atuante e organizada através da Portaria nº 864, de 19 de março de 2020, sendo composta por coordenador, vice-coordenador, secretária e uma equipe multiprofissional. Foi a partir dessa normatização que os trabalhos do NAPNE, com a organização dos atendimentos, busca ativa dos laudos médicos dos discentes e pelo fortalecimento da relação com os professores e alunos e destes com o núcleo se iniciaram. Destaca que em março do mesmo ano o NAPNE ganhou uma sala própria, com mobiliário e equipamentos para os atendimentos.

Dentre as ações do NAPNE, foi realizado em 2018 o I Simpósio de Inclusão e Diversidade: "Desafios e Possibilidades na Educação Inclusiva". As atividades envolveram palestras, oficinas e mesa-redonda, abrangendo os temas O ensino inclusivo no Brasil e A Lei Brasileira de Inclusão. Discutiui-se sobre experiências pedagógicas com os professores da educação básica e pais de alunos com necessidades educacionais específicas. As oficinas foram de Libras básica, tecnologias assistivas e sobre a inclusão no município de São João do Piauí. Sobre esse evento Silva (2018) relata:

Essa formação propiciou a sensibilização e o repensar da comunidade acadêmica Sanjoanense e profissionais da educação de cidades vizinhas sobre novas práticas de ensino, e que valorizem a diversidade presente no cotidiano escolar, os participantes/membros do núcleo avaliaram o evento como enriquecedor e acreditam que as ações dessa natureza impulsionem o movimento educativo em favor da inclusão social, e por conseguinte educacional (Silva, 2018, p. 9).

A extensão, por intermédio de eventos, é um meio muito utilizado pelos NAPNEs para a formação e difusão da inclusão e para os objetivos do NAPNE no cumprimento da política de inclusão e diversidade.

Figura 21 - I Simpósio de Inclusão e Diversidade – *Campus* São João do Piauí



Fonte: IFPI (2022).

Rosa, Silva e Barros (2022), no trabalho intitulado *Protagonismo estudantil: a experiência de um Projeto-Piloto desenvolvido com professores e estudantes do IFPI - São João do Piauí*, relatam a experiência de um projeto piloto aplicado no *Campus* no período de pandemia. Descrevem a atuação do NAPNE do *Campus* São João do Piauí na aplicação e acompanhamento dos alunos nesse período de aulas remotas emergenciais da seguinte maneira:

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) recebeu uma missão muito importante: a de se fazer presente em todo esse processo educativo. Devia acompanhar todos os estudantes com necessidades específicas, prestar suporte pedagógico, auxiliar na adaptação de materiais didáticos, dar suporte aos professores e manter contato com estudantes e família. Tudo isso foi feito para que os estudantes tivessem todo o suporte necessário para que apesar das necessidades específicas, pudessem exercer o seu protagonismo estudantil (Rosa; Silva; Barros, 2022, p. 125).

O acompanhamento do NAPNE durante o período de aulas remotas foi importante para auxiliar que os discentes com deficiências ou necessidades específicas pudessem exercer o seu protagonismo. O núcleo elaborou um documento, o Ofício nº 01/2020/NAPNE/CASJP/IFPI, de 22 de junho de 2020, com recomendações de ações relacionadas ao período de aulas remotas e presenciais. Entre elas se destacam: triagem e acompanhamento psicológico, social, pedagógico e familiar; acompanhamento periódico sobre rendimento escolar com NAPNE e professores; estudo acompanhado durante as atividades remotas; acompanhamento junto aos docentes sobre rendimento e participação; reunião com os professores da turma; estabelecimento de contato com os pais/responsáveis para o

acompanhamento das atividades remotas do discente; orientação aos alunos sobre as configurações de acessibilidade nos dispositivos que serão utilizados nas aulas remotas; e, avaliação com a professora de Educação Física (com possíveis encaminhamentos) (Napne, 2020).

Em 2022 o NAPNE realizou o II Simpósio de Inclusão e Diversidade do *Campus* São João do Piauí, com a finalidade de propiciar formação na área da inclusão e a criação de espaços para debates sobre as práticas pedagógicas inclusivas, bem como o incentivo às produções científicas, pedagógicas e extensionistas. A programação contou com apresentação cultural, palestras, mesa-redonda e minicursos, como segue a figura 16:

Figura 22 - Programação do II Simpósio de Inclusão e Diversidade de São João do Piauí

18/05 Quarta-feira	19/05 Quinta-feira	20/05 Sexta-feira
14h - Abertura 14h30m - Apresentação Cultural Prof. Wagner Ribeiro (IFPI-Campus Campo Maior) 15h - Palestra Magna: A educação inclusiva e sua trajetória nos Institutos Federais Mediadora: Rute Nolêto (IFPI-Campus São João do Piauí) Palestrante: Francilín Nascimento (IFB/ANEI Brasil) 16h - Palestra A Política de Inclusão e Diversidade no IFPI: avanços e perspectivas. Mediadora: Amaya Oliveira (IFPI-Campus São Raimundo Nonato) Palestrante: Orlidéia Lima e Odímógenes Lopes (IFPI) 18h - Minicursos 01 - Autismo e a prática educativa; Mediador: José Adailton (IFPI-Campus São João do Piauí) Facilitadora: Christine Magalhães (Supervisora Clínico Institucional na Saúde Mental - MG) 02 - Libras básico. Mediador: Ivan Oliveira (IFPI-Campus São João do Piauí) Facilitadora: Waléria Batista (IFG)	15h - Mesa Redonda O papel do NAPNE no processo de inclusão de estudantes com NEE Mediadora: Letícia Rodrigues (IFPI-São João do Piauí) Convidados: Amaya Oliveira, Cleidiane de Oliveira Sousa Alves, Natercia Ribeiro. 18h - Minicursos 03 - Audiodescrição: transformando imagens em palavras Mediador: Sandoel Vieira (IFPI-Campus São João do Piauí) Facilitadora: Denise dos Santos (Projeto Mulheres de Visão) 04 - O Ensino Colaborativo e a Construção do Plano Educacional Individualizado. Mediadora: Benaia Carvalho (IFPI-Campus São João do Piauí) Facilitadora: Patrícia Zutião - IFBaiano	8h30m - Palestra Capacitismo e suas correlações com a prática educativa Mediador: Antônio Luis Sousa (IFPI-Campus Campo Maior) Palestrante: Amaya Oliveira (IFPI-Campus São Raimundo Nonato) 10h30m - Mesa Redonda O Atendimento Educacional Especializado: conquistas, desafios e possibilidades Mediador: João Compagnon (IFPI-Campus São João do Piauí) Convidados: Ticiane da Silva (SME/SJP), Sheila Araújo (12ª GRE), Eliane Mahi (IFBaiano). 14h - Apresentação Cultural Prof. Thiago Calado (IFPI-Campus São João do Piauí) 15h30m - Encerramento

Fonte: II Simpósio de Inclusão e Diversidade de São João do Piauí (2022).

O evento contemplou as temáticas Educação inclusiva e a sua trajetória nos institutos federais e, a Política de Inclusão e Diversidade do IFPI, sendo relevante a discussão sobre as perspectivas da instituição para o público do NAPNE. Ademais, o tema o capacitismo e suas correlações com a prática pedagógica também foi abordado e ocorreu uma mesa-redonda com os relatos de experiências dos NAPNEs acerca do papel dos núcleos no processo de inclusão dos alunos com necessidades específicas.

4. 4. 4 *Campus* São Raimundo Nonato: memórias e histórias do NAPNE

Silva Filho (2017) refere que o IFPI fez a expansão de suas unidades seguindo como referência os Territórios de Desenvolvimento estabelecidos pelo Estado do Piauí, como forma de organização para fins de planejamento governamental, através da Lei Complementar nº 87/2017. Dos 11 territórios, distribuídos em 4 macrorregiões, entre elas o Semiárido, denominado Território da Serra da Capivara, depreendem-se 18 municípios, sendo o *Campus* São Raimundo Nonato a primeira unidade a ser implantada nesse território, em 2009, em decorrência do processo de expansão e interiorização dos *campi* do IFPI em todo estado.

O *Campus* São Raimundo Nonato está localizado a 550 km da capital do estado, Teresina, sendo inaugurado em agosto de 2010, ofertando áreas/eixos tecnológicos de Gestão e Negócios, Turismo Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação e Produção Alimentícia, com a oferta da educação básica de nível médio integrado, técnico de nível médio, graduação e pós-graduação lato sensu. Os cursos são: a) Ensino Médio Integrado ao Técnico em Informática e Administração; b) cursos técnicos subsequentes em Administração, Informática, Guia de Turismo, Serviços de Restaurante e Bar e Cozinha; c) em nível superior, cursos de Tecnólogo em Gastronomia e as Licenciaturas em Matemática e Física; e, d) pós-graduações lato sensu (Costa, 2019).

Em 2016 foi criado o NAPNE no *Campus*, sendo que o processo de implantação teve início com a publicação do Edital nº 03/2016/CASRN/IFPI, referente ao processo eleitoral para escolha de uma representação para a coordenação. A abertura do Edital se deu em 18 de fevereiro de 2016 e sua conclusão e finalização em 02 de março de 2016.

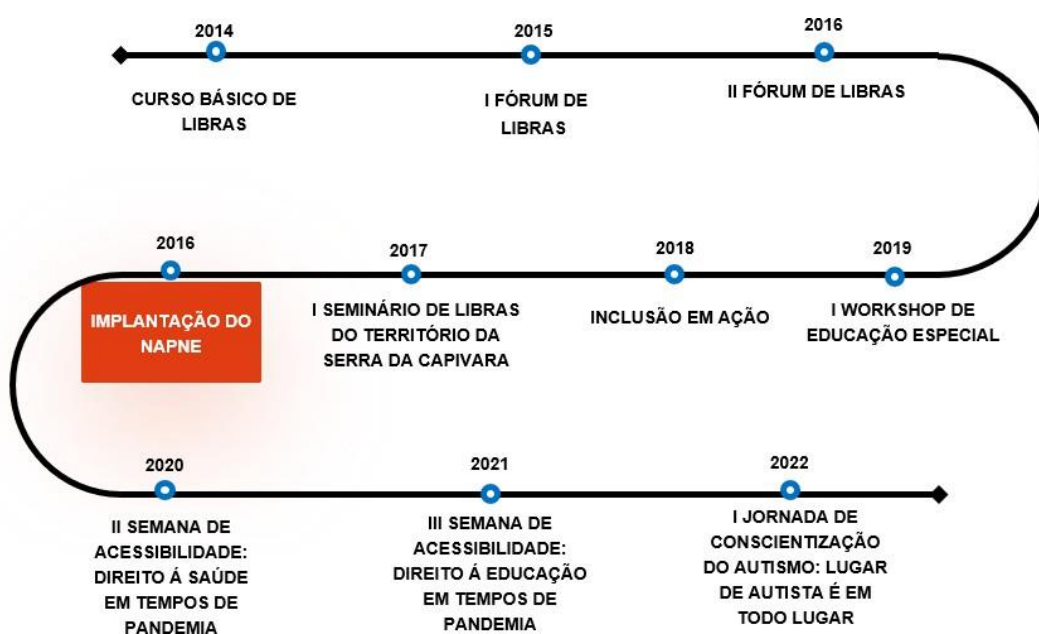
No entanto, constatou-se, por meio da análise de projetos de pesquisa, extensão e de ensino desenvolvidos no *Campus*, que as ações de inclusão iniciaram antes mesmo da implantação do NAPNE. Faz-se importante ressaltar que essa análise teve como foco a inclusão relacionada ao público da educação especial e, por esse motivo, contempla e descreve apenas os projetos que foram realizados nessa área, tendo como fonte documental o próprio NAPNE, o SUAP e os projetos físicos cadastrados na Coordenação de Extensão e Pesquisa.

O ensino, a pesquisa e a extensão são uma das formas de levar informações, desempenhando um papel essencial para promoção da inclusão. Chaves *et al.* (2019),

em seu estudo intitulado *Projetos de Extensão Universitária: Um Compromisso da Universidade com a Inclusão Social*, fazem uma discussão e reflexão sobre a extensão universitária e apresentam em seus resultados que “a inclusão social foi promovida quando se proporcionou o acesso ao conhecimento necessário para combater as dificuldades sociais” (Chaves *et al.*, p. 1, 2019).

Partindo do pressuposto que a promoção de extensão é um mecanismo de transformação, de modificação na percepção e na atuação numa perspectiva inclusiva, que por meio dela haverá uma transformação da realidade local frente à inclusão, apresentar-se-á a seguir os eventos e cursos realizados pelo *Campus* São Raimundo Nonato. A figura 23 apresenta uma linha do tempo, traçando as ações desenvolvidas:

Figura 23 - Ações de inclusão no *Campus* São Raimundo Nonato



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Adams (2021) destaca em sua pesquisa que analisou grandes eventos na área da educação especial, e relata que essa temática vem se ampliando nos eventos nacionais de grande porte. Ainda, frisa a importância desses eventos, considerando- os fundamentais aos estudantes que muitas vezes têm poucas oportunidades de acesso a programações que abordem esse tema, sendo um excelente meio troca de experiências entre professores, acrescentando que as instituições de ensino superior devem realizar eventos locais para que possam propiciar e promover discussões.

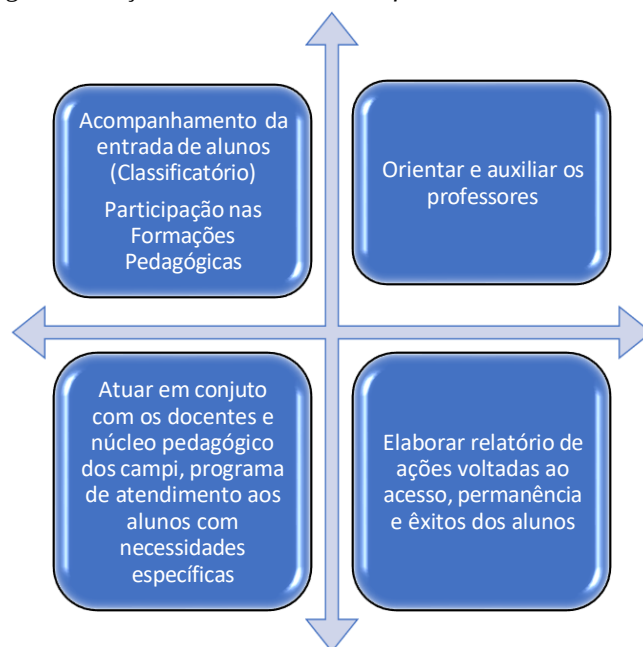
Levantou-se outras ações executadas pelo *Campus* São Raimundo Nonato,

por meio do relatório do NAPNE referente ao ano de 2021, sobre o acesso dos alunos. O relatório descreve que:

O NAPNE Campus de São Raimundo Nonato faz o acompanhamento desde o acesso do aluno com deficiência pelo Classificatório, na qual recebe as demandas de atendimento especializado, recebendo demandas para a aplicação da prova, como: mesa adaptada para cadeirante e tempo extra. Em seguida, o acompanhamento da matrícula, contato com o aluno, família, ambientação e orientação aos professores com participação na formação pedagógica e diálogos individuais (NAPNE, 2022).

O relatório descreve outras ações e processos que devem ser executadas regularmente pelo núcleos. Essas ações são demonstradas na figura 24:

Figura 24 - Ações do NAPNE do *Campus* São Raimundo Nonato



Fonte: Relatório do NAPNE, 2021.

Quando se fala acerca do acesso é importante ressaltar sobre os aspectos relacionados à acessibilidade, posto que esta não diz respeito apenas às adaptações de estrutura arquitetônica. Assim, o *Campus* executou um projeto, com assessoria do NAPNE para indicação e acompanhamento de ações de acessibilidade:

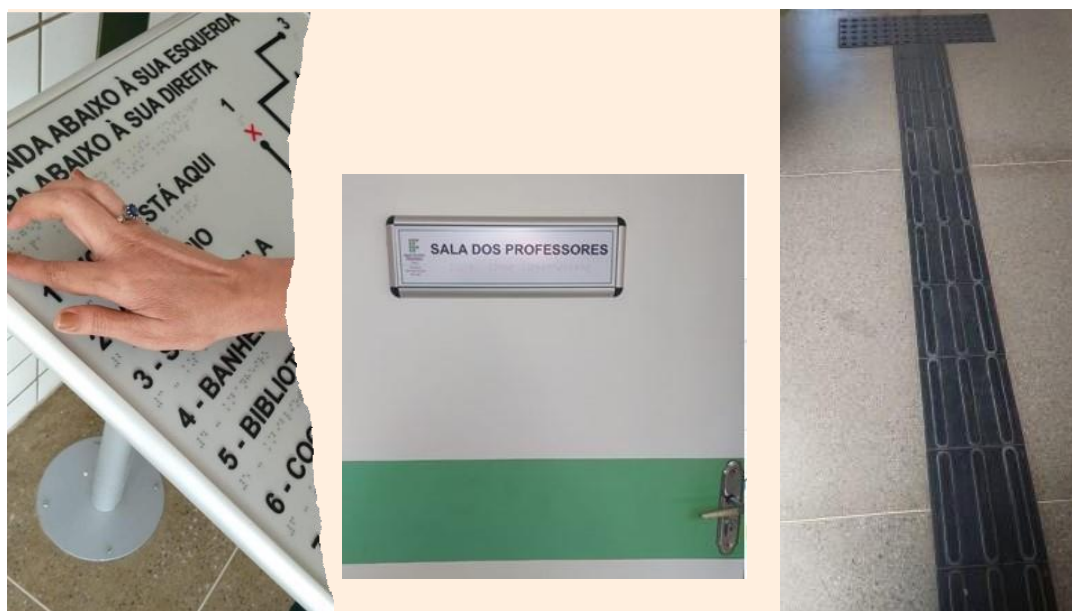
Para a garantia do acesso, permanência e êxito do discente é imprescindível que sejam realizadas ações de acessibilidade visando a eliminação de barreiras tanto arquitetônica, atitudinais, metodológicas, comunicacional. Dentre as ações específicas de acessibilidade do campus de São Raimundo Nonato foi realizado um projeto de que foi executado em duas etapas, sendo realizadas: instalação da guia direcional para pessoas cegas nas áreas internas, placas de identificação de portas com braile, um Mapa Tátil com

identificação de alguns setores do campus, placas pictogramas educativas de orientação quanto ao uso obrigatório de máscaras, uso de álcool-gel e placas para identificação de banheiros (NAPNE, 2022).

A perspectiva da inclusão em relação à acessibilidade dentro da instituição é a de que não seja providenciada apenas quando o aluno com deficiência chegar na escola, mas, é entendida como o fato dela estar preparada antes mesmo do acesso, antes da matrícula do discente, atuando numa perspectiva do desenho universal, acessível para todas as pessoas.

As ações de acessibilidade realizadas no *Campus* foram desenvolvidas a partir de um projeto iniciado em 2020, cuja realização ocorreu em três etapas. A primeira contemplou um mapa tátil com a identificação de 9 setores, fixado no pátio do *hall* de entrada, e guias direcionais (piso tátil) nos corredores dos blocos administrativos; A segunda etapa, executada em 2021, contemplou a colocação de placas de identificação de portas em braile, que foram fixadas nas portas de todos os setores e salas de aulas, a continuidade da colocação do piso tátil, 5 murais e placas pictogramas educativas com orientação para retorno seguro às aulas presenciais, com orientação para o uso de máscaras, de álcool-gel e para o ato de lavar as mãos.

Figura 25 - Ações de acessibilidade realizadas no *Campus* São Raimundo Nonato



Fonte: Relatório do NAPNE, 2021.

A finalização da colocação do piso tátil nos blocos de salas de aulas e nas áreas externas, incluindo o espaço da guarita de entrada e o acesso à quadra poliesportiva se deu na terceira etapa. No entanto, algumas ações ainda estão em fase de execução,

como um mapa tátil na entrada do *Campus*, a manutenção e a criação de novas rampas, pinturas do símbolo de acessibilidade na área externa e a construção de uma passarela coberta para acesso à quadra poliesportiva. O projeto descrito tem sido executado em parceria entre a Direção-Geral, a Diretoria de Infraestrutura e Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) do IFPI, com o auxílio e o acompanhamento do NAPNE na identificação das necessidades do *Campus*.

Todas as etapas do projeto de acessibilidade têm a finalidade de fortalecer o processo de inclusão das pessoas com deficiências no *Campus*. Outro ponto relevante do projeto foi a validação das ações de acessibilidade, partindo do pressuposto do lema utilizado pelas pessoas com deficiências “Nada sobre nós sem nós”. Desse modo, o NAPNE convidou a Associação Sul-Piauiense de Deficientes Visuais (ASPIDEV), representada pela presidente Lêda Tanea, com o objetivo de avaliar as ações implementadas e visando o fortalecimento da parceria entre as duas instituições (Figura 20). A representante verificou o mapa e o piso tátil, e algumas placas de identificação de portas em braile. Ressalte-se que esta é uma ação relevante, considerando que possibilita validar e verificar as adaptações feitas para pessoas com deficiências visuais e para buscar sugestões de aspectos que devem ser aprimorados.

Figura 26 - Visita de representante da ASPIDEV ao *Campus* São Raimundo Nonato

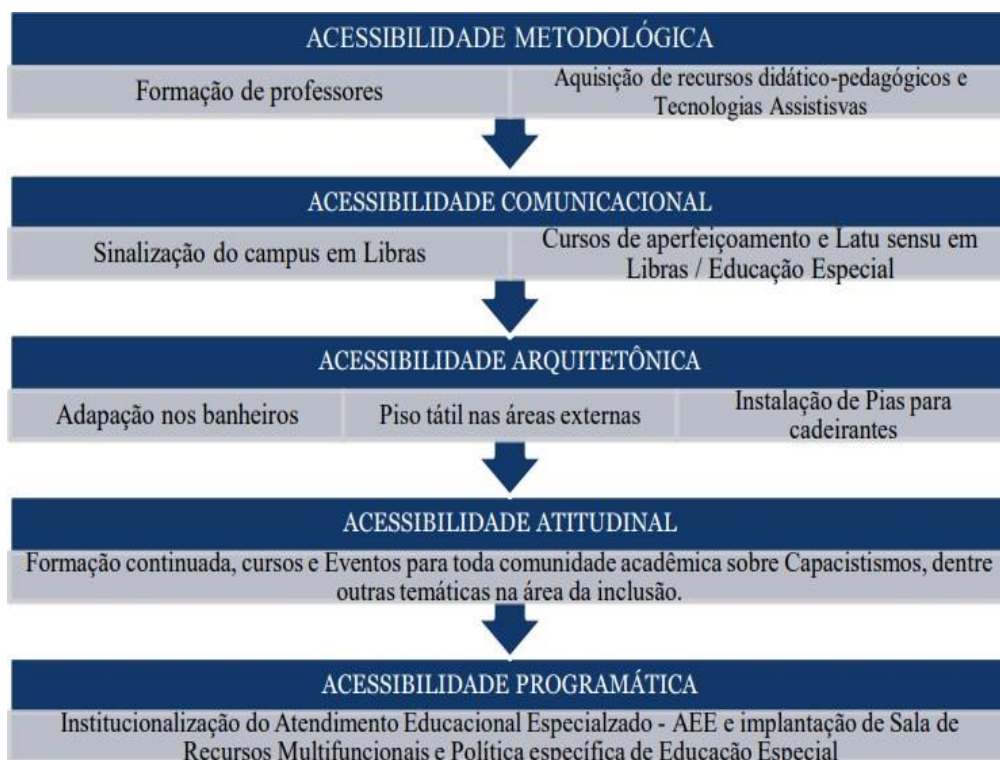


Fonte: Relatório do NAPNE, 2021.

O relatório, além de especificar as ações e processos realizados pelo núcleo

em 2021, acrescenta o plano com ações futuras para serem executadas pelo *Campus*, mostrando as necessidades em relação aos diversos tipos de acessibilidade.

Figura 27 - Plano de ações futuras para *Campus* São Raimundo Nonato



Fonte: Relatório do NAPNE, 2021.

Percebe-se que o *Campus* desenvolveu muitas atividades de extensão, principalmente eventos, com temáticas diversas que abrangeram Libras, Autismo e Educação Especial, mostrando que o NAPNE tem buscado alcançar seus objetivos e efetivar a política de Diversidade e Inclusão, definida entre as competências do núcleo (Art. 15.): “III- participar das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento da instituição de modo a atender as pessoas com necessidades educacionais específicas”. É importante destacar que o NAPNE tem feito parcerias com instituições de educação e associações de representatividade de pessoas com deficiências, trazendo a comunidade externa para a discussão da causa da inclusão, estando alinhada a competência de: “I- disseminar a cultura da inclusão no âmbito do IFPI através de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão nas esferas municipal, estadual e federal” (IFPI, 2021).

4. 4. 5 *Campus* Uruçuí: memórias e histórias do NAPNE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – *Campus* Uruçuí foi implantado na segunda fase de expansão da rede federal do Piauí, em 2010. Está localizado a 453km de distância da capital do estado, Teresina, e fica situado na mesorregião Sul do Piauí, microrregião dos Tabuleiros do Alto Parnaíba, possuindo uma área de 8.411,90Km², com localização na macrorregião de desenvolvimento do cerrado (IFPI, 2015).

De acordo com Albuquerque *et al.* (2016), o município de Uruçuí vem se destacando a nível estadual na produção agrícola, com a produção de grãos e, também animal, havendo um crescimento industrial nesse setor. Os autores acrescentam que para atender a demanda social, o *Campus* tem oferecido cursos técnicos na modalidade integrado e concomitante/subsequente de agroindústria e agropecuária, buscando qualificar mão de obra para esse setor em pleno desenvolvimento na região. Rodrigues *et al.* (2017, p. 3) complementam que:

Os Cursos técnicos em Agroindústria e em Agropecuária ofertados pelo IFPI – campus Uruçuí, inserem-se nessa fronteira agrícola como uma ferramenta de qualificação profissional para a formação de mão-de-obra que venham a atuar no ramo do agronegócio, que vem apresentando crescimento linear nos últimos anos. Desse modo, contribuirá para a inserção dos egressos desses cursos no mercado de trabalho, tendo em vista a missão dos Institutos Federais, que é promover a produção do conhecimento, pesquisa, trabalho, cultura e lazer para a formação de cidadãos, éticos, críticos, conscientes, participantes e competentes, capazes de interagir no setor produtivo.

Dessa maneira, percebe-se que os cursos técnicos em Agroindústria e Agropecuária ofertados pelo IFPI - *Campus* Uruçuí se inserem no contexto do setor produtivo local, atendendo a uma demanda social de qualificação profissional, que contribuirá para que os egressos se insiram no mercado de trabalho sendo, portanto, uma ferramenta para atendimento dessa demanda.

Quanto à implantação do NAPNE, deu-se por meio do Edital 01/2016, publicado no dia 18 de janeiro, como parte do processo de eleição para a coordenação do núcleo. Em 21 de fevereiro a comissão eleita, composta por apenas três membros, uma coordenadora e um secretário, foi nomeada através da Portaria nº 07, de 22 de fevereiro 2016. As primeiras ações do NAPNE foram voltadas para a sensibilização e divulgação de informações sobre a temática da inclusão, devido ao *Campus* não ter, naquela ocasião, alunos com deficiências matriculados.

No ano 2017 foi realizado um projeto de oficinas pedagógicas, intitulado "Inclusão no Cotidiano Escolar", com a finalidade de apoiar os professores que têm,

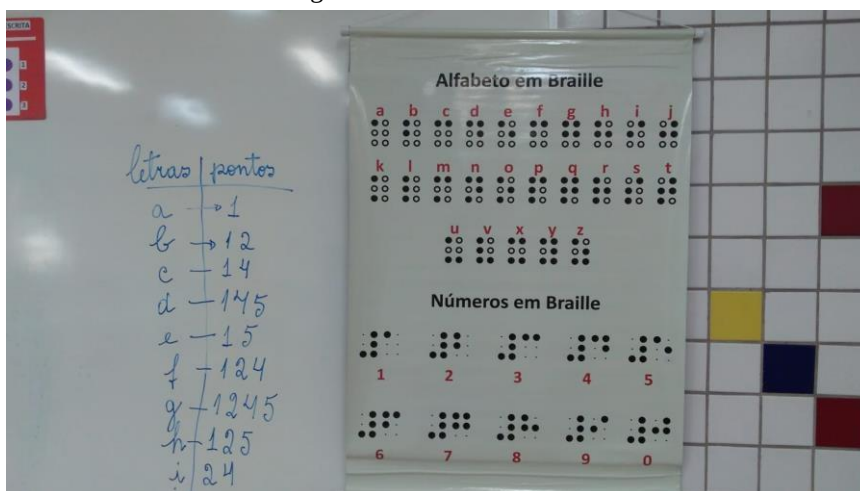
em sala de aula, estudantes com deficiências. As oficinas, que aconteceram entre os dias 13 e 15 de março, desenvolveram práticas de suporte pedagógico e atividades práticas de adaptação de materiais para se trabalhar com alunos com deficiência intelectual, Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e deficiência visual. Acerca da deficiência intelectual, abordou-se a Trissomia 21 (Síndrome de Down), e quanto à deficiência visual, tratou-se do ensino de braille, com a confecção de materiais diversos (IFPI, 2017).

Figura 28 - Oficinas pedagógicas do projeto Inclusão no Cotidiano Escolar do *Campus* Uruçuí



Fonte: site do IFPI, 2023.

Figura 29 - Oficina de Braille



Fonte: NAPNE, 2023

O *Campus* Uruçuí foi instalado em um prédio já existente na cidade, localizado na Rodovia PI 247, Km 7, S/Nº, Portal do Cerrado. Assim, algumas adaptações de acessibilidade implementadas como rampas, identificação das portas e piso tátil,

contemplando algumas áreas internas e externas, como mostrado nas figuras 24 e 25:

Figura 30 - Rampas do *Campus* Uruguí



Fonte: elaborada pela autora, 2023

Figura 31 - Guia direcional para cegos do *Campus* Uruguí



Fonte: elaborada pela autora, 2023.

Percebe-se, dessa maneira, que algumas ações de acessibilidade já vêm sendo desenvolvidas no *Campus*, mas que ainda há muitas adaptações que necessitam ser executadas como, por exemplo, colocação de piso tátil em todos os ambientes de circulação.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (2018), o programa tem como objetivo, além de produção de conhecimento para formação em EPT, o desenvolvimento de pesquisas para construção de produtos educacionais. Ainda, que o produto educacional deve ser aplicado e desenvolvido nas instituições de educação profissional e tecnológica com a finalidade de melhorar o ensino tanto nos espaços formais como nos espaços não formais (IFES, 2018).

Assim, esta pesquisa está inserida na linha Pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT e versa no Macroprojeto 6, que envolve a Organização de espaços pedagógicos da EPT. De tal modo, busca-se auxiliar o NAPNE enquanto um espaço de promoção e ações de inclusão e, para tanto, desenvolveu um produto educacional: um manual de implementação dos processos e ações do NAPNE dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI.

5. 1 Concepção

O NAPNE tem um importante e fundamental papel na inclusão dos discentes com deficiências e necessidades específicas no IFPI, pautado em muitas competências e atribuições para o cumprimento da Política de Diversidade e Inclusão da instituição. Faz-se mister destacar que NAPNE é composto de modo bastante diverso e que as pessoas que compõem o núcleo são de diferentes áreas, muitas vezes com pouco ou nenhum conhecimento específico na área, havendo constante revezamento dos membros nomeados para prestar esse atendimento. Com isso, é possível inferir que há muitas dúvidas quanto à operacionalização dos processos e ações a serem desenvolvidos pelo núcleo.

A respeito de alguns processos e ações desenvolvidos pelos NAPNEs coincidirem, observa-se que cada núcleo tem um modo específico e pontual de atuação. A partir da troca de experiências identificada nesta pesquisa, da experiência na atuação frente à Coordenação do NAPNE do *Campus* de São Raimundo Nonato e da contribuição na inclusão do município, a pesquisadora entende o produto como uma sugestão efetiva de implementação nos processos e ações que podem ser

executadas pelos NAPNEs no IFPI.

Nesse contexto, é essencial que o trabalho do NAPNE seja organizado e sistematizado de forma a garantir a qualidade e eficácia dos processos e ações voltados ao atendimento aos discentes com deficiências e/ou com necessidades específicas, de forma a nortear a todos que compõem diretamente o núcleo, a equipe multidisciplinar e os gestores da instituição.

5. 2 Roteiro de atividade para a elaboração do produto

O produto educacional foi elaborado a partir das discussões realizadas nas sessões com o grupo focal e através dos resultados e análises das entrevistas semiestruturadas com os gestores. A proposta consistiu na elaboração de um manual, denominado Manual dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI, a ser implantado junto aos NAPNEs, contendo um modelo de organização dos processos e ações no atendimento às pessoas com necessidades específicas.

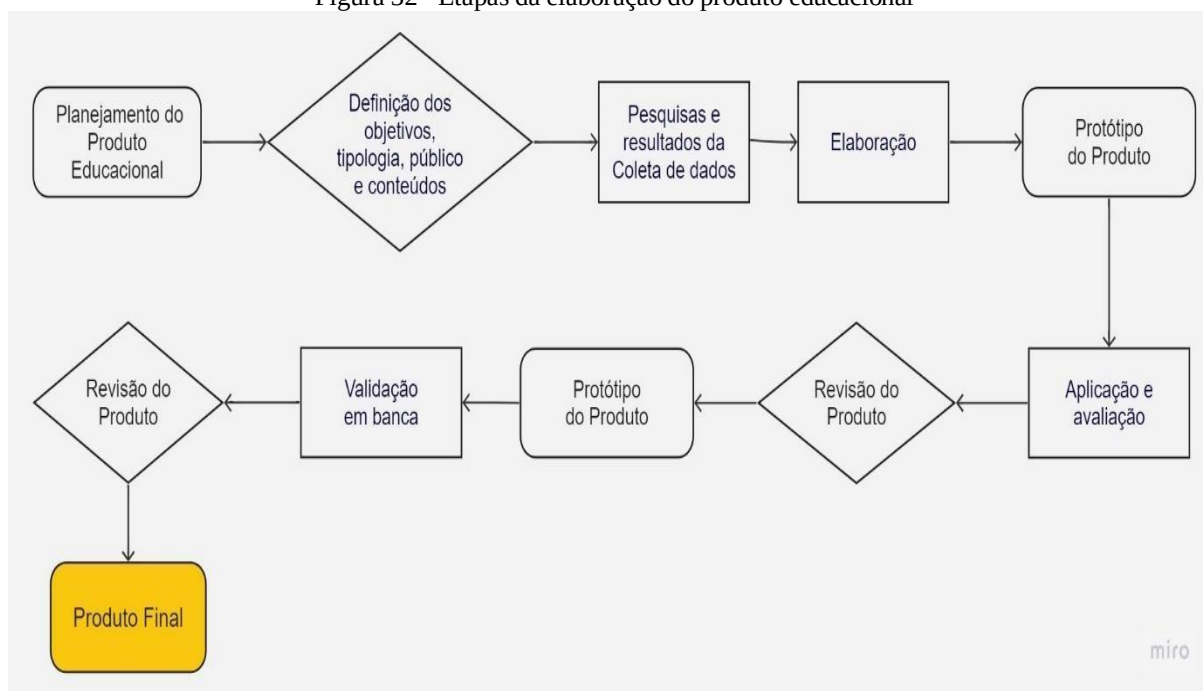
A produção de produtos educacionais nos mestrados profissionais tem como finalidade contribuir para as práticas pedagógicas, organização dos espaços, resgate das memórias e histórias da educação profissional e tecnológica e para a formação e capacitação de profissionais. Considerando os diversos tipos de produtos educacionais, por melhor se aplicar aos objetivos desta pesquisa, escolheu-se a tipologia manual. Rizzatti *et al.* (2020) define manual como:

Conjunto das informações, decisões, normas e regras, que se aplica a determinada atividade, que ensaja os conhecimentos básicos de uma ciência, uma técnica, um ofício ou procedimento. Pode ser um guia de instruções que serve para o uso de um dispositivo, para correção de problemas ou para o estabelecimento de procedimentos de trabalho. No formato de compêndio, livro/guia pequeno ou um documento/normativa, impresso ou digital, que estabelece como se deve atuar em certos procedimentos (Rizzatti *et al.*, p. 5, 2020).

A produção do produto educacional, cujas etapas são descritas na figura 32, se iniciou com o planejamento que definiu os objetivos, a tipologia, sendo um manual, o público a ser alcançado, os membros do NAPNE, equipe multidisciplinar e os gestores. A próxima etapa tratou da pesquisa em bases científicas, a partir dos resultados das coletas de dados junto ao grupo focal com os membros dos NAPNEs e das entrevistas com a gestão dos *campi* públicos desta pesquisa. Após essa etapa, deu-se

continuidade à construção e elaboração do produto, obtendo-se uma primeira versão do protótipo do Manual, que foi apresentado através de um encontro virtual pelo *Google Meet* para o qual foram convidados todos os membros dos NAPNEs e os gestores do IFPI, com o intuito de avaliá-lo por meio de um questionário avaliativo.

Figura 32 - Etapas da elaboração do produto educacional



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

5. 3 Produto Educacional: manual de implementação dos processos e ações do NAPNE no IFPI

O manual tem como objetivo geral propor a implementação de processos e ações para inclusão das pessoas com deficiências e necessidades específicas desde o acesso, permanência e êxito e como objetivos específicos: registrar as memórias recentes desenvolvidas pelo NAPNE; propor um fluxograma para nortear os processos e ações do NAPNE no IFPI. Consta de sugestões e orientações de como organizar os processos e ações desenvolvidos pelo NAPNE do IFPI no atendimento ao seu público, com uma proposta de um fluxograma para que todos os *campi* passem a organizar uniformemente o planejamento do acompanhamento dos alunos, tendo previsão de ser composto de 6 capítulos:

Capítulo 1 – inicia com um convite Vamos Incluir? Fazendo um chamamento

para que reflitam sobre seu papel no processo de inclusão, abordando ainda uma breve trajetória da educação das pessoas com deficiências e sobre a inclusão na educação profissional e tecnológica;

Capítulo 2 – aborda as diretrizes, competências, objetivos e finalidades da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI, no que concerne ao NAPNE. Apresentando o público atendido pelo NAPNE com sugestões de acompanhamento escolar;

Capítulo 3 – Ações Gerenciais relacionadas orientações a gestão abordando as dimensões de acessibilidade e barreiras e com uma sugestão de um caminho para uma gestão inclusiva e tendo também exemplos de ações de acessibilidade;

Capítulo 4 – Grupo focal como técnica para imersão de memórias recentes nos processos de atendimento do NAPNE, constando de modelos de estudos de casos, elaborados durante as sessões do grupo focal, com sugestões dos processos a serem seguidos no atendimento e acompanhamento dos discentes.

Capítulo 5 – apresenta um fluxograma com sugestão dos processos e ações, norteando uma organização uniforme da atuação NAPNE no acompanhamento dos discentes, visando a sua permanência e êxito.

Capítulo 6 – proposta de um Projeto futuro na modalidade de extensão visando uma formação para implantação deste manual nos campi.

5. 4 Aplicação e avaliação do produto educacional

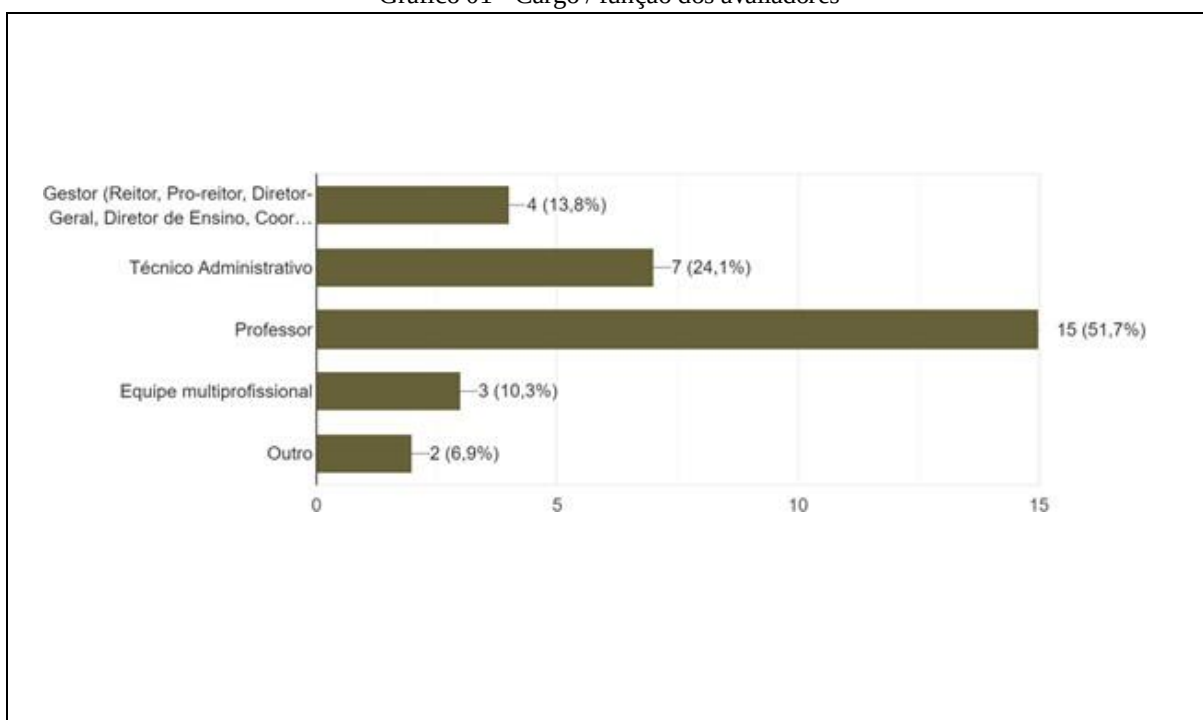
O manual passou por um processo que envolveu a sua aplicação e avaliação, com a finalidade de avaliar a efetividade do produto educacional (PE) desenvolvido. Os participantes nessa etapa foram membros dos NAPNEs, servidores técnicos administrativos, gestores e servidores dos *campi* do IFPI. Já a avaliação dar-se-á pela disponibilização do produto educacional (manual), de forma virtual e através de *e-mail*, para os NAPNEs de todos os *campi* da instituição, juntamente com um questionário de análise, aberto a sugestões de melhoria.

A aplicação ocorreu através da apresentação do PE em formato em PDF encaminhado por email. Para avaliação do Manual foi elaborado um questionário contendo 15 questões utilizando o *Google Forms*, sendo criado um vídeo fazendo o convite para a realização da avaliação do produto educacional e encaminhado por e-mail e grupos de WhatsApp juntamente com o questionário.

O questionário teve como finalidade avaliar o manual em diferentes aspectos

de sua construção: conteúdo, Ilustração e diagramação, bem como a sobre a implementação nos campi e também para oportunizar coleta de sugestões, alterações para melhorias ao produto. Avaliação ocorreu do dia 10 A 14 de agosto foi recebido um total de 29 respostas. Na primeira etapa do questionário era a caracterização do perfil do participante de qual a função / cago na instituição, qual o campus de atuação e se é ou foi membro do NAPNE, obtendo o seguinte resultado:

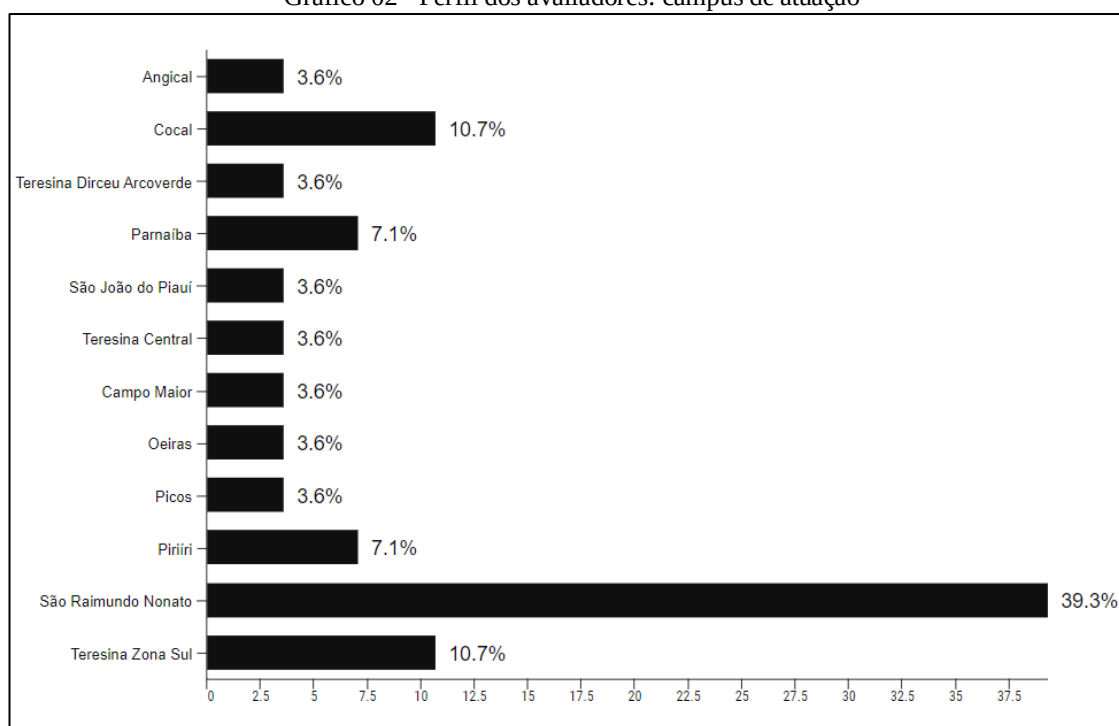
Gráfico 01 - Cargo / função dos avaliadores



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Dentre os participantes 51,7% são professores, técnicos administrativos em educação 24,1%, gestores 13,8%, equipe profissional 10,3% e 6,9 outro. Dentre os 20 campi do IFPI, teve-se a participação de 12 campi: Angical, Cocal, Teresina Dirceu Arcoverde, Teresina Zona Sul, Teresina Central, Oeiras, Campo Maior, Piripiri, Picos, Parnaíba, São João do Piauí e São Raimundo Nonato. Conforme apresenta no gráfico a seguir:

Gráfico 02 - Perfil dos avaliadores: campus de atuação



Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Nota-se no gráfico 03, percebe-se que 48,3% dos avaliadores são do NAPNE, 13,8% de pessoas que já atuaram, mas que atualmente não estão participando do NAPNE e 37,9% dos participantes não são do núcleo.

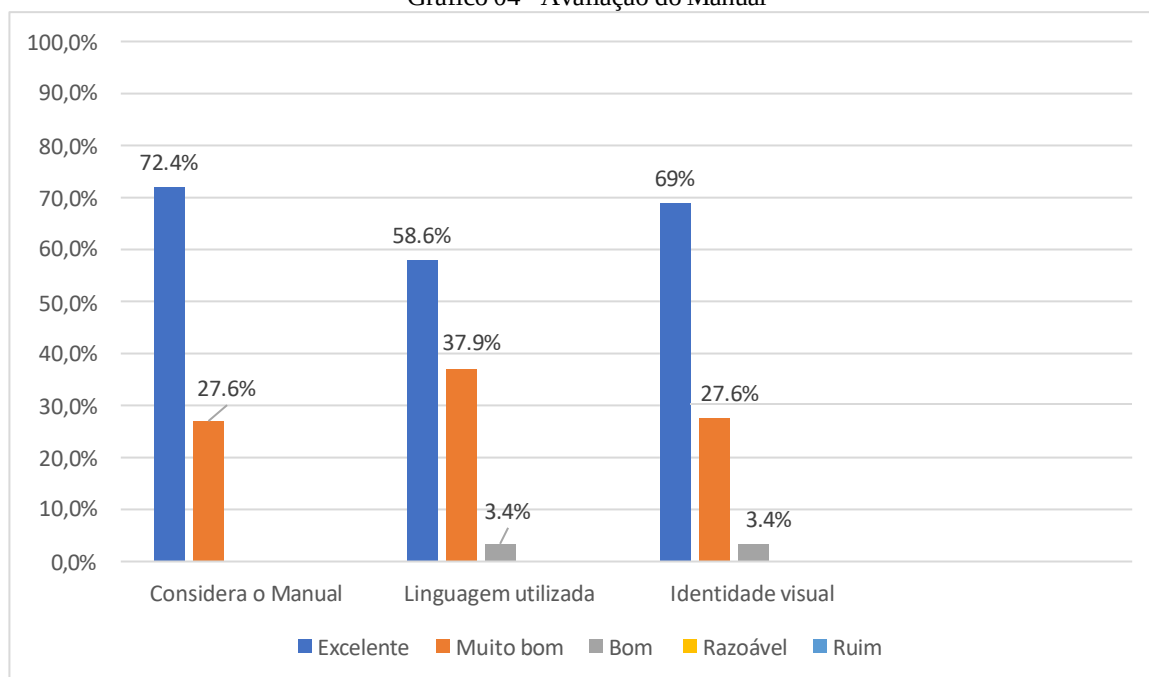
Gráfico 03 - Perfil dos participantes: atuação no NAPNE



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em relação à diagramação e ilustração, aspecto visual e linguagem os participantes consideram o manual excelente, sendo 72,4%, quanto a linguagem utilizada 58,6% acharam excelente e sobre a identidade visual 69% responderam excelente.

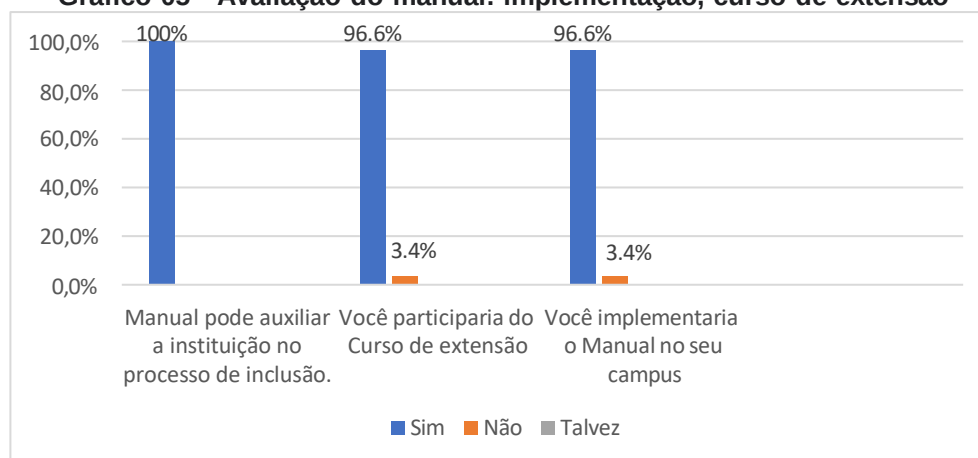
Gráfico 04 - Avaliação do Manual



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Outros pontos questionados na avaliação se implementaria o manual no seu campus. Se pode auxiliar a instituição no processo de inclusão dos discentes com deficiências e necessidades específicas, desde o acesso, permanência e êxito. E ainda se participaria do Curso de extensão: Formação para utilização do Manual de Implementação dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI. Obtendo o resultado de 100% que o Manual pode auxiliar no processo de inclusão na instituição e 96,6% implantariam no seu campus e participaria do Curso de extensão, conforme mostra o gráfico 05:

Gráfico 05 - Avaliação do manual: implementação, curso de extensão



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A proposta do curso de extensão tem a finalidade de auxiliar que o manual seja implementado e utilizado pelos membros do NAPNE de forma mais efetiva. Iniciando como um projeto guarda-chuva nos campi de São Raimundo Nonato e Parnaíba, após, essa turma piloto, objetiva estruturar e aprimorar mais a proposta do curso para ampliar a outros campi ou até implantar em todos os campi como uma formação continuada. Espera ainda que com uma formação que foi construída a partir dos campi foco desta pesquisa, contribuía para semelhantes ao perfil dos discentes e problemáticas.

No quadro 21, foram apresentadas algumas afirmações verificando o grau de concordância dos participantes, como mostra:

Quadro 21 - Nível de concordância dos participantes sobre o manual

Indicadores	Discordo totalmente	Discordo	Não sei	Concordo	Concordo totalmente
O Manual atende as finalidades do NAPNE no IFPI				24,1%	75,8%
O conteúdo abordado está de forma clara e foi bem-organizado e planejado				31%	68,9%
O Fluxograma organizado nos eixos: Acesso, Permanência e Êxito está bem claro e possível de ser executado			3,4%	24,1%	72,5%
A proposta do Curso de extensão: Formação para utilização do Manual de Implementação				20,6%	79,3%

Indicadores	Discordo totalmente	Discordo	Não sei	Concordo	Concordo totalmente
dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI é fundamental para nortear a implementação deste Manual nos NAPNE do IFPI					
A proposta de Estudos de Casos é relevante para ser replicado pelos NAPNEs para acompanhamento do discente				24,1%	75,8%
O Manual contribui para a construção e resgate das memórias recentes do NAPNE				17,2%	82,7%
É possível os NAPNEs do IFPI implementar esse Manual no IFPI			3,4%	17,2%	79,3%

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Para aprimorar o Manual solicitou sugestões para voltada aos capítulos sobre os estudos de casos, fluxograma e sobre o Curso de extensão: Formação para utilização do Manual de Implementação dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI.

Quadro 22 - Sugestões de melhoria

Sugestão de melhoria: fluxograma, estudo de casos e curso de extensão		
Fluxograma	Estudos de caso	Curso de extensão: Formação para utilização do Manual de Implementação dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI
O fluxograma está claro e preciso	O Manual está excelente	Que ele fosse realizado em todos os campi.
As figuras poderiam ser maiores para facilitar a visualização; ser mostradas com clareza e amplitude	Material didático pedagógico de matemática mais visual	Que adote uma metodologia dinâmica e que busque envolver os participantes.
Deixar mais atrativo através das cores	Incluir toda a comunidade mesmo sem vínculo com a instituição.	Seria muito bom um manual voltado para as equações quadráticas
Deixar mais colorido para chamar mais atenção do público	Chamar pais de alunos com condições semelhantes aos dos casos estudados para participar do estudo	Convidar os alunos das licenciaturas para participar
Sem sugestões, acho que o fluxograma atende ao que o processo de inclusão escolar requer, mas aponto que é necessário passar por avaliações constantes	Gostei muito da proposta de estudo de caso. É importante registrar esses estudos e socializar para que os servidores do Campus conheçam a realidade dos alunos, bem	Realizar formação em intervalos pequenos de tempo.

para poder atender a realidade vivenciada.	como também a socialização para outros campi.	
Penso que o fluxograma contempla todas as ações necessárias em favor da inclusão do estudante com NEE.		Focar nas possíveis ações do fazer pedagógico. Os professores precisam vivenciar experiências de possibilidades de atuação em sala de aula.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Buscou ainda sugestões para aprimoramento do Manual de Implementação dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI, obtendo as seguintes respostas, conforme quadro 23:

Quadro 23 - sugestões para aprimoramento do Manual de Implementação dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI

Que sugestões você daria para aprimoramento do Manual de Implementação dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI
Apresentaria no Integra
Apenas melhorar o tamanho das figuras dos fluxogramas
Que sirva de base para que o IFPI tenha um manual aplicável a todos os campi do IFPI
Que ele tivesse versão digital e impressa
Colocar cores e o deixar mais chamativo.
Focar nas possíveis ações do fazer pedagógico. Os professores precisam vivenciar experiências de possibilidades de atuação em sala de aula.
O produto está maravilhoso!!! Só gostaria de dar duas sugestões: A primeira é ampliar o tamanho das figuras 6/7/8/15/16 e 28. A riqueza dos direcionamentos trazidos nessas figuras precisa ser visualizada com bastante clareza. a segunda sugestão é colocar o avatar do André e do Benjamin junto ao nome deles no tópico "Relatos" e já informar, de algum modo que eles estarão presentes nos estudos de caso que serão apresentados em partes posteriores do Manual.
Inserir mais imagem e deixar o texto com mais diálogo

Melhorar a diagramação (Aumento de fonte e alinhamento de texto), fazer recortes com as mensagens principais e divulgar em formato de post ou cartilha
Tem uma parte que você coloca algumas sugestões p atendimento de alunos com dislexia ou TDAH, e em uma delas você orienta o acompanhamento deste aluno no AEE, só que alunos com dificuldade de aprendizagem não são público-alvo do AEE, sendo apenas pessoas com deficiência, TEA e Altas habilidade/Superdotação. Desta forma, sugiro que você retire esta orientação.
uma cartilha eletrônica teria mais alcance e interesse dos leitores
Colocar o fluxograma num tamanho maior para melhorar visualização, pode ser como apêndice e acessibilidade em Libras.
Sugiro que não termine com o quadro de caracterização dos beneficiários, que traga um momento de finalização do manual.

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Outra questão contemplada na avaliação foi que relacionassem pontos positivos e negativos do Manual, sendo possível perceber que os participantes acharam mais aspectos positivos que negativos, dentre esses, que irá nortear os NAPNEs e que a implementação contribuirá para construção de uma instituição mais inclusiva.

Quadro 24 - Pontos positivos e negativos do Manual

Pontue aspectos positivos e /ou negativos da implementação desse Manual na instituição
A implementação desse manual será de grande ajuda para àqueles servidores que não tiverem na sua formação conhecimentos para trabalhar com discentes com deficiências. Isso pode ajudar no processo de ensino-aprendizagem.
Para mim não há aspectos negativos
Contribuir para que as políticas de acesso, permanência e êxito nos estudos dos alunos com deficiência sejam implementadas.
Com o manual, o IFPI terá um procedimento norteador e uniforme para a atuação do NAPNE em seus campi. não há pontos negativos! a instituição só tem a ganhar com a implementação.
Muito bom dispor de um manual com orientações sobre as ações e procedimentos a serem adotados no âmbito do NAPNE
Positivamente, contribuições riquíssimas para a instituição, servidores, alunos e comunidade
Esse manual dará suporte ao trabalho de inclusão nos Campi.
Gostei muito, não encontrei pontos negativos.

Pontos positivos teremos um direcionamento
A implementação do manual vai possibilitar que nossos integrantes do NAPNE tenham uma base para seguir e realizar o trabalho da melhor maneira
A implementação desse manual contribuirá com a efetivação de uma instituição mais inclusiva. Parabéns!
O Manual é muito rico e explicativo. Traz informações, orientações, dados, provocações e reflexões extremamente relevantes para o processo de inclusão no IFPI e de forma particular para o trabalho do NAPNE nos campi. Eu amei o quadro "para saber mais"; Gostei muito do calendário inclusivo. O cap. 5 e 6 do PE é o ponto alto desse material. O quadro Meltdown e Shutdown é muito interessante. Enfim, gostei de tudo!!! Parabéns pelo excelente trabalho!
Uma cartilha com os principais pontos pode facilitar a implementação por parte de todos os funcionários
Com a implementação do Manual, conseguiremos enquanto NAPNE, alinhar as nossas ações; melhorar o acompanhamento dos alunos e a oferta de formação aos servidores.
Sugiro que seja dividido em etapas
Precisamos de Treinamento, atualização constante
Achei muito completo, apontando desde aspectos históricos quanto práticos. E vejo necessária uma capacitação para se implantar de forma efetiva.
grande relevância para o conhecimento geral da comunidade acadêmica sobre inclusão.
Positivos: a instituição teria condições de ofertar um serviço de qualidade aqueles que necessitam.
Irá nortear as ações do NAPNE

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Esta etapa de avaliação foi relevante para o aprimoramento do Manual, sendo feitas algumas alterações das sugeridas pelos participantes.

5. 5 Validação

O produto após ser avaliado passou por ajustes e alterações, seguindo conforme sugestões dos participantes avaliadores, de forma a aprimorar o Manual de Implementação dos Processos e Ações do NAPNE para ser submetido ao processo de validação do produto educacional que ocorrerá por meio de defesa em banca.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa Memórias, histórias e processos do NAPNE: fomento das políticas de inclusão como estratégia de acesso, permanência e êxito dos discentes no IFPI, foi possível identificar o processo de inclusão na instituição e o papel protagonista do NAPNE como responsável por intermediar a inclusão dos discentes com necessidades específicas. Constatou-se que a atuação do NAPNE é fundamental para promoção da inclusão no ambiente interno e externo, desenvolvendo ações para toda a comunidade acadêmica, norteando-lhe para o respeito à diversidade e propiciando um ambiente mais acessível e inclusivo.

Percebeu-se nesta pesquisa que o NAPNE tem uma atuação muito ativa na instituição e que as pessoas que atuam têm uma grande responsabilidade e dedicação nesse processo de inclusão, em todas as etapas, desde o acesso, através de ações de acompanhamento nas formas de ingressos na instituição e nas ações que acessibilidade, como também nos processos e ações para permanência e participação, destacando que é preciso ampliar e melhorar o acompanhamento do êxito dos discentes egressos.

Diante das análises realizadas, cumpriu-se o objetivo geral de identificar os processos e ações do NAPNE no desenvolvimento de estratégias pedagógicas e gerenciais de acesso, permanência e êxito dos discentes com necessidades específicas, e também o objetivo de mapear os processos de acompanhamento desses alunos, o que foi alcançado por meio das entrevistas com os gestores, no grupo focal com os membros do NAPNE e na pesquisa das memórias e histórias dos 5 *campi* pesquisados. Diante desses resultados não só se identificou, mas, construiu-se um fluxograma com os processos e ações do NAPNE no IFPI como sugestão para implementação na instituição.

Com esta investigação foi possível também analisar as inter-relações entre os membros do NAPNE e os gestores institucionais no cumprimento da Política de Diversidade e Inclusão, ficando demonstrado que os gestores estão cientes da importância que o núcleo tem para a instituição, que há uma boa inter-relação com os seus membros e que a atuação ocorre conjuntamente. Além disso, que trabalho do NAPNE permite assessorar nas estratégias gerenciais dos gestores, norteando-lhes na identificação das demandas que envolvem adaptação, acessibilidade, necessidade de formações e na aquisição de equipamentos e recursos fundamentais para a

inclusão dentro da instituição.

No entanto, é preciso mais estratégias gerenciais por parte dos gestores, no sentido de fortalecer os NAPNEs, desde a disponibilização de um espaço próprio, uma sala ampla e acessível para acompanhamento das demandas dos discentes, como apoio aos professores, servidores, famílias e comunidade externa. Ainda, a elaboração e regulamentação de uma Política de Educação Especial com a implementação no IFPI do atendimento educacional especializado, com contratação de profissionais da área da educação especial para atuar junto ao NAPNE, com uma carga horária integral nesse processo. Além disto, detectou-se que o trabalho do núcleo e das formas de ingressos carecem de maior divulgação, visto que as cotas para PCDs que não estão sendo preenchidas em sua totalidade. Em relação à permanência, é preciso mais formações na área da temática inclusão aos membros do NAPNE, professores, servidores e comunidade escolar, e o fortalecimento da equipe multidisciplinar. E por fim, que se ampliem as ações de acompanhamento da política de egresso para garantir o êxito dos discentes na integralização de seu curso e na inserção no mundo de trabalho.

Como resultado da pesquisa foi possível desenvolver um produto educacional, denominado Manual de implementação dos processos e ações do NAPNE no IFPI, com a finalidade de nortear e uniformizar os processos e ações do núcleo nas etapas de acesso, permanências e participação e o êxito dos discentes com necessidades específicas.

Perante o exposto, é evidente que o trabalho do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no Instituto Federal do Piauí (IFPI) é imprescindível no processo de inclusão na educação profissional e tecnológica e para a transformação da sociedade, vislumbrando-a mais equitativa e inclusiva. Dessarte, é fundamental que a instituição continue a fomentar e fortalecer as políticas de inclusão para buscar a garantia de direitos dos discentes com necessidades específicas desde o acesso, a permanência e o êxito educacional.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, F. W. Educação especial na formação inicial de professores de ciências da natureza: em foco os eventos científicos. **Revista Triângulo**, Uberaba, MG, v. 14, n. 2, p. 241–261, 2021. DOI: 10.18554/rt.v14i2.5706. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/revistatriangulo/article/view/5706>. Acesso em: 14 set. 2022.
- ANJOS, Isa Regina Santos dos. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva**. São Carlos: UFSCar, 2006.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. Educação Inclusiva: transformação social ou retórica. *In*: OMOTE, S. (org.). **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004a. p. 37-60.
- ASSIS, Mercia Ferreira de. **A permanência e o êxito escolar dos estudantes: um estudo de caso do curso técnico em enfermagem da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba**. 2017. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2017.
- BOAVENTURA, Roberta Silva. **A gestão escolar na perspectiva da inclusão**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, UNOESTE, Presidente Prudente, SP, 2008.
- BORGES, Rosângela Lopes. **Núcleo de Atendimento às pessoas com necessidades específicas: obstáculos e superações no Instituto Federal Goiano**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Goiano, Morrinhos, GO, 2019. Disponível em: <https://obsprofept.midi.upt.iftm.edu.br/Egressos>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BORTOLINI, Sirlei. **Desafios e estratégias para tornar o IFRS - Câmpus Bento Gonçalves uma escola inclusiva**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa TEC NEP: Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas Com Necessidades Educacionais Especiais: resultados parciais 2006**. Brasília, DF: MEC, 2006.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva. **Revista da Educação Especial**. v. 4, n. 1. Brasília: MEC/SEESP, 2007.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 17, 5 out. 2009.

CARNEIRO, M. A. **Educação Profissional para Pessoas com Deficiência:** cursos e programas inteligentes. Brasília: Instituto Interdisciplinar de Brasília, 2005.

CARVALHO, EQ; CAVALCANTI, RJ de S. Inclusão na Educação Profissional e

Tecnológica: uma abordagem emancipatória do Trabalho como Princípio Educacional.

Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [s. l.], v. 9, n. 5, e115953219, 2020. DOI:

10.33448 / rsd-v9i5.3219. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3219>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CARVALHO, Rosita Edler, **Escola Inclusiva:** a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Ed. Mediação 2008.

CARVALHO, Rosita Edler, **Educação Inclusiva com os Pingos nos “is”**. 6. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

CHAVES, C. J. A.; OLIVEIRA, E. P. de; ROMAGNANI, P.; ERBANO, C. P. Extensão Universitária e os Preceitos Da Indissociabilidade: Um Compromisso da Universidade com a Inclusão Social. **HOLOS**, [s. l.], v. 2, p. 1–17, 2019. DOI: 10.15628/holos.2019.7866. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7866>. Acesso em: 14 set. 2022.

CHICAR, Soraya Tatiara Costa Lopes. **Inclusão na educação profissional e tecnológica: a experiência do IFMA – Campus Codó na visão de seus atores**, 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Teresina, 2014. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/http://repositorio.ufpi.br:8080/xmloi/bitstream/handle/123456789/575/Inclus%c3%a3o%20na%20Educa%c3%a7%c3%a3o%20Profissional%20e%20Tecnol%c3%b3gica.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jul. 2021.

COELHO, W. L. R.; KATO, F. B. G. A educação superior na perspectiva inclusiva: contribuições acadêmicas sobre a política de acessibilidade: Higher education from an inclusive perspective: academic contributions on accessibility policy. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 8, n. 10, p. 66399–66419, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n10-105. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52885>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CORREIA, L. D. **Educação especial e inclusão**. Porto: Portorqbb Editora, 2003.

COSTA, D. V. da. **Entre a formação prática e imediata e a formação técnica integral:** significações de professores do IFPI acerca da educação profissional e tecnológica. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

CUNHA, T. L. da. **O Manual Pedagógico como ferramenta de inclusão:** um olhar reflexivo sobre os paradigmas educacional do Núcleo de Atendimento às pessoas

com necessidades especiais do Instituto Federal de Alagoas Campus Piranha. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Alagoas, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campus Benedito Mendes, Maceió, 2020. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ifal.edu.br/bitstream/123456789/26/1/Taiza%20Lima%20da%20Cunha_Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf. Acesso em: 15 jul 2021.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais 1994. Unesco: Salamanca, 1998.

DIAS, C. A. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas.

Informação & Sociedade: estudos, [S. l.], v. 10, n. 2, 2000.

Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330>. Acesso em: 26 jun. 2021.

DIAS, M. da L. O.; REIS, D. C. D. C.; VIEIRA, W. M. R. O papel do NAPNE para estudantes surdos em tempos de COVID-19: um relato da experiência do IFPI campus Teresina Zona Sul. *In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR DA REDE PROFISSIONAL TECNOLÓGICA (ENIERPT)*, 1., Santa Catarina, 2022. **Anais [...]**. Santa Catarina, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/enierpt/article/view/3201>. Acesso em: 17 fev. 2023.

DUARTE, A. B. S. Grupo focal online e offline como técnica de coleta de dados.

Informação & Sociedade: Estudos, [S. l.], v. 17, n. 1, 2007. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92606>. Acesso em: 24 jun. 2021.

FREITAS, Márcia Guimarães de. **Políticas de inclusão na educação superior:** ecos da acessibilidade arquitetônica na UFU. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

GALLO, Silvio. O pequeno cidadão I: sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. *In: RESENDE, H. de (org.). Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 329 - 349.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES; Lizandra Falcão; MARASCHIN, Mariglei Severo. Política de Inclusão e seus Pilares: A Experiência de uma Instituição em EPT. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR*, 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/cintedes-2019/papers/politica-de-inclusao-e-seus-pilares--a-experiencia-de-uma-instituicao-em-ept>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GLAT, Rosana; FONTES, R. de S.; PLETSCHE, M. D. Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino. **Revista Inclusão Social:** desafios de uma educação cidadã. Duque de Caxias, RJ: Unigranrio, n. 6, p.

13-33, nov. 2006.

IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

IFES. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. **Regulamento Geral – 2018**. Regulamento geral do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. Vitória, IFES, 2018. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16413-regulamento2018>. Acesso em: 18 set. 2022.

IFPI. **Campus Uruçuí promove oficina pedagógica sobre inclusão no cotidiano escolar**. 24 mar. 2017. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/urucui/noticias/campus-urucui-promove-oficina-pedagogica-sobre-inclusao-no-cotidiano-escolar>. Acesso em: 22 jan. 2023.

IFPI. **Campus Paulistana promove I Seminário de Educação Inclusiva**. 06 abr. 2018. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/paulistana/noticias/campus-paulistana-promove-i-seminario-de-educacao-inclusiva>. Acesso em: 18 set. 2022.

IFPI. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. **Resolução nº 035/2014, de 10 de junho de 2014**. Aprova Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas Com Necessidades Específicas – NAPNE. Teresina, IFPI, 2014.

IFPI. **Nossos Campi**. 2021. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/campi>. Acesso em: 25 jun. 2020.

IFPI. **Resolução CONSUP nº 004/2015**. Regulamento da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI. [Teresina]: IFPI, 2015.

KASSAR, M. de C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/25002/16749>. Acesso em: 21 jul. 2021.

KAUFMAN, N. O.; MARASCHIN M. S.; CASSOL, L. M.; SILVEIRA, R. B.; SOARES, C. V. V. Ações para a permanência e êxito escolar na Educação Profissional e Tecnológica. *In: JORNADA ACADÊMICA INTEGRADA*. 33.; COMPARTILHANDO SABERES. 2., 2018, Santa Maria, RS. **Anais [...]**. Santa Catarina: Arco editores, 2018.

KINALSKI, D. D. F.; PAULA, C. C.; PADOIN, S. M. M.; NEVES, E. T.; KLEINUBING, R. E.; CORTES, L. F. **Focus group on qualitative research: experience report**. Rev Bras Enferm., [s. l.], v. 70, n. 2, p. 424-9, mar./abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0091>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/xmD5VcJYFMg5hgYm4QLkzrQ/?lang=en>. Acesso em: 20 maio 2021.

LASTA, L. L.; HILLESHEIM, B. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], 26, (n. esp.), p. 140-149, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola:** teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, Cícero Batista dos Santos. **Acessibilidade Curricular:** um estudo sobre a inclusão escolar no Instituto Federal de Goiás Campus Luziania. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Goiano, Campus Morrinhos, Morrinhos, 2020. Disponível em <https://obsprofept.midi.upt.iftm.edu.br/Egressos>. Acesso em: 15 jul. 2021.

LIMA, L. A. A. de; FERREIRA, A. E. G.; SILVA, M. V. G. da. O plano educacional individualizado: proposta de um método de pesquisa na formação docente. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 9, n. 1, p. 127–141, 2018. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v9i1.936. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/7013>. Acesso em: 3 nov. 2022.

LOBÃO, F. de O. **Educação Inclusiva:** desafios e conquistas no percurso ded acesso, permanência e êxito para os estudantes assistidos pelo NAPNE e a equipe multidisciplinar o IFS / Campus Aracaju. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Sergipe, Aracaju, 2019. Disponível em <https://obsprofept.midi.upt.iftm.edu.br/Egressos>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MACHADO, Fernando Soares. **O ciclo de políticas no contexto da educação profissional inclusiva:** efeitos no trabalho do NAPNE no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico, Uberaba, 2021. Disponível em: <https://obsprofept.midi.upt.iftm.edu.br/Egressos>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna.** 2. ed. Campinas, SP: Alínea editora, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARQUES, C. L. **Educação Profissional:** o ingresso, as tecnologias e a permanência dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Brasília. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Programa de Pós- Graduação em Educação, Brasília, 2014.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. Produção Científica em Contabilidade no Brasil: Dez Pecados. *In*: LOPES, J.; RIBEIRO FILHO, J. F.; PEDERNEIRAS, M. (org.). **Educação contábil:** tópicos de ensino e pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008. p. 1-14.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação Especial no Brasil:** histórias e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, F. A. P.; VIANA, M, R. G. S.; FERREIRA, M. D. O NAPNE como alternativa

de promoção da inclusão no IFAL. *In*: ENCONTRO ALAGOANO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 7., ENCONTRO NORDESTINO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2., 2017, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: ENIES ENAEDI, 2017.

MENDES, K. A. M. O. **Educação especial inclusiva nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia brasileiros**. 2017. CLXV, 165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2017.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 11, n. 33, set./dez. 2006.

MORAES, L. O. de. Direito à educação: as cotas para ingresso no ensino médio técnico dos Institutos Federais de Educação e o acesso à educação. *In*: JORNADA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E LINGUAGEM, 3.; ENCONTRO DO PROFEDUC E PROFLETRAS; JORNADA DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, 12., Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: UEMS, 2018. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/jornadaeducacao/article/view/4910>. Acesso em: 7 fev. 2023.

MOREIRA, Heloisa Beatriz Cordeiro; LIMA, Aline Santos. Núcleo de apoio a pessoas com deficiência na educação inclusiva e seus desafios. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3., 2018, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: CINTEDI, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44807>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research**. London: Sage, 1997.

NASCIMENTO, F.; FARIA, R. A questão da inclusão na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, a partir da ação TEC NEP. *In*: NASCIMENTO, F. C.; FLORINDO, G. M. F.; SILVA, N. S. (org.). **Educação profissional e tecnológica inclusiva: um caminho em construção**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Brasília: IFB, 2013. p. 13-23.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de (org.). **Formação pedagógica de educadores populares: fundamentos teórico-metodológicos freireanos**. Belém, PA: CCSE; UEPA; NEP, 2011.

OMOTE, Sadao. Perspectivas para conceituação de deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 2, n. 4, p. 127-135, 1996.

PACHECO, José Francisco *et al.* **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

PALMA, D. T.; CARNEIRO, R. U. C. Sala de recursos multifuncional em escolas do campo: direito assegurado?. **Interfaces da Educação**, [s. l.], v. 9, n. 27, p. 518-548, 2018. DOI: 10.26514/inter.v9i27.2941. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/2941>. Acesso em: 05 jan. 2022.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G.; SILVA, M. A. B. V. da; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 30 abr. 2023.

RODRIGUES, R. A. de C. **Contribuições aos saberes em inclusão escolar dos profissionais que atuam nos Núcleos de Atendimento às Necessidades**. 2019. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

SAMPAIO, L. T. S.; ABREU, F. S. D. A inclusão escolar da pessoa com deficiência: um paradigma em construção em diálogo com L. S. Vigotski. **Revista Com Censo: estudos educacionais do Distrito Federal**, [s. l.], v. 7, n. 4, nov. 2020.

SASSAKI, R. K. **Construindo uma Sociedade para Todos: a Inclusão no Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, [s. l.], ano X, n. 58, p. 20-30, set./out. 2007.

SILVA, C. de O. Políticas de inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI. *In: CONEDU*, 5., 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48625>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SILVA, R. A. da. **A Trajetória da Educação Especial Brasileira: das propostas de segregação à proposta inclusiva: o olhar da cidade de Mairiporã**. 2003. Monografia (Especialização em Educação Inclusiva na Deficiência Mental) - PUC, São Paulo, 2003.

SILVA, R. L. da; LIMA, A. A. S. Análise das reservas de vagas para às pessoas com deficiências nos editais dos Institutos Federais. **Cadernos Macambira**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 376–382, 2023. Disponível em: <http://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/834>. Acesso em: 6 fev. 2023.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus (coord.). **Acompanhamento do egresso**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Pró-Reitoria de Planejamento, 2006.

SOARES, G. G.; MELO, F. R. L. V. de. O Programa TEC NEP e sua implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. **Cadernos de Educação**, [s. l.], n. 54, 2016. Doi: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i54.10016>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/10016>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SOUZA, J. A. da S. **Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma Instituição de Ensino Profissional**. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de

Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

TANAKA, E. D. O; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 2, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000200008. Acesso em: 02 dez. 2021.

VASCONCELOS, M. S.; GALHARDO, E. O programa de inclusão na UNESP: valores, contradições e ações afirmativas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. esp.1, p. 285–306, 2016. DOI: 10.21723/RIAEE.v11.esp.1.p285. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8553>. Acesso em: 17 mar. 2023.

VIANNA, M. M. *et al.* Plano Educacional Individualizado - Que ferramenta é esta? *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, UEL, 7., 2011, Londrina. **Anais [...]**. Londrina, UEL, 2011.

VIANA, M. R. G. dos S.; CARVALHO, G. C. O NAPNE como facilitador no processo de inclusão dos institutos federais: campus MURICI em foco. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 2017, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_M D1_SA10_I D3584_04082017221909.pdf. Acesso em: 07 nov. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Esta entrevista tem como finalidade realizar uma coleta de dados para pesquisa da dissertação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Campus de Parnaíba, intitulada “Memórias, Histórias e Processos do NAPNE: Fomento das Políticas de Inclusão como Estratégia de Acesso, Permanência e Êxito dos Discentes no IFPI”. Essa pesquisa tem como identificar os processos e ações do NAPNE no desenvolvimento de estratégias pedagógicas e gerenciais de acesso, permanência e êxito dos discente com necessidades específicas. A entrevista deverá ser um ato voluntário, anônimo, e será garantida a sua confidencialidade.

OBJETIVOS	ROTEIRO DE QUESTÕES
Identificar os processos e ações do NAPNE no desenvolvimento de estratégias pedagógicas e gerenciais de permanência e êxito dos discente com necessidades específicas.	Qual a percepção da gestão sobre a inclusão na instituição? Que estratégias gerenciais são desenvolvidas pelo IFPI para o acesso, permanência e êxitos dos alunos com deficiências e necessidades específicas? Que ações de acessibilidade a gestão vem promovendo para os Campi?
Analisar as inter-relações entre os membros do NAPNE com os gestores institucionais no cumprimento da política de inclusão.	Como a gestão (reitoria) vem apoiando e contribuindo para que os NAPNEs possam atuar no cumprimento de seus objetivos, finalidades e competências na efetivação da inclusão dos alunos com deficiências e necessidades específicas? Como avalia as ações e processos desenvolvidos pelos NAPNEs e de que forma pode melhorar essa interrelação entre os membros do núcleo, a gestão e o acompanhamento dos discentes?

Mapear os processos de acompanhamento dos discentes com necessidades específicas;	A instituição tem algum instrumento para o acompanhamento do acesso, permanência e êxito dos alunos com deficiências e necessidades específicas? O sistema de cotas no Exame Classificatório da instituição vem atendendo a demanda de pessoas com deficiências da comunidade? Como está sendo esse acesso e índice de alunos? A Política de egresso da instituição prevê o acompanhamento dos alunos com deficiências e necessidades específicas inseridos no mercado de trabalho?
--	--

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado participante,

1. Este documento refere-se a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nele tem informações explicativas sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. O estudo é intitulado “MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E PROCESSOS DO NAPNE: FOMENTO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS DISCENTES NO IFPI” e está sendo desenvolvido pela mestranda AMAYA DE OLIVEIRA SANTOS, Matrícula, 20211PROFEPT0116 do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus Parnaíba. O estudo está sob supervisão da Professora Doutora Jalva Lilia Rabelo de Sousa, docente do programa.
2. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.
3. O objetivo deste estudo é “identificar os processos e ações do NAPNE no desenvolvimento de estratégias pedagógicas e gerenciais de acesso, permanência e êxito dos discente com necessidades específicas”.
4. Este estudo justifica-se pela necessidade de organizar e nortear os processos e ações desenvolvidas pelo NAPNE visando o acesso, permanência e êxitos dos discentes com deficiências e necessidades específicas na educação profissional e tecnológica.
5. A estratégia para alcançar o objetivo deste estudo será mediante entrevista em local, data e horário escolhidos conjuntamente com os envolvidos (entrevistado e pesquisador), priorizando as opções do participante da pesquisa.
6. Aos participantes da primeira etapa da pesquisa (grupo focal) tem-se os riscos: divulgação de informações, Invasão de privacidade, divulgação de dados confidenciais, Interferência na vida e na rotina, embaraço de interagir com estranhos, medo de repercussões eventuais, riscos de divulgação de imagem e risco de compreensão equivocada/distorcida das perguntas.

7. Aos participantes da segunda etapa da pesquisa (entrevistas) possui os riscos de: Invasão de privacidade; responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade; perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados confidenciais tomar o tempo do participante ao responder a entrevista, compreensão equivocada/distorcida das perguntas, quebra de confidencialidade e riscos de divulgação de imagem.
8. Para contornar possível situação, buscar-se-á uso adequado de palavras simples para facilitar a pergunta. A pesquisadora ficará atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto, garantindo além de local reservado, a liberdade para não responder qualquer questão que os participantes considerem constrangedora, invasiva ou inadequada. Garante ainda que o Estudo será suspenso imediatamente ao perceber algum risco ou dano à saúde do participante da pesquisa, previsto ou não no termo de consentimento. Ademais, garante-se, riscos mínimos, pois não provocarão danos morais, físicos, financeiros ou religiosos.
9. Buscar-se-á garantir que os pesquisadores sejam habilitados ao método de coleta dos dados; assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem, garantir o acesso em um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, liberdade para não responder questões constrangedoras. deve-se garantir ao participante de pesquisa o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas.
10. Para execução da aplicação da pesquisa (entrevista) na forma presencial serão adotadas medidas sanitárias para a prevenção de não contaminação pelos vírus da COVID-19 (SARS-CoV-2) e suas variantes, serão tomadas as seguintes medidas minimizadoras de riscos: entrevistas individuais e agendadas em locais ventilados, uso de máscaras/EPIs, distanciamento físico de 1,5 m entre pesquisador e participante, uso de álcool em gel 70%; evitar o compartilhamento de equipamentos e ferramentas.
11. Os riscos na aplicação de forma virtual são exposição de dados e fotos do participante que possam resultar na sua identificação, exposição da imagem do participante em vídeos (gravados ou não) que possam resultar na sua identificação, desconforto emocional relacionado a presença do pesquisador. Para contornar a situação ocorrerá de forma individual, em um ambiente virtual (Meet), mediando dia e horário marcado pelo participante da pesquisa. A gravação

ocorrerá sob a autorização do participante, o deixando livre e a vontade para as questões abordadas e garantia de privacidade e a proteção da imagem.

12. Como benefício para os participantes da pesquisa, visualiza-se que um estudo desta natureza tem implicações diretas em maiores possibilidades de inclusão desde o acesso passando pela participação e permanência até o êxito do discente e para inserção no mundo do trabalho. Sendo assim, importante sua participação em fazer ouvir sua percepção acerca do que se tem construído no âmbito da educação profissional no IFPI.
13. Em conformidade com o previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá qualquer tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo. Da mesma forma, este estudo é isento de custos para o participante.
14. No caso de haver despesas decorrentes da sua participação na pesquisa, será ressarcido integralmente, quando necessários, e ainda você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.
15. É garantido a você, participante, o sigilo. Assim, os dados obtidos na entrevista serão manuseados somente pelos pesquisadores, não sendo permitido o acesso a outras pessoas. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados em encontros, revistas científicas, etc., porém, serão mostrados apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.
16. Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar; podendo retirar-se desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
17. A qualquer tempo, o Comitê de Ética pode ser consultado para esclarecer dúvidas sobre aspectos éticos da pesquisa. Endereço do Comitê de Ética: . Reitoria do Instituto Federal do Piauí Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, Santa Isabel, sala 3, CEP: 64053-390, Teresina-PI, Telefone: (86) 3131-1441
18. Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para os responsáveis por este estudo:
 - Mestranda Amaya de Oliveira Santos ¹, fone: (89) 99403-7171, e-mail: amayaoliveira@ifpi.edu.br;
 - Supervisora Jalva Lilia Rabelo de Sousa, Telefone (86) 99985-3772, e-mail: jalva@ifpi.edu.br.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias rubricadas e assinadas, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – *Campus* São Raimundo Nonato e a outra será fornecida ao (a) Sr. (a).

Eu, _____, fui informado (a) dos objetivos do estudo “MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E PROCESSOS DO NAPNE: FOMENTO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS DISCENTES NO IFPI”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Concordo que as informações obtidas relacionadas à minha pessoa poderão ser utilizadas em atividades de natureza acadêmico-científica (divulgação em eventos e publicações), desde que assegurada a preservação de minha identidade. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar, de modo que declaro que concordo em participar desse estudo e recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Parnaíba, PI, _____ de _____ de 2022

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

APÊNDICE C – GUIA GRUPO FOCAL

ROTEIRO GRUPO FOCAL

MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E PROCESSOS DO
NAPNE: FOMENTO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO
COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E
ÊXITO DOS DISCENTES NO IFPI

PESQUISA PROFEPT



AMAYA DE OLIVEIRA SANTOS – MESTRANDA
DRA. JALVA LILIA RABELO DE SOUSA -
ORIENTADORA

SESSÕES GRUPO FOCAL

01

SESSÃO 1

Estudo do caso Benjamin
Discussão de questões
norteadoras

03

SESSÃO 3

Discussão dos processos e
ações do NAPNE
Elaboração de fluxograma
dos processos e ações

02

SESSÃO 2

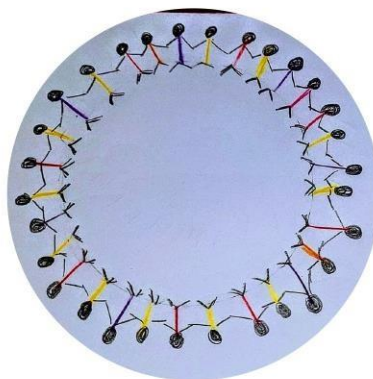
Estudo do caso André
Discussão de questões
norteadoras

04

SESSÃO 4

Apresentação e validação
do Fluxograma do
processos e ações do
NAPNE

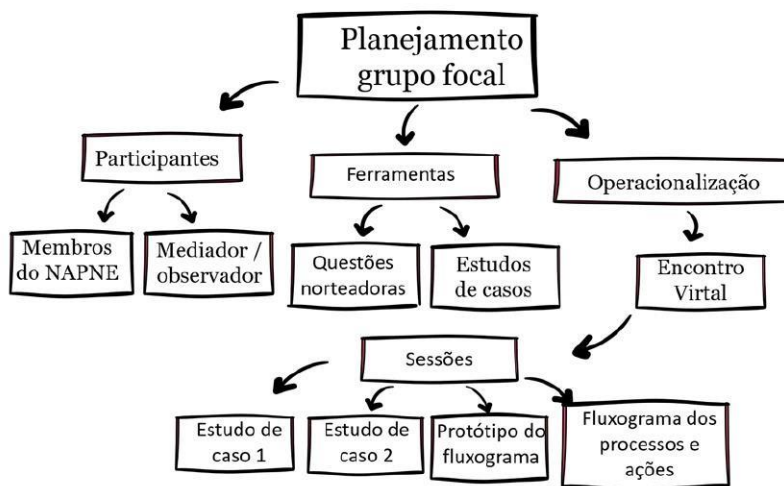
SOBRE A PESQUISA



OBJETIVO

Identificar os processos e ações do NAPNE no desenvolvimento de estratégias pedagógicas e gerenciais de permanência e êxito dos discentes com necessidades específicas.

FIGURA 1: Planejamento do Grupo Focal



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.



Este guia se refere a um roteiro que tem a finalidade de organizar e descrever as etapas de aplicação da técnica do grupo focal, instrumento utilizado como parte da coleta de dados da pesquisa Memórias, Histórias e Processos do NAPNE: Fomento das Políticas de Inclusão como Estratégia de Acesso, Permanência e Êxito dos Discentes no IFPI.

O grupo focal é uma técnica que visa obter dados através da interação de um grupo específico que discutem uma temática proposta a partir de uma problemática. (LEITÃO, 2003). Nesta pesquisa, o grupo focal irá analisar estudos de dois casos (fictícios), de discentes que é público do NAPNE, visando fazer uma discussão dos processos e ações a serem realizadas para garantia desde o acesso, permanência e êxito. Com a proposta de elaborar um fluxograma para nortear a atuação NAPNE para a efetivação da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI

Para execução do grupo focal foi realizado o planejamento considerando algumas etapas, baseado nas orientações de Zimmermann e Martins (2007) e Gomes e Barbosa (1999): .

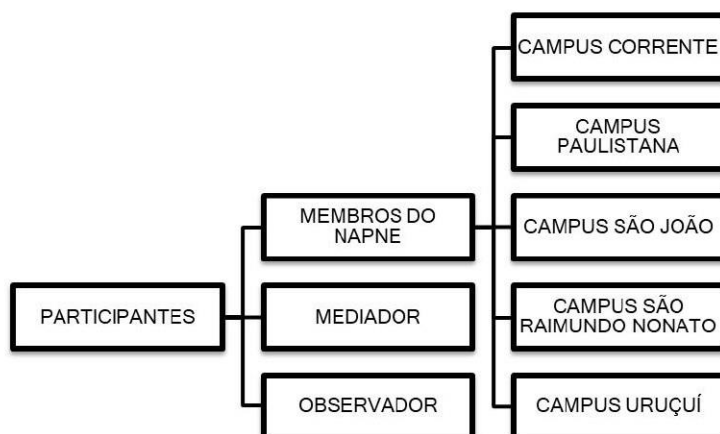
FIGURA 2: Etapas do Grupo Focal



Fonte: Figura adaptada de Zimmermann e Martins (2007) e Gomes e Barbosa (1999).

A equipe que irá conduzir a pesquisa será uma mediadora, a pesquisadora e mestranda, o observador e os participantes convidados serão os servidores e pessoas que compõe o NAPNE, podendo ser de 3 a 5 representantes dos 5 campi, conforme especifica a seguir:

FIGURA 3: Participantes do grupo focal



Fonte: elaborado pela autora, 2022

FUNÇÃO DE CADA PARTICIPANTE



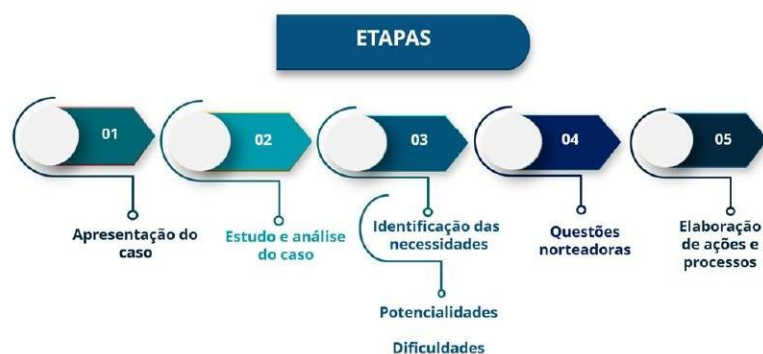
QUESTÃO NORTEADORA CENTRAL

Quais os processos e ações que o NAPNE vem desenvolvendo para o acesso, permanência e êxito dos discentes?

ETAPAS PARA O ESTUDO DE CASO

Para o processo de inclusão é necessário conhecer o aluno, sua trajetória escolar, familiar, e ainda analisar os aspectos biológicos, da própria deficiência ou transtorno, bem como os aspectos pedagógicos. Neste contexto, a discussão do grupo focal será conduzida a partir de estudos de casos (fictícios) de dois alunos um com baixa-visão e outro Autista com o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) como comorbidade. Cada etapa desse estudo será feita conforme descrito a seguir:

FIGURA 4: Etapas do Grupo Focal



FONTE: ELABORADA PELA AUTORA, 2022

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para coleta de dados desta pesquisa foi elaborado estudos de casos de alunos com deficiências e necessidades específicas, relatando seu acesso desde a inscrição realização do Exame Classificatório do IFPI, bem como, sua trajetória familiar e escolar. No relato de caso consta algumas problemáticas em vários aspectos: familiar, pedagógicos, econômico, gerenciais, acessibilidade, dentre outros, com a finalidade de discutir, sistematizar e orientar os processos e ações do NAPNE. Este instrumento será aplicado com Membros do NAPNE dos campi: Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí através de um Grupo Focal.

Os estudos de casos serão apresentados também no formato de vídeo animado, sendo três vídeos: 1 – Sobre o Acesso (Exame Classificatório), contextualizando sobre o sistema de cotas e solicitação de atendimento especial para a prova; 2 – Caso Benjamin; 3 – Caso André. Com a finalidade de dinamizar e facilitar a exposição dos casos a serem discutidos e analisados.

APRESENTAÇÃO DE CASOS

Os estudos de casos propostos são fictícios, qualquer semelhança é mera coincidência. O primeiro caso a ser analisado e discutido as ações e processos para o acompanhamento será o caso do discente nomeado Benjamin, codinome, escolhido em referência ao Instituto Benjamin Constant (IBC), por ser um centro de referência nacional em relação a deficiência visual. No segundo caso, vem o aluno André, pseudônimo escolhido em homenagem ao personagem autista das histórias em quadrinhos da turma da Mônica, com uma diferença, que André do caso a ser estudado, possui como comorbidade o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).



O ACESSO

A comissão central do classificatório divulgou resultado da solicitação de Atendimento Especial para o dia da prova para o Exame Classificatório do IFPI para os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas Integrada, Concomitante e/ou Subsequente ao Ensino Médio.

Essa demanda foi encaminhada para comissão local de cada campi e em seguida enviada para os NAPNEs. O seu campus recebeu as seguintes solicitações de dois inscritos:

- 1 - Baixa-visão – tempo extra, prova ampliada e redator;
- 2 – Autismo / TDAH: sala individual, tempo extra e redator.

Diante, das demandas recebidas pelos NAPNEs para atendimento especial nos Exames Classificatório, como seu campus vem atendendo as solicitações, apresentam alguma dificuldade no atendimento e oferta de profissionais especializados e recursos solicitados?

A quantidade de atendimentos e de inscritos pelas cotas para PCDs vem atendendo as demandas da comunidade?

Como podemos melhorar esse processo de acesso?

1

SESSÃO 1 Estudo de caso: Benjamin

Caso Benjamin

Benjamin tem 15 anos, possui baixa-visão devido a uma doença de causas genéticas e hereditárias caracterizando por uma degeneração progressiva da retina, chamada de Retinose Pigmentar. Os primeiros sintomas de perda da acuidade visual começaram no final da primeira infância, aos 6 anos. É o filho mais velho, dentre os 4 filhos de Henrique e Bernardina. Na sua família, tem casos de pessoas com deficiência visual, onde sua avó materna ficou totalmente cega aos 50 anos. Tem-se conhecimento de outras descendentes de gerações anteriores também com a deficiência visual.

Os pacientes com RP apresentam perdas lentas e progressivas de algumas funções visuais como pobre visão noturna ou decréscimo sensível da visão escotópica, diminuição do campo visual, dificuldade na localização de objetos no espaço e perda progressiva da visão de cores.. Lowe J, Drasdo N. Patients' responses to retinitis pigmentosa. *Optom Vis Sci.* 1992;69(3):182-5.

Benjamin sempre manifestou interesse em estudar o curso técnico na área de informática, se inscrevendo para o classificatório do IFPI. Inicialmente pretendia concorrer para cotas para pessoas com deficiências (PCD), mas por ser proveniente de escolas da rede privada, teve que se inscrever para ampla concorrência, sendo aprovado com êxito para o curso integrado ao médio de informática.

No ensino fundamental sua professora do atendimento educacional especializado (AEE), incentivou que fizesse a prova do classificatório do IFPI, e o ajudou a realizar a inscrição, solicitando para o dia da prova, atendimento especial como tempo extra, prova ampliada, de acordo com o tamanho da fonte que estava acostumado a utilizar. Além de um redator para auxiliar na transcrição das respostas para o gabarito.

Como não entrou por cotas e sem a informação da família à instituição sobre a baixa visão, Benjamin foi identificado após o início das aulas, por alguns professores, sendo encaminhado pela professora de Língua Portuguesa à Coordenação Pedagógica (COPE), que por sua vez, encaminhou o aluno ao Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), via Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante (SIFAE), SUAP, e outros. Ao receber o encaminhamento, o coordenador do núcleo fez o primeiro contato com o aluno através do auxílio da coordenação do curso de informática e teve uma primeira conversa com o aluno.

Em seguida, chamou os pais para um diálogo, solicitando o laudo para identificar a deficiência, verificar as orientações de seu médico para o acompanhamento escolar e o envio do laudo ao controle acadêmico. Na sala de aula, o discente, procurava sentar a frente próximo ao professor.

A retinose pigmentar CID10 H35.5 é uma doença degenerativa da retina que causa perda de visão progressiva, podendo conduzir à cegueira. Trata-se de uma doença dos olhos evolutiva que é habitualmente diagnosticada em adolescentes e adultos jovens. A progressão e grau de perda visual variam de pessoa para pessoa podendo alguns doentes virem, com o evoluir da doença, a tornar-se cegos.

(<https://www.saudebemestar.pt/pt/clinica/oftalmologia/retinite->

Passou a ter uma boa interação durante as aulas com os colegas de sala. No entanto, tem dificuldade de acompanhar as atividades escritas no quadro, devido ao tamanho da letra e a luminosidade refletida pelo quadro branco de vidro. Recebeu os livros das disciplinas, e mesmo com a utilização de uma régua-lupa têm dificuldades para visualizar. Devido a carência financeira de sua família, não possui um computador em casa, estando com dificuldade de estudar e realizar as atividades.

Em relação aos conteúdos, tem facilidade em aprender, gosta de todas as disciplinas, sempre participa oralmente das aulas, mas devido a quantidade de atividades está com dificuldade de acompanhar e entregar no prazo tudo que é solicitado pelos professores, estando com muitas pendências acadêmicas. Nas aulas práticas de informática está sentido dificuldade, por não ter no laboratório do curso um computador com os programas para acessibilidade a deficiência visual.

Tem dificuldade de se locomover livremente e sozinho. Anda bem devagar e arrastando os pés, na maioria das vezes, tem um amigo que o auxilia a circular pelos ambientes do campus. Outra dificuldade encontrada são algumas cadeiras que são colocadas e esquecidas pelos corredores, onde ele frequentemente esbarra. O campus possui rampas e os ambientes não possui desníveis, tendo uma estrutura arquitetônica boa, no entanto, não possui acessibilidade específica para pessoas com deficiências visuais.

Em relação aos professores, muitos relatam não saber como adaptar suas atividades e aulas, principalmente os professores de exatas e da área técnica. Referem que é a primeira vez possuírem um aluno com baixa visão e que na sua formação inicial não teve orientações para essa área da inclusão. Dentre os sete professores de informática, tem 1 (um) que relatou ter trabalhado com um aluno com paralisia cerebral (deficiência física) e por isso, estudou e pesquisou sobre algumas tecnologias assistivas para deficiência física e pôde conhecer também algumas tecnologias relacionadas a deficiências visual.

A pobre visão noturna dificulta a adaptação nos diferentes níveis de iluminação de cada ambiente e como consequência, os objetos na sombra não são percebidos e assim, frequentemente, os pacientes tropeçam e caem ao colidirem com obstáculos.

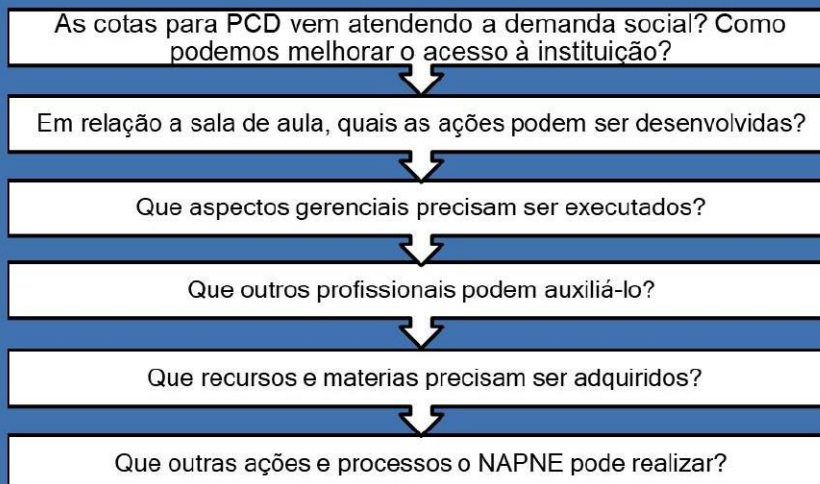
Lowe J, Drasdo N. Patients' responses to retinitis pigmentosa. *Optom Vis Sci.* 1992;69(3):182-5

Benjamin é o primeiro aluno com deficiência visual que a instituição recebeu e que o NAPNE precisa fazer o acompanhamento desde o seu acesso, à sua permanência e o êxito a integralização de seu curso.

Como um membro do NAPNE, e visando o cumprimento da Política de Inclusão e Diversidade do IFPI, reflita sobre os principais pontos do caso Benjamin, observando desde o seu acesso, sua permanência e o seu êxito. Trace as ações e os processos que o núcleo deve realizar para a inclusão do discente.

Diante do estudo de caso do discente Benjamin e seguindo as etapas para o estudo de caso, busque identificar as necessidades (potencialidade e dificuldades) do discente traçando as ações e processos em que o NAPNE possa auxiliá-lo. Vamos discutir a partir de algumas questões norteadoras.

Questões Norteadoras



VÍDEO CASO BENJAMIN



Para ter acesso ao vídeo com o Estudo do Caso Benjamim faça a leitura do QR Code



2

SESSÃO 2 Estudo de caso: André

Caso André

André tem 18 anos, tem o Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) sem comprometimento da linguagem funcional e tem como comorbidade Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Sempre estudou em escolas públicas em sua cidade, que fica no interior do Piauí, a mais de 400km da capital Teresina. Mora com sua mãe e irmã mais velha. O seu pai logo após o diagnóstico de autismo, deixou a família. André sempre foi muito inquieto, impulsivo, hiperativo e facilmente se distraía não se concentrando por muito tempo numa atividade. Possui intolerância ao leite (caseína e à lactose) e seletividade alimentar, esse fato é uma preocupação constante da mãe, principalmente quando estava para a escola que André acabava comendo o que não podia e adoecia frequentemente.

CID-11

6A02.1 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;

6A05.2 – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, apresentação combinada;

Terminou o 9^a ano em meio a pandemia pela COVID-19, nesse período sua rotina foi rompida, aulas e terapias suspensas. Teve muitas dificuldades em acompanhar as aulas que passaram a ser ministrada de forma remota. Ficando muito preocupado (abalado) com o retorno presencial, que já seria em outra escola.

Fez a prova do classificatório do IFPI, para o curso integrado ao médio de Administração concorrendo pelo sistema de cotas, na ocasião solicitou atendimento individual, tempo extra e um redator para o dia da prova. Foi aprovado e logo no primeiro dia de aula, a coordenação encaminhou para o NAPNE. André relatou que se sente ansioso e muitas vezes, angustiado com receio por estar numa escola nova com uma rotina muito diferente das escolas que frequentou, anteriormente.

O NAPNE fez o encaminhamento do aluno, com suas dificuldades para todos os professores e coordenação pedagógica via Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante (SIFAE), no entanto, não recebendo o retorno da maioria do corpo docente. Na sala de aula, frequentemente se incomodava com o barulho das conversas paralelas, não interage com seus colegas, tendo dificuldade de iniciar uma conversa, prefere fazer as atividades individualmente, mesmo sendo proposta em dupla ou grupo. Tem um foco em filmes da Disney e gosta de desenhar os personagens. Refere que gosta de biologia, história e geografia, no entanto, apresenta dificuldade em matemática, física, química e nas disciplinas específicas. Frequentemente, apresenta crises (Meltdown e Shutdown) ocasionadas principalmente por um acúmulo de atividades, mudanças bruscas de planos e/ou da rotina na sala ou na instituição, sobrecarga sensorial e/ou social e quando força a atenção e/ou memória nas semanas de provas, por consequência, não consegue realizar as atividades acadêmicas programadas.

Nos ambientes fora da sala fica sempre sozinho no refeitório. Na maioria dos dias não pode lanchar devido as suas intolerâncias, ficando com fome, principalmente nos dias de aulas no contraturno. Sua mãe bastante preocupada foi na instituição e conversou com a direção geral e de ensino, pedindo que a gestão auxilie o André para que possa acompanhar os estudos de forma significativa que se comprometeu em ajudá-lo. A gestão procurou o NAPNE para verificar quais as demandas necessárias para esse processo de inclusão na instituição.

Meltdown

É uma crise explosiva, facilmente reconhecível, com sinais claros de que o autista está incomodado. Meltdown é um colapso.

Shutdow

É uma crise mais silenciosa, com uma tendência ao isolamento, há um “desligamento temporário”

VÍDEO CASO ANDRÉ



PARA TER ACESSO AO VÍDEO COM O ESTUDO DO CASO ANDRÉ FAÇA A LEITURA DO QR CODE



Questões Norteadoras

As cotas para PCD vem atendendo a demanda social? Como podemos melhorar o acesso à instituição?

Em relação a sala de aula, quais as ações podem ser desenvolvidas?

Que aspectos gerenciais precisam ser executados?

Que outros profissionais podem auxiliá-lo?

Que recursos e materias precisam ser adquiridos?

Que outras ações e processos o NAPNE pode realizar?

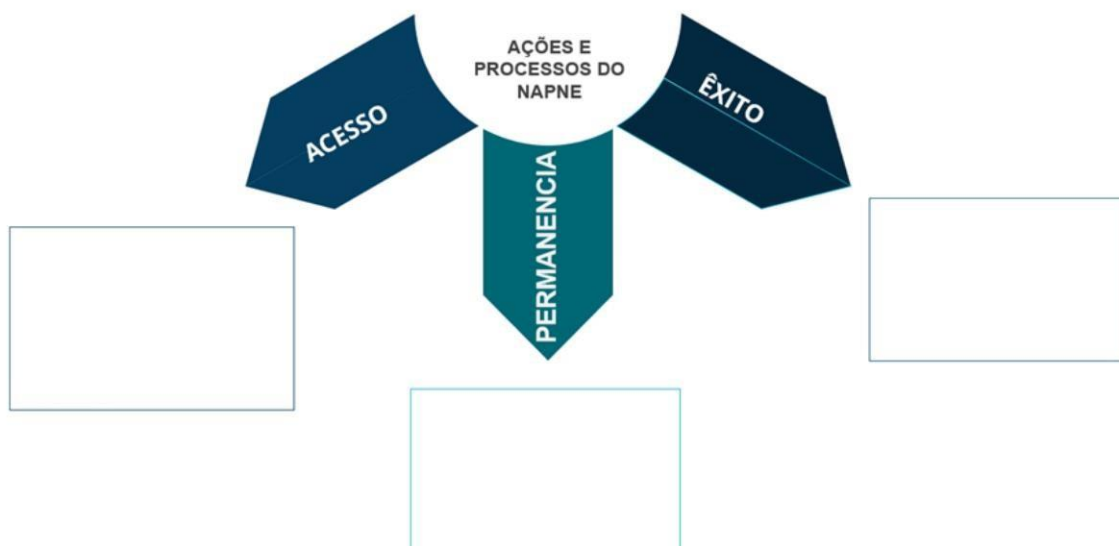
3

SESSÃO 3

Elaboração de um
fluxograma dos processos
e ações do NAPNE

Construção de um fluxograma dos processos e ações do NAPNE

Com base nas discussões feitas nos casos dos alunos Benjamin e André, quais processos e ações que o NAPNE podem realizar visando desde o acesso a permanência e o êxito dos discentes com deficiências e necessidades específicas.



4

SESSÃO 4

PROTÓTIPO DO FLUXOGRAMA

Apresentação do protótipo do Fluxograma

Apresentação do protótipo do Fluxograma dos processos e ações do NAPNE para discussão, sugestões de melhoria e validação da proposta.

A INCLUSÃO NO IFPI É
INTERMEDIADA PELO NAPNE, MAS A
RESPONSABILIDADE NESSE PROCESSO
DESDE O ACESSO, A PERMANÊNCIA
ATÉ O ÊXITO DOS DISCENTES É DE
TODOS.

AMAYA OLIVEIRA

